



2015

Relatório Semestral
Banco Santander Totta, SA



ÍNDICE

3	Principais Indicadores
4	Órgãos Sociais
6	Enquadramento da Actividade
10	Informação Económica e Financeira
18	Áreas de Negócio
23	Gestão de Risco
31	Informação Complementar e Anexos
34	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

PRINCIPAIS INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14	Jun13
Ativo Líquido	36.996	39.898	-7,3%	39.033
Crédito Líquido	25.470	25.688	-0,9%	26.743
Recursos de Clientes	26.843	25.507	+5,2%	26.936
Capital Próprio e Passivos Subordinados	2.916	2.743	+6,3%	2.378
Margem Financeira Estrita	282,6	266,3	+6,1%	246,6
Comissões Líquidas e Outros Resultados Atividade Bancária	136,9	122,3	+12,0%	165,7
Produto Bancário	446,1	469,6	-5,0%	422,9
Resultado de Exploração	211,2	225,6	-6,4%	186,5
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	154,2	118,6	+30,0%	45,5
Resultado Líquido	102,7	81,3	+26,3%	24,2

RÁCIOS	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14	Jun13
ROE	8,7%	8,4%	+0,3 p.p.	2,8%
ROA	0,6%	0,4%	+0,2 p.p.	0,1%
Rácio de Eficiência	52,7%	52,0%	+0,7 p.p.	55,9%
CET 1 Ratio *	13,2%	12,6%	+0,6 p.p.	10,9%
Tier 1 Ratio *	15,6%	14,8%	+0,8 p.p.	12,7%
Total Capital Ratio *	15,6%	14,8%	+0,8 p.p.	12,6%
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,3%	4,1%	+0,2 p.p.	3,6%
Crédito em Risco / Crédito Total	5,6%	5,7%	-0,1 p.p.	5,4%
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,5%	9,3%	+0,2 p.p.	7,8%
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	7,1%	6,7%	+0,4 p.p.	n.d.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	104,7%	103,7%	+1,0 p.p.	103,4%
Cobertura de Crédito em Risco	80,6%	74,5%	+6,1 p.p.	69,9%
Rácio de Transformação**	115,5%	126,7%	-11,2 p.p.	126,7%

NOTAÇÕES DE RATING	Jun15	Jun14	Jun13
FitchRatings			
curto prazo	F2	F2	F3
longo prazo	BBB	BBB	BBB-
Moody's			
curto prazo	NP	NP	NP
longo prazo	Ba1	Ba1	Ba1
Standard & Poor's			
curto prazo	B	B	B
longo prazo	BB	BB	BB
DBRS			
curto prazo	R-1L	R-1L	R-1L
longo prazo	BBBH	BBBH	BBBH

OUTROS DADOS	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14	Jun13
Colaboradores	5.308	5.457	-149	5.582
Colaboradores em Portugal	5.261	5.408	-147	5.533
Pontos de Atendimento	576	626	-50	651
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	561	611	-50	635

* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Calculado de acordo com a definição do "Memorando de Entendimento"



BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	Luís Manuel Baptista Figueiredo

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Carlos Manuel Amaral de Pinho Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota* João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Manuel António Amaral Franco Preto Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

Comissão Executiva

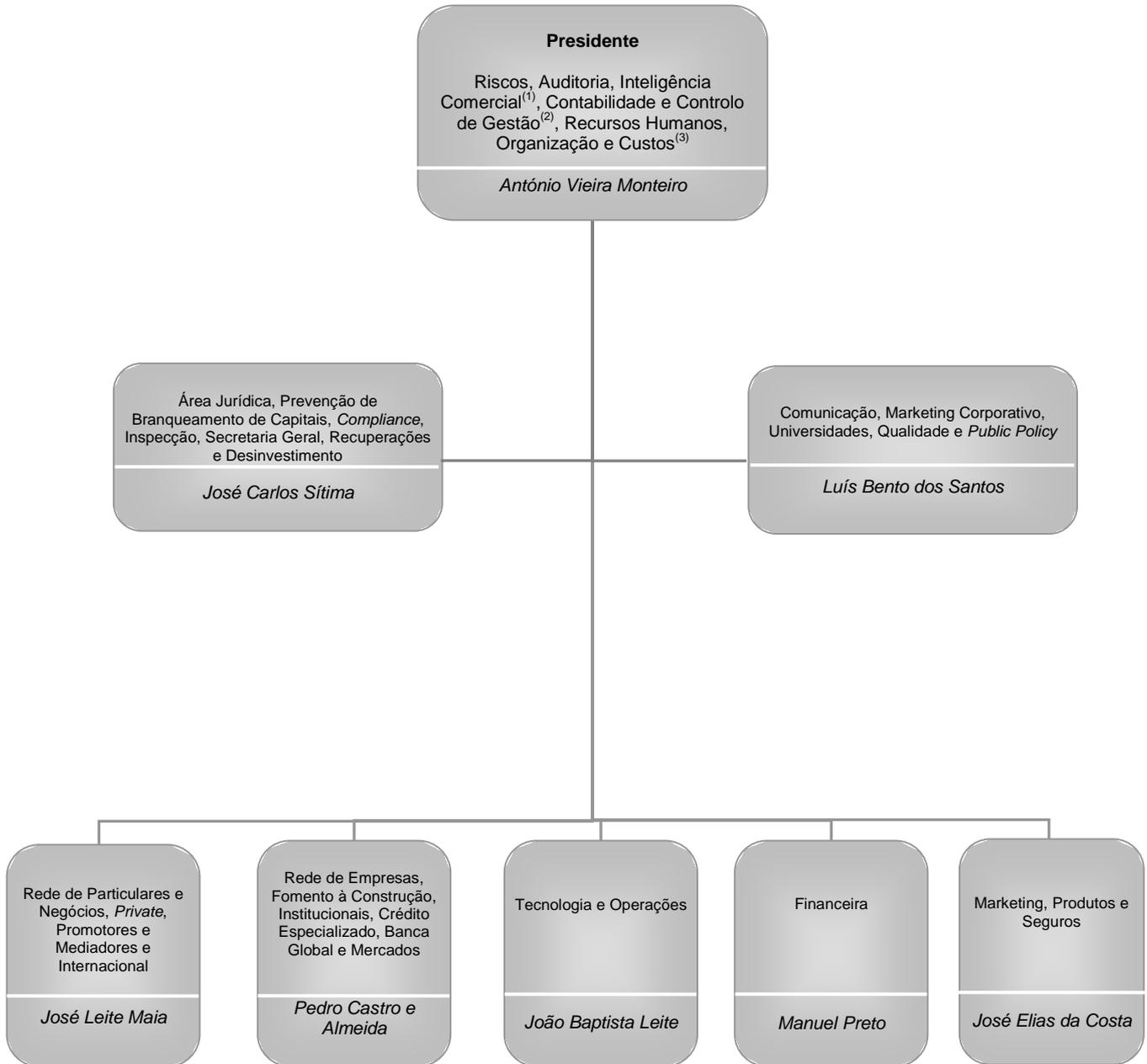
Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	João Baptista Leite José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Manuel António Amaral Franco Preto Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo	Luís Manuel Baptista Figueiredo
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

*Eleita em Assembleia Geral de 30-05-2015, tendo iniciado funções em 6-7-2015, data do registo no Banco de Portugal

Organigrama Funcional da Comissão Executiva



- (1) Na área de Inteligência Comercial, o Presidente é coadjuvado pelo Dr. Manuel Preto
- (2) A gestão da área de Contabilidade e Controlo de Gestão é assegurada pelo Dr. Ignácio Centenera, Director Agregado à Comissão Executiva
- (3) A gestão da área de Recursos Humanos, Organização e Custos é assegurada pelo Dr. Nuno Frias Costa, Director Agregado à Comissão Executiva

Economia Internacional

A actividade económica, no primeiro semestre do ano, e à semelhança do período homólogo, continuou a caracterizar-se por uma expansão moderada, que levou o Fundo Monetário Internacional, na actualização de Julho do “World Economic Outlook”, a rever em baixa as projecções de crescimento para o corrente ano.

A nova projecção de 3,3% para o crescimento em 2015 (uma revisão de -0,2pp) foi largamente explicada pela dinâmica prevista para as economias desenvolvidas, em especial os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão. Por outro lado, a trajectória de desaceleração nas economias emergentes persistia, com uma maior recessão antecipada para o Brasil. Os riscos foram avaliados como estando enviesados em baixa, num quadro de menor crescimento potencial, a que se junta, no curto prazo, riscos relacionados com a volatilidade nos mercados financeiros.

Nos EUA, o crescimento económico voltou a contrair no primeiro trimestre, afectado por condições climatéricas adversas, que afectaram, uma vez mais, a construção e a despesa de consumo das famílias. Adicionalmente, o investimento contraiu, na sequência da descida do preço do petróleo ocorrida no segundo semestre de 2014, que reduziu o volume de investimento no sector do petróleo e gás de xisto. A recuperação começou já no segundo trimestre, acompanhada de uma nova descida da taxa de desemprego, para 5,3% em Junho (uma redução de 0,8pp face ao período homólogo).

A Reserva Federal dos EUA esteve a incorporar a recuperação da actividade económica, com a linha de discurso orientada para a possibilidade de se iniciar o ciclo de subida das taxas de referência ainda em 2015 (como consta das projecções realizadas pelos participantes no Comité de Política Monetária – FOMC – de Junho de 2015). Contudo, manteve a indicação de que o ritmo de subida poderá ser gradual e estar dependente dos desenvolvimentos económicos e financeiros.

Na China, o PIB continuou a crescer em redor de 7%, apesar de indicadores de curto prazo revelarem uma desaceleração face ao período homólogo. As autoridades adoptaram um conjunto de medidas destinado a apoiar a recuperação, mas que não impediram uma forte correcção do principal índice accionista (em cerca de 30%). Em consequência desta evolução, as autoridades anunciaram um conjunto de medidas adicionais, incluindo a criação, pelo banco central, de linhas específicas de liquidez para investidores institucionais nos mercados de rendimento variável.

Na zona euro, o PIB cresceu de forma gradual, mas numa tendência que permitiu ao BCE, em Maio, rever em alta as projecções de crescimento de 2015 para 1,5%, mas assumindo que as decisões de medidas não-convencionais, em especial a aquisição de dívida pública, vão ter um impacto positivo sobre a actividade e a confiança económicas.

Em Janeiro, o BCE anunciou uma terceira vertente, no âmbito do seu programa de aquisição de activos financeiros, destinada à aquisição de dívida emitida por entidades públicas (nacionais e supra-nacionais), num montante global (incluindo as vertentes de obrigações hipotecárias e de securitizações) de 60 mil milhões de euros mensais. Este programa deverá ser mantido até Setembro de 2016, ou até que a inflação convirja para níveis consistentes com a definição de estabilidade dos preços, de inflação “próximo, mas abaixo de 2%”. Em Janeiro, a inflação estava em terreno negativo, tendo subido marginalmente, para 0,2%, em Junho, reflectindo também a dissipação de efeitos de base associados à dinâmica dos preços do petróleo.

Desde Março, quando esta vertente se iniciou, e até 24 de Julho, o BCE já adquiriu 240 mil milhões de euros de dívida pública, a que acrescem 110 mil milhões dos demais activos (securitizações e obrigações hipotecárias).

No primeiro semestre, a situação na Grécia deteriorou-se marcadamente. As eleições gerais antecipadas resultaram na vitória do Syriza, seguindo-se um período de negociações para extensão do anterior programa que se prolongou até ao final de Junho, sem um acordo. Nessa data, o Governo anunciou a realização de um referendo sobre as propostas das instituições, que se realizou em 5 de Julho. Durante o primeiro semestre, num quadro de elevada incerteza, a actividade económica inverteu tendência e voltou a contrair, e as contas públicas registaram uma nova deterioração, que agravaram ainda mais uma situação que já era difícil. Após o anúncio do referendo, a conjuntura sofreu uma pressão adversa adicional, na sequência da imposição, pelo Governo, de controlos de capitais (bancos encerrados e limites aos levantamentos bancários), para travar a retirada massiva de depósitos bancários pela população (desde o início do ano, e até ao final de Junho, os depósitos de privados reduziram-se em quase 40 mil milhões de euros).

Apesar de uma expressiva maioria a favor do “Não”, o Governo, fruto do agravamento da situação de liquidez da economia, viu-se na necessidade de solicitar um terceiro programa de apoio, pedido esse que foi aceite na Cimeira do Euro de 12 de Julho, num contexto político muito complexo, em que todos os cenários

estiveram em aberto, incluindo o de saída temporária pela Grécia da zona euro.

Fruto do acordo, e para abrir as negociações formais do terceiro programa de auxílio financeiro, o Governo grego comprometeu-se com um conjunto de medidas preliminares (aumento do IVA, reforma do processo civil, por exemplo) que lhe permitiram aceder a um empréstimo temporário, de 7 mil milhões de euros, que cobriu as necessidades de financiamento imediatas, e permitiu regularizar os pagamentos em atraso ao FMI e liquidar o vencimento de dívida detida pelo BCE. Os detalhes do programa, com um envelope financeiro estimado em cerca de 82 a 86 mil milhões de euros, assim como a sua formalização, devem ocorrer ainda durante o Verão.

A elevada instabilidade associada à situação na Grécia teve repercussões nos mercados financeiros, em especial nos de rendimento fixo, com um agravamento dos *spreads* de crédito, que afectaram especialmente os mercados ditos “periféricos”: o risco de convertibilidade, associado a uma eventual saída da zona euro pela Grécia, conduziu a um aumento dos prémios de risco face à dívida pública alemã para os níveis mais elevados desde o início do ano. Ainda assim, as expectativas de que o BCE pudesse utilizar todos os instrumentos ao seu dispor (programa de aquisição de dívida pública, as “Transacções Monetárias Directas” – OMT, na sigla em inglês) podem ter limitado os riscos de maior agravamento.

O acordo e a aprovação pelo Parlamento Grego das medidas preliminares permitiram um alívio da incerteza e consequente redução dos *spreads* de crédito, para os níveis de Abril e Maio. Estes níveis, por sua vez, já tinham subido dos mínimos históricos, que tinham sido registados no final do primeiro trimestre, quando se iniciou o programa de aquisição de dívida pública pelo BCE.

O BCE manteve esta evolução sob avaliação, considerando que parte do movimento de subida das *yields* reflectia também a reacção dos investidores aos sinais de melhoria da conjuntura económica e à aceleração da inflação, que afasta os riscos de deflação.

As taxas de juro de curto prazo permaneceram em mínimos, durante o primeiro semestre, com a taxa de juro Euribor 3 meses a entrar em terreno negativo, em reacção às políticas expansionistas do BCE.

Os mercados accionistas europeus valorizaram, ao longo de todo o primeiro semestre do ano, apoiados pelos dados económicos progressivamente mais sólidos, e pelo início do programa de compra de dívida pública pelo BCE. No segundo trimestre, foram

especialmente afectados pela maior incerteza associada à situação na Grécia, mas recuperaram das perdas sofridas, ainda que não retomando os máximos do ano. O mercado norte-americano registava uma valorização mais moderada, embora permanecendo muito próximo dos máximos históricos absolutos. O principal índice accionista da China, apesar da forte correcção ocorrida a partir de Junho (em que depreciou cerca de 30%), registava ainda uma valorização acumulada de mais de 15%, e, como mencionado, as autoridades puseram em marcha um conjunto de medidas destinado a dar suporte ao mercado.

Economia Portuguesa

Um ano após o término do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), em Junho de 2014, a economia portuguesa continuava a crescer de forma sustentada, mas gradual. Desde o segundo trimestre de 2013, o PIB tem crescido a um ritmo médio de 0,3% ao trimestre. No primeiro semestre de 2015, a média terá acelerado para 0,5%, resultando num crescimento homólogo previsto de 1,7% no segundo trimestre, após um crescimento de 0,9% no ano de 2014.

O crescimento tem sido liderado pela progressiva recuperação da procura interna, em especial o consumo privado e o investimento. As exportações líquidas, por seu lado, têm tido um contributo negativo para o crescimento, fruto do maior crescimento das importações de bens de investimento e de material de transporte, apesar da evolução positiva das exportações.

A taxa de desemprego, em Junho, situou-se em 12,4%, colocando a média trimestral em 12,5%, abaixo dos 13,7% observados no primeiro trimestre do ano, a que estará associada também a criação de emprego sazonal nas actividades ligadas ao turismo. Também a reposição parcial de salários na Função Pública e de pensões, com a reversão de parte dos cortes implementados nos últimos anos, contribuiu para o aumento do rendimento disponível das famílias.

O investimento tem vindo, igualmente, a recuperar, em especial nos sectores de máquinas e equipamentos e de material de transporte. No primeiro trimestre, contudo, e pela primeira vez desde 2007, o investimento em construção registou uma variação homóloga positiva. O mais recente inquérito do INE ao Investimento, publicado em Julho, revelou expectativas de continuação do crescimento da despesa de capital, em 2,5% (uma clara revisão em alta face à contracção de 2,2% prevista no inquérito anterior), após o crescimento de mais de 5% estimado para 2014. O inquérito revelou ainda que diminuiu o número de empresas a reportarem a debilidade da procura como

restrição ao investimento, em consonância com a melhoria da conjuntura económica, doméstica e externa.

O inquérito às condições no mercado de crédito bancário relativo ao segundo trimestre, realizado pelo Banco de Portugal, revelou também expectativas, por parte dos bancos inquiridos, de um aumento da procura de crédito pelas empresas, em parte destinado também ao investimento, embora um dos principais fins fosse o financiamento de *stocks* e gestão do fundo de maneo.

Contudo, os dados de crédito não reflectiam ainda totalmente esta melhoria de sentimento. Apesar de os fluxos de nova produção de crédito a empresas não financeiras, no segundo trimestre, terem aumentado face ao trimestre anterior, estavam ainda abaixo dos montantes observados em idêntico período de 2014. O *stock* de crédito continuou a reduzir-se, reflectindo o processo de desalavancagem que as empresas portuguesas têm desenvolvido nos últimos anos.

As exportações mantiveram um relevante dinamismo, mesmo excluindo os efeitos de base associados às vendas de bens energéticos, já que em 2014 foram negativamente afectadas pelo encerramento temporário da refinaria de Sines para manutenção. As vendas para a União Europeia, que representam cerca de 70% das vendas de bens, contribuíram marcadamente para esta dinâmica, já que as exportações extra-comunitárias ficaram praticamente estagnadas, em termos nominais. As importações reflectiam o dinamismo da procura interna, embora fossem os bens de investimento aqueles que mais contribuíram para o crescimento das compras ao exterior.

A execução orçamental das Administrações Públicas, no primeiro semestre, e em óptica de caixa, revelou uma redução ligeira do défice global, face aos níveis observados no mesmo período de 2014. A receita pública registou um crescimento, sobretudo ao nível dos impostos indirectos, em linha com a melhoria da actividade económica. A despesa pública contraiu ligeiramente, ao nível da despesa corrente, a qual registou duas tendências de sentido oposto, com a subida dos encargos com o serviço da dívida (fruto do novo perfil de dívida de médio e longo prazo) e uma descida dos subsídios. O saldo primário, no mesmo período, registou um maior excedente.

Ao longo do primeiro semestre, e apesar da maior incerteza relacionada com a situação na Grécia, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros globais, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro, títulos dos quais emitiu mais de 10 mil milhões de euros até Julho.

Já nesse mês, o Tesouro emitiu a 22 anos, à *yield* de 3,5%.

O Tesouro português aproveitou as melhores condições de acesso a mercado, em termos de prazos e taxas de juro, para substituir parcialmente os empréstimos do FMI. No primeiro semestre, e após aprovação das instituições, o Tesouro amortizou antecipadamente um montante de 6,6 mil milhões de SDR (direitos de saque especiais, a unidade de conta do FMI), equivalente a 28,7% do empréstimo total do FMI, o qual tinha, antes de amortizações, uma maturidade média de 7,3 anos e um custo de 4,7% (os empréstimos, desde 2014, têm um spread agravado, visto ultrapassarem 3.000% da quota de Portugal junto do FMI). Adicionalmente, o Tesouro realizou várias operações de troca e de recompra de dívida pública, para gerir o perfil de vencimentos.

Principais riscos e incertezas no segundo semestre de 2015

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade no segundo semestre de 2015 estão relacionados com factores domésticos e externos.

A nível internacional, os factores de risco estão relacionados com: (i) os desenvolvimentos relativos ao programa de ajustamento na Grécia e aos passos seguintes em termos do seu financiamento e respetiva execução do programa daquele país; (ii) os desenvolvimentos geoestratégicos, na Europa de Leste e no Médio Oriente; (iii) a possibilidade de os EUA iniciarem um ciclo de subida das taxas de juro de referência e o seu impacto sobre os fluxos de fundos entre economias; e (iv) a sustentabilidade da recuperação da economia mundial, num quadro de maior abrandamento das economias emergentes.

A nível nacional, as principais fontes de risco são, por um lado, o ritmo de crescimento da economia e

respetivos impactos sobre as variáveis macroeconómicas que determinam o desenvolvimento da actividade bancária e, por outro, a dinâmica da economia europeia. Ambos os factores são decisivos para o crescimento do PIB, designadamente para a alavancagem das exportações, reanimação da procura interna e crescimento do investimento.

Adicionalmente, e no que respeita ao sector financeiro, o foco do sistema continua orientado para o aumento da rentabilidade baseada na actividade recorrente. A melhoria do ciclo económico pode influenciar positivamente a necessidade de provisionamento de imparidades de crédito, mas o contexto de baixas taxas de juro e a ainda lenta recuperação dos volumes de crédito tem efeitos negativos sobre a capacidade de geração de margem financeira. A progressiva consolidação do Mecanismo Único de Supervisão, pelo BCE, com a definição de regras comuns em termos, também, de requisitos de capital, é um factor adicional condicionante da actividade bancária.

Actividade Consolidada

Introdução

O Banco Santander Totta registou um resultado líquido, no final de Junho de 2015, de 102,7 milhões de euros, comparando com 81,3 milhões de euros no período homólogo, correspondendo a uma variação de 26,3%. Para esta evolução, destacam-se o crescimento da margem financeira, a diminuição dos custos operacionais e a redução da necessidade de dotações para imparidades.

A carteira de crédito ascendeu a 26,7 mil milhões de euros, decrescendo 0,6% em relação ao período homólogo de 2014, sendo, no entanto, de salientar, o abrandamento do ritmo de descida do crédito, em consequência do aumento de 3,3% no crédito concedido a empresas e de um crescimento expressivo na produção de crédito à habitação.

O rácio de crédito em risco desceu para 5,6%, face aos 5,7% registados no final de Junho de 2014, com reforço do grau de cobertura, cujo rácio se situou em 80,6% (74,5% em Junho de 2014).

Os recursos de clientes totalizaram 26,8 mil milhões de euros, revelando uma variação de +5,2% face ao período homólogo, com evolução favorável dos depósitos e dos fundos de investimento comercializados.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, situou-se em 115,5%, no final de Junho de 2015, evoluindo favoravelmente em relação aos 126,7% alcançados um ano antes.

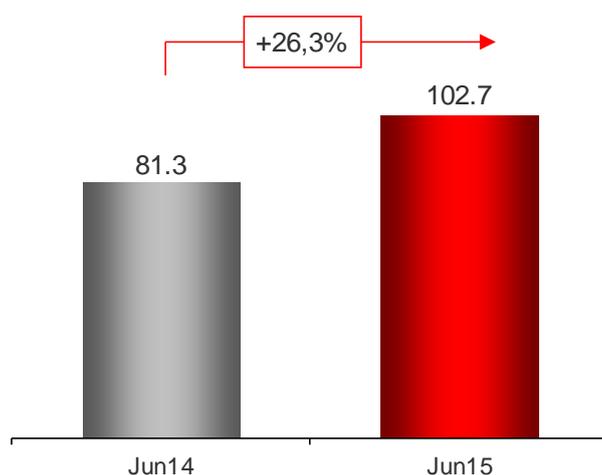
No que concerne aos rácios de capital, de acordo com as regras da CRD IV/CRR, aplicáveis em 2015, o rácio CET 1 atingiu 13,2% (12,6% em Junho de 2014) e o rácio Tier 1 situou-se em 15,6% (14,8% no final do primeiro semestre do ano anterior).

O financiamento líquido obtido junto do Banco Central Europeu situou-se em 3,3 mil milhões de euros, em Junho de 2015. Por sua vez, a carteira de activos elegíveis como garantia nas operações de financiamento junto do Eurosistema totalizou 11,9 mil milhões de euros.

A notação de risco do Banco Santander Totta continua a ser a melhor do sistema financeiro. No mês de Junho de 2015, a Moody's subiu o *rating* dos depósitos e das emissões de obrigações hipotecárias do Banco. As notações de risco da dívida de longo prazo do Banco em comparação com os da República Portuguesa são as seguintes: FitchRatings – BBB (Portugal – BB+), Moody's – Ba1 (Portugal – Ba1), S&P – BB (Portugal – BB) e DBRS – BBBH (Portugal – BBBL).

RESULTADO LÍQUIDO

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (milhões de euros)

	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Margem Financeira Estrita	282,6	266,3	+6,1%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,1	1,1	-0,4%
Margem Financeira	283,7	267,4	+6,1%
Comissões Líquidas e Outros Resultados da Actividade Bancária	136,9	122,3	+12,0%
Margem Comercial	420,6	389,7	+7,9%
Resultado de Operações Financeiras	25,5	79,9	-68,1%
Produto Bancário	446,1	469,6	-5,0%
Custos Operacionais	(234,9)	(244,0)	-3,7%
Resultado de Exploração	211,2	225,6	-6,4%
Imparidade e Provisões Líquidas	(65,9)	(113,9)	-42,1%
Res.de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Equiv.Patrimonial)	9,0	6,9	+28,9%
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	154,2	118,6	+30,0%
Impostos	(51,5)	(37,4)	+38,0%
Interesses Minoritários	(0,0)	(0,0)	-92,3%
Resultado Líquido	102,7	81,3	+26,3%

A margem financeira estrita totalizou 282,6 milhões de euros, no final de Junho de 2015, equivalendo a uma melhoria de 6,1% em relação aos 266,3 milhões de euros contabilizados em Junho de 2014. Esta evolução foi alcançada num enquadramento de pressão dos *spreads* de crédito, da gradual recuperação do volume de crédito e da diminuição do custo de financiamento, em especial dos depósitos.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária alcançaram 136,9 milhões de euros, crescendo 12,0%, em comparação com o valor observado em Junho de 2014, com destaque para a menor desvalorização dos activos adstritos ao fundo de investimento imobiliário Novimovest, (incluído na rubrica "Outros resultados da actividade bancária").

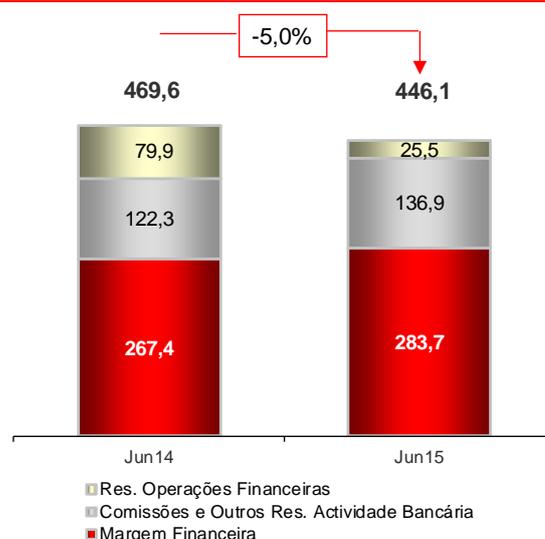
A margem comercial situou-se em 420,6 milhões de euros, aumentando 7,9% relativamente ao final de Junho de 2014.

O resultado de operações financeiras cifrou-se em 25,5 milhões de euros, que compara com 79,9 milhões de euros obtidos em igual período do ano passado. De salientar que o valor contabilizado, no primeiro semestre de 2014, inclui ganhos obtidos com a carteira de títulos que foram totalmente anulados com a constituição de provisões de natureza voluntária e com a amortização extraordinária de *software*, realizada no segundo trimestre.

O produto bancário atingiu 446,1 milhões de euros, 5,0% inferior ao montante registado no final de Junho de 2014, traduzindo principalmente a evolução favorável da margem financeira e dos outros resultados da actividade bancária, minorados pela diminuição do resultado de operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os custos operacionais ascenderam a 234,9 milhões de euros, com um decréscimo de 3,7%, face ao mesmo período de 2014. Os custos com pessoal subiram ligeiramente (+0,5%) face ao período homólogo, enquanto os gastos gerais, com um aumento de 10,2%, reflectem maiores custos relacionados com a aceleração do plano de investimento em novas

tecnologias e na simplificação de processos operacionais. As amortizações evidenciaram um decréscimo de 42,2%, principalmente pela amortização antecipada efectuada em aplicações informáticas, no segundo trimestre de 2014.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

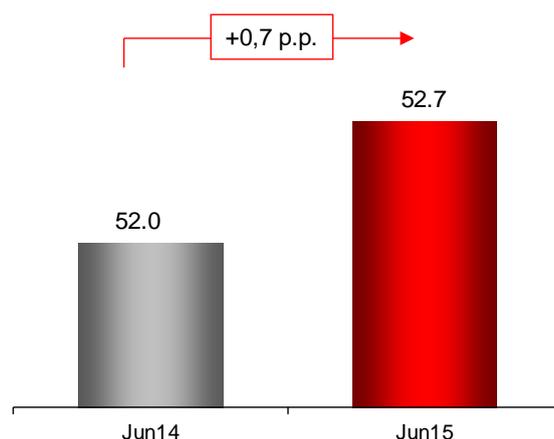
	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Custos com Pessoal	(136,1)	(135,4)	+0,5%
Gastos Gerais	(75,9)	(68,8)	+10,2%
Custos de Transformação	(211,9)	(204,2)	+3,8%
Amortizações	(23,0)	(39,7)	-42,2%
Custos Operacionais	(234,9)	(244,0)	-3,7%
Rácio de Eficiência (exclui amortizações)	47,5%	43,5%	+4,0 p.p.
Rácio de Eficiência	52,7%	52,0%	+0,7 p.p.

No final de Junho de 2015, o rácio de eficiência, que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, situou-se em 52,7%, aumentando 0,7pp face ao valor verificado em Junho de 2014, em consequência do decréscimo das receitas (-5,0%) e dos custos operacionais (-3,7%).

O resultado de exploração atingiu 211,2 milhões de euros, abaixo dos 225,6 milhões de euros registados no período homólogo de 2014 (-6,4%).

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

%



O Banco Santander Totta apresentou uma evolução homóloga favorável nos indicadores de produtividade, com variações positivas no crédito, nos recursos e no resultado líquido por colaborador e por ponto de

atendimento, importante num enquadramento de crescimento moderado do volume de negócio.

PRODUTIVIDADE

	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Crédito ⁽¹⁾ por Colaborador	5,2	5,1	+2,2%
Recursos por Colaborador	5,1	4,7	+8,2%
Crédito ⁽¹⁾ por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	48,2	44,6	+8,1%
Recursos por Ponto de Atendimento ⁽²⁾	46,6	40,7	+14,4%
Resultado Líquido por Colaborador (mil euros)	19,3	14,9	+29,8%
Res. Líquido por Ponto de Atendimento (mil euros) ⁽¹⁾	178,2	129,8	+37,2%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui balcões, centros de empresa e escritórios de representação

A dotação para imparidade e provisões líquidas alcançou 65,9 milhões de euros, comparando favoravelmente com 113,9 milhões de euros registados no período homólogo, equivalendo a uma variação de -42,1%, e traduzindo a melhoria do ciclo económico, em paralelo com a implementação de uma política conservadora de concessão de crédito e de uma eficiente metodologia de controlo e de seguimento do crédito vencido.

O resultado de associadas reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, de 9,0 milhões de euros, cresceu 28,9% face ao valor registado um ano antes.

No final de Junho de 2015, o resultado antes de impostos e de interesses minoritários foi de 154,2 milhões de euros, apresentando um crescimento de 30,0%, face ao valor registado em Junho de 2014.

O Banco Santander Totta obteve um resultado líquido de 102,7 milhões de euros, finalizado o primeiro

semestre de 2015, comparando com 81,3 milhões de euros alcançados em Junho de 2014, com uma variação homóloga de +26,3%, correspondendo a uma rentabilidade dos capitais próprios de 8,7%.

Balanço e Actividade

No final de Junho de 2015, o volume de negócio ascendeu a 54,6 mil milhões de euros, com um aumento de 2,2% em relação ao valor registado em Junho de 2014.

Este crescimento ficou a dever-se à performance evidenciada pelos recursos de clientes, que registaram uma subida de 5,2%, parcialmente minorada pelo decréscimo de 0,6% verificado no crédito bruto.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

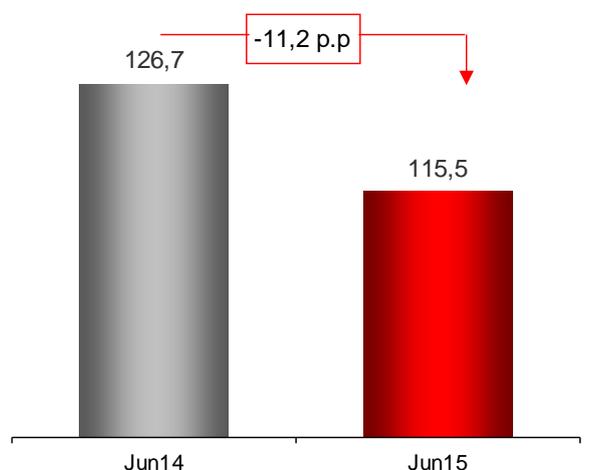
	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Volume de Negócio	54.593	53.412	+2,2%
Crédito Bruto (inclui garantias e avals)	27.750	27.905	-0,6%
Recursos de Clientes	26.843	25.507	+5,2%

O rácio crédito/depósitos situou-se em 115,5%, no final de Junho de 2015 (rácio calculado de acordo com a definição estabelecida no Memorando de

Entendimento), uma redução de 11,2pp em relação aos 126,7% verificados em Junho de 2014.

CRÉDITO/DEPÓSITOS

%



CRÉDITO (milhões de euros)

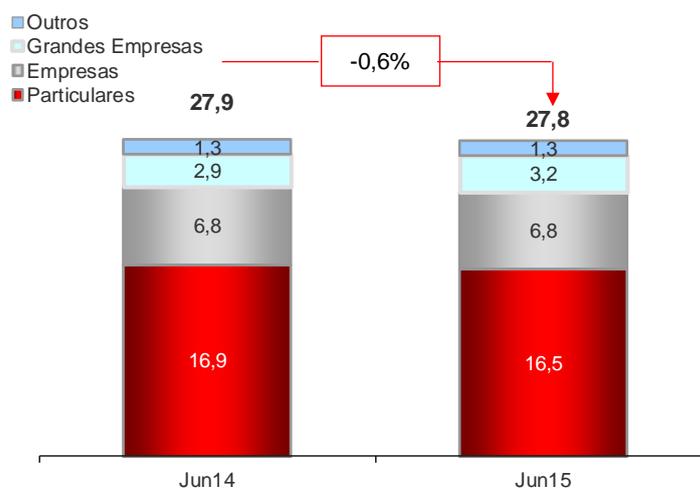
	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Crédito Bruto (inclui garantias e avales)	27.750	27.905	-0,6%
Crédito Bruto	26.671	26.824	-0,6%
<i>do qual</i>			
Crédito a Particulares	16.482	16.897	-2,5%
<i>do qual</i>			
Habitação	14.657	15.004	-2,3%
Consumo	1.387	1.416	-2,0%
Crédito a Empresas	9.992	9.676	+3,3%

A carteira de crédito (incluindo garantias e avales) decresceu 0,6%, no último ano, salientando-se, no entanto, a evolução favorável do crédito concedido a empresas, com uma variação de 3,3%, que progressivamente tem vindo a aumentar o seu peso na carteira de crédito, alcançando 10,0 mil milhões de euros, finalizado o primeiro semestre de 2015. O crédito a particulares cifrou-se em 16,5 mil milhões de

euros, com uma variação homóloga de -2,5%, dos quais 14,7 mil milhões de euros de habitação, que continua a evidenciar uma tendência de descida homóloga, apesar do incremento nos novos créditos concedidos no primeiro semestre do ano, mas que não compensou o valor das amortizações, pelo que a carteira desceu 2,3%.

CRÉDITO

(milhões de euros)



No final de Junho de 2015, o rácio de crédito em risco situou-se em 5,6%, que compara com 5,7% registado no período homólogo, e com cobertura por provisões de 80,6%, (74,5% em Junho de 2014). Por sua vez, o rácio de crédito em incumprimento fixou-se em 4,3% e

o respectivo rácio de cobertura foi de 104,7%. O crédito reestruturado representou 9,5% do crédito total, acima dos 9,3% do período homólogo.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	4,3%	4,2%	+0,1 p.p.
Crédito Vencido + 90 dias / Crédito Total	4,3%	4,0%	+0,3 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	4,3%	4,1%	+0,2 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	5,6%	5,7%	-0,1 p.p.
Crédito Reestruturado / Crédito Total	9,5%	9,3%	+0,2 p.p.
Crédito Reestruturado não incluído no Crédito em Risco / Crédito Total	7,1%	6,7%	+0,4 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	103,5%	101,4%	+2,1 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido + 90 dias	105,6%	105,2%	+0,4 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	104,7%	103,7%	+1,0 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	80,6%	74,5%	+6,1 p.p.

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O total de recursos de clientes, no final de Junho de 2015, aumentou 5,2% face ao montante registado em Junho de 2014.

RECURSOS (milhões de euros)

	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Recursos de Clientes	26.843	25.507	+5,2%
Recursos de Balanço	21.768	20.362	+6,9%
Depósitos	21.743	20.138	+8,0%
Passivos representados por títulos colocados em clientes	25	224	-88,6%
Recursos fora de Balanço	5.074	5.145	-1,4%
Fundos de investimento comercializados	1.694	1.348	+25,6%
Seguros e outros recursos	3.380	3.797	-11,0%

Os recursos de balanço atingiram 21,8 mil milhões de euros, representando 81,1% do total de recursos captados de clientes e crescendo 6,9% em termos homólogos, com os depósitos a aumentar de forma expressiva, em 8,0%.

Os recursos fora de balanço situaram-se em 5,1 mil milhões de euros, decrescendo 1,4% em relação ao valor registado em Junho de 2014. Os fundos de investimento comercializados pelo Banco evidenciaram um crescimento significativo de 25,6%, embora

minorados pela diminuição dos seguros de capitalização e outros recursos (-11,0%).

Rácio de Solvabilidade

No final de Junho de 2015, o Banco apresentou rácios sólidos de capital, com o rácio CET 1 de acordo com as regras CRD IV/CRR, para 2015, de 13,2%, muito superior ao valor mínimo exigido. O rácio CET 1, *full implemented*, atingiu 12,3%.

CAPITAL (milhões de euros)

	Jun15	Jun14	Jun15/Jun14
Common Equity Tier 1	2.115	2.103	+0,6%
Tier 1	2.510	2.468	+1,7%
Total Capital	2.510	2.468	+1,7%
Risk Weighted Assets (RWA)	16.046	16.685	-3,8%
CET 1 Ratio	13,2%	12,6%	+0,6 p.p.
Tier 1 Ratio	15,6%	14,8%	+0,8 p.p.
Total Capital Ratio	15,6%	14,8%	+0,8 p.p.



Perspectivas para o segundo semestre de 2015

As expectativas para o segundo semestre de 2015 apontam para uma gradual recuperação da actividade económica, assim como das condições financeiras, na zona euro.

Os bancos continuarão a desenvolver a sua actividade num enquadramento de baixas taxas de juro, *spreads* de crédito sob pressão e novas exigências regulatórias, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda os novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, o que terá um impacto estrutural na rentabilidade das instituições financeiras nos próximos anos.

O Santander Totta tem demonstrado uma forte capacidade de geração de receitas, mantendo sólidos rácios de capital e uma situação de liquidez confortável.

Para 2015, os principais objectivos do Santander Totta são: (1) aumentar as quotas de mercado e o número de clientes vinculados, através de um grande foco em projectos de fortalecimento dos segmentos estratégicos (Select, Advance, 1|2|3); (2) incrementar a rentabilidade dos capitais próprios, pelo que a evolução da margem financeira será um factor crítico para o aumento das receitas do Banco, através da gestão equilibrada entre a diminuição do custo do passivo e o crescimento dos volumes de negócio.

O Santander Totta manterá a sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, incrementando o peso relativo deste segmento na carteira de crédito, aliada a uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

Em simultâneo, o Banco irá prosseguir a transformação do seu modelo de banca comercial, mais **Simples**, **Próximo** e **Justo**, apresentando soluções adequadas a cada segmento de negócio com o objectivo de aumentar os níveis de vinculação dos clientes, para que o Santander Totta seja o seu primeiro Banco. A estratégia assentará: (1) na maior simplificação dos processos, tornando-os mais eficientes; (2) na utilização de ferramentas que permitam uma melhor gestão da informação; (3) no fortalecimento do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes, e (4) na agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Banca Comercial

Particulares e Negócios

Os primeiros seis meses de 2015 caracterizaram-se pela melhoria da confiança relativamente à evolução de alguns indicadores económicos importantes, embora as incertezas políticas relacionadas com o novo pedido de resgate na Grécia tenham causado momentos de grande volatilidade nos mercados financeiros.

As expectativas em Portugal para o corrente ano são mais favoráveis, com alguns dos indicadores económicos a evoluírem positivamente. O Banco orientou-se pelas suas prioridades estratégicas e cultura corporativa de ser um Banco **Simples, Próximo e Justo**.

No primeiro semestre, prosseguiu a estratégia sustentada na solidez do Banco e na confiança dos clientes, que se tem traduzido num aumento de recursos e na resposta favorável às necessidades de crédito dos clientes. Este princípio tem permitido ao Banco crescer na quota de mercado em habitação, consumo e negócios e PME's.

No final do primeiro trimestre, foi lançado um novo modelo de relação que complementa a oferta existente no mercado de particulares. Depois de, em 2014, ter sido lançado o Mundo Select para o segmento *affluent*, foi lançado o Mundo 1|2|3 para o restante universo de clientes particulares.

O Mundo 1|2|3 é uma solução multiproduto dirigida a todos os clientes do Banco que, para além das vantagens das contas associadas, proporciona um conjunto de benefícios, via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3, em função dos produtos que o cliente detenha em cada momento:

- 1% do valor das compras com o Cartão Mundo 1|2|3;
- 2% do valor das contas da casa (água, electricidade, gás e comunicações – TV, internet, telemóvel e telefone) pagas por débito directo na Conta Mundo 1|2|3;
- 3 cêntimos/litro em combustível na Repsol (estações de serviço Repsol aderentes em Portugal) com o Cartão Mundo 1|2|3, para além de ainda poder beneficiar de 5 cêntimos/litro de desconto imediato.

Os clientes têm à sua disposição um simulador de benefícios e diversos meios para que saibam, em qualquer momento, o que pouparam no Mundo 1|2|3: NetBanco, extracto consolidado mensal e SuperLinha.

No final de Junho, mais de 40 mil clientes já tinham aderido à conta Mundo 1|2|3 e cerca de 17 mil clientes já estavam a beneficiar da totalidade dos benefícios do Mundo 1|2|3. Esta solução tem permitido ao Banco incrementar a captação de novos clientes e reforçar a relação com os existentes.

Na vertente de cartões de crédito, manteve-se o foco na colocação de cartões em clientes novos. Prosseguiram as acções de rentabilização do portefólio e de promoção da utilização, com especial destaque para o novo cartão de crédito Mundo 1|2|3, com um atractivo programa de fidelização. Em Junho, foi dada continuidade à campanha de Verão associada ao Cartão Light.

Private Banking e Select

O primeiro semestre de 2015 tem demonstrado que o segmento *Affluent* (clientes *Select*) no Banco Santander Totta é claramente uma aposta de valor, com uma evolução muito positiva em número de clientes e volumes de negócio.

Os resultados alcançados, em linha com os objectivos definidos, são consequência da oferta diferenciadora para o segmento, nomeadamente o cartão de débito que identifica qualquer cliente *Select* em todas as geografias do Banco Santander e maiores funcionalidades nos canais digitais.

Face a um enquadramento macroeconómico mais exigente, o *Private Banking* adaptou-se a esta nova realidade e superou os objectivos definidos no início do ano, de crescimento do volume de negócios, captação de novos clientes e rentabilidade do negócio, tendo a revista Euromoney distinguido, pelo quarto ano consecutivo, o Santander Totta *Private Banking* como o melhor a operar em Portugal, atribuindo o prémio de "*Best Private Banking Services Overall*".

Empresas

Ao longo do segundo trimestre do ano, manteve-se o contexto de forte concorrência a nível de preços, que já se tinha verificado no decurso de 2014 e no primeiro trimestre de 2015. A Rede Empresas manteve uma estratégia assente na gestão equilibrada entre os volumes da carteira de crédito e de recursos, garantindo o crescimento sustentado da sua rentabilidade.

Concretizando a intenção de apoiar bons projectos, a Rede Empresas realizou uma produção de crédito

que ultrapassou 1,35 mil milhões de euros, ao longo do segundo trimestre.

Nas linhas PME Investe/Crescimento, o Banco Santander Totta manteve uma intervenção de relevo com uma quota de mercado de 17%, tendo colocado, até ao final do primeiro semestre de 2015, mais de 21 mil operações, no montante global de cerca de 2,2 mil milhões de euros. Na linha PME Crescimento 2014, cuja comercialização se iniciou em Março do ano transacto e terminou no final de Abril deste ano, o Banco foi líder, com uma quota de 18,4% em montante de financiamento de operações contratadas na PME Investimentos. Também na Linha PME Crescimento 2015, iniciada em Abril, o Banco posiciona-se acima da sua quota de mercado, representando 16,5% do montante já enquadrado na PME Investimentos.

Durante o primeiro semestre de 2015, o Banco continuou a alargar a sua oferta de valor de negócio internacional às empresas. Reforçou a sua equipa de vendas de Negócio Internacional, promoveu uma intensa dinamização junto das empresas, especialmente no âmbito do *trade finance*, alargou as capacidades de oferta de conhecimento, contactos e *network*, colocando à disposição dos clientes o pacote Santander *Trade*, incluindo o Portal Santander *Trade*, o Clube Santander e os Santander *webinars*.

O *International Desk* continuou a prestar apoio a mais de 200 empresas internacionalizadas, em mercados onde o Santander está presente, incluindo o conceito de “Passaporte”, que possibilita um tratamento homogéneo em todas as geografias. O Banco organizou e participou em eventos sobre mercados estratégicos para as empresas portuguesas, em parceria com entidades ligadas à dinamização da internacionalização.

Ainda neste contexto de apoio ao negócio internacional e à internacionalização das empresas, foi também lançado o *Pack Europa*, uma solução inovadora de *factoring* e *confirming* para a Europa, que disponibiliza às empresas, exportadoras e importadoras, produtos, serviços e ferramentas de apoio à tesouraria que permitem o financiamento eficiente do ciclo de exploração essencial à sua internacionalização.

Os resultados até ao final do primeiro semestre de 2015, ao nível das parcerias não financeiras, comprovam o sucesso do Programa Advance: 5.112 empresas registaram-se no *site* Advance, foram recebidos cerca de 375 pedidos de estágios (dos quais 68 estão já em curso), atribuídas 812 licenças para formação online e realizadas 14 sessões de formação presencial com a participação de cerca de 400 empresas.

Ao nível das soluções financeiras, foram abertas 7.265 contas Advance, contratados 2.317 POS Advance e formalizados 55 milhões de euros em financiamento Advance, dos quais 16,3 milhões de euros do fundo Advance, cuja procura ultrapassa os 150 milhões de euros. O volume de negócio dos clientes da Rede Empresas que beneficiaram do Programa Advance cresceu 8%.

Ainda no âmbito do programa Advance, o Banco lançou também o crédito de campanha Advance, uma solução de apoio de curto prazo que associa, num único contrato, *factoring*, *confirming* e conta corrente, que disponibiliza, através das organizações de produtores, fundos aos agricultores na fase inicial das culturas quando as necessidades de fundo maneio são mais significativas e ainda não existe produto final.

Promotores e Mediadores

O primeiro semestre de 2015 ficou marcado por um forte dinamismo no crédito à habitação, pelo que foi lançado um plano de acção que deu seguimento às iniciativas que já tinham sido implementadas no final de 2014, estratégia que se traduziu nos bons resultados alcançados pelo Banco e pelos canais Promotor e Mediador.

Nas diversas iniciativas realizadas, é de salientar os *road-shows* trimestrais de mediadores e as reuniões sucessivas com as administrações das principais redes de *franchising* da mediação imobiliária em Portugal, que culminaram com uma presença interventiva nas convenções nacionais da Remax, Maxfinace, Era, ComprarCasa e Rede Imobiliária da APEMIP, parceiro institucional com quem é mantida uma estreita colaboração.

Em simultâneo, têm sido lançados concursos e planos de incentivos aos parceiros, com o objectivo de incentivar o encaminhamento de novos processos de crédito à habitação e de premiar os melhores desempenhos nesta importante variável de negócio para o Banco.

O canal de Promotores tem também contribuído de forma evidente para os resultados alcançados no crédito à habitação e mantém um papel determinante na captação de novos clientes nomeadamente clientes do Mundo 1|2|3, clientes com crédito pessoal e crédito Negócios.

No final de Junho, o total da rede de lojas de Promotor alcançou as 315 lojas em funcionamento, mais 20 que no final de 2014.

Canais Complementares

Durante o primeiro semestre de 2015, decorreu a implementação do Plano de Transformação Multicanal, iniciada em 2014, dando corpo à estratégia e posicionamento definidos pelo Grupo para os canais directos, com o objectivo de maior proximidade com os seus clientes. Este plano implica a reformulação do alinhamento dos canais directos, consubstanciado em alterações estruturais, com vista a capacitar estes canais, com maior e mais variada oferta e com desenvolvimentos estruturais assentes na visão corporativa: **Simple**, **Próximo** e **Justo**.

SelfBanking

A actividade de *SelfBanking* foi centrada na colocação em prática da estratégia e dos planos de actividades previstos para o incremento do negócio, na focalização no serviço prestado ao cliente e no aumento da utilização dos equipamentos automáticos.

Foi lançado, junto da rede comercial, o Plano de Dinamização de utilização dos equipamentos, que visa formar e dar a conhecer as funcionalidades e benefícios do serviço aos clientes. Em paralelo, e de forma a enriquecer o leque da oferta de serviços, procedeu-se ao incremento de funcionalidades do sistema, passando a disponibilizar, entre outras, o envio por *email* do recibo digital das operações efectuadas.

Foi dada continuidade ao plano de rejuvenescimento tecnológico, procedendo à substituição de mais de 70 equipamentos instalados em balcões, e foi consolidado o projecto de ATMs com capacidade de recirculação de notas depositadas, com a instalação de mais uma dezena de equipamentos.

O número de ATMs da rede Multibanco decresceu, essencialmente, derivado ao ajustamento verificado na rede de balcões. No entanto, as quotas de mercado mantiveram-se estáveis face ao ano anterior, apresentando valores de 12% em número de ATMs e de 13% em número de movimentos.

Canais Digitais

Ao nível do canal Internet, houve uma forte aposta no seu posicionamento como veículo de distribuição de produtos e serviços. São exemplos disso, o início da comercialização de seguros autónomos no canal NetBanco e a possibilidade de pedido de cartão de débito online. Houve também a adequação às regras mais recentes da componente MIFID para contratação de produtos.

Foi lançado o *site* Mundo 1|2|3 integrado no site do Banco, com destaque para o simulador 1|2|3 e possibilidade de solicitar contacto.

Foi lançada a nova App Mobile, mais simples e intuitiva. Recorrendo a elementos gráficos mais apelativos e com novas funcionalidades, a nova aplicação permite ao cliente aceder em modo de privacidade para ocultar os seus saldos e movimentos durante a sessão, quando estiver, por exemplo, a efectuar as suas operações bancárias em locais públicos. Permite, também, optar entre duas formas de acesso, entre a introdução de um PIN de 4 dígitos e o recurso aos códigos de entrada na plataforma NetBanco (nome de utilizador e código de acesso).

Com um *design* moderno e botões de acesso rápido às funcionalidades mais utilizadas, a App responde à maioria das necessidades dos clientes e é uma ferramenta essencial para o seu dia-a-dia. A nova aplicação encontra-se disponível para iOS e Android.

Registaram-se melhorias na disponibilidade e performance dos *websites* e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 6% no primeiro semestre de 2015, face ao semestre anterior. O número de utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registou um crescimento de 6% e a taxa de penetração aumentou 1,6% no mesmo período.

Contact Center

No primeiro semestre de 2015, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 7º ano consecutivo, o “Melhor *Contact Center* de Portugal no Sector Financeiro”, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*.

O *Contact Center* continua a aumentar a sua autonomia, implementando e revendo processos, no sentido de tornar mais rápida a resolução de todas as situações que são apresentadas pelos clientes. Todos os seus pedidos, mesmo que fora do âmbito do *Contact Center*, têm seguimento junto das áreas competentes.

Foram lançadas diversas acções para os segmentos de Empresas e Negócios, com destaque para o lançamento do Centro de Atendimento de Empresas que tem como objectivo garantir o seguimento de todas as solicitações operativas que os clientes habitualmente efectuem junto das Direcções Comerciais de Empresas e, simultaneamente, assegurar uma resposta mais rápida e melhor experiência de cliente. Este projecto está em fase de piloto. Foram ainda realizadas acções comerciais de pré-venda de produtos e serviços do Banco para as PMEs.

O *Contact Center* criou uma equipa de especialistas para apoio a clientes e colaboradores sobre o Mundo 1|2|3 e que também assegura o atendimento dos pedidos de contacto efectuados no site.

A actividade *inbound* do *Contact Center*, no primeiro semestre, aumentou 2% face ao período homólogo, tendo-se verificado diminuição na actividade de *emails* e *chats* e aumento de chamadas.

Redes Sociais

No primeiro semestre de 2015 registou-se um aumento de 103.821 novos seguidores na página de Facebook institucional do Banco, o que representa um crescimento de 159% face a Dezembro de 2014. Este crescimento deve-se à maior aposta do Banco nas redes sociais, nomeadamente através de campanhas de publicidade no Facebook, rede social que detém maior destaque no esforço de comunicação digital.

Das principais acções levadas a cabo no período, destaca-se o forte apoio ao lançamento do Mundo 1|2|3. O lançamento do Mundo 1|2|3 foi alvo de comunicação transversal nas redes sociais, com particular relevo para a divulgação do vídeo de campanha do Youtube e no Facebook e, desde o seu lançamento, um passatempo semanal dedicado ao Mundo 1|2|3.

O Banco passou também a estar presente no Google+ e reforçou a presença no LinkedIn e Twitter.

O Banco Santander Totta está assim presente em 6 redes sociais: Facebook, Twitter, LinkedIn, Youtube, Instagram e Google+.

Actividade internacional

Em 2015, a actividade internacional do Banco Santander Totta, para clientes particulares residentes no estrangeiro, tem privilegiado o aumento da vinculação, captação de contas e maior facilidade na relação, com grande foco na oferta de canais para que o cliente aceda de forma digital aos serviços do BST, atenuando o efeito da distância. Todas as ofertas para residentes no exterior são realizadas em estreita articulação com a rede comercial em Portugal.

As soluções para o segmento de Residentes no Estrangeiro, além de constituírem oferta de produtos de poupança nas moedas com maior significado, pretendem aumentar a fidelização, assumindo prioridade estratégica a oferta de canais digitais como a App, Mobile e Netbanco.

O volume de negócios, na área de Residentes no Estrangeiro, registou um bom crescimento, com maior peso na componente de recursos o que, face ao nível das taxas de juro, mesmo comparativamente com os concorrentes, revela significativa confiança na solidez do Banco.

No âmbito da relação com as comunidades realizaram-se eventos, nomeadamente em Zurique, Genebra, Paris, Lyon e Londres destinados a clientes e empresários, onde se reforçaram as ligações com Portugal e se pretendeu transmitir a oferta e disponibilidade do BST no apoio sistemático às comunidades.

O Banco esteve presente na 9.ª Conferência Anual da Câmara de Comércio Luso-Britânica que pela primeira vez organizou, em Londres, um Salão Imobiliário para promoção de ofertas de imobiliário.

No final do semestre, realizou-se, de novo, a campanha de Verão, com brindes e informação específica, que de forma estruturada, permite dar as boas-vindas aos portugueses que residem no exterior, reforçando os padrões de atendimento.

A exemplo do verificado no ano anterior, para promoção e oferta de serviços para a comunidade no exterior, foi lançado um concurso que visou dinamizar as transferências para Portugal e que obteve grande adesão, verificando-se um aumento do número de operações efectuadas face ao ano anterior, sendo mais significativo nas transferências realizadas através das unidades no exterior do Banco. De registar o forte incremento do valor de transferências, em cerca de 85%.

A sucursal de Londres tem vindo a evidenciar boa evolução no volume de depósitos e no controlo da carteira de crédito, mantendo importante apoio aos balcões em Portugal.

Global Banking & Markets

Na actividade da área de *Financing Solutions & Advisory*, destacam-se as operações de *Advisor* e financiamento na aquisição do Vilamoura Resort pela Lonestar e a participação no *split* dos activos da ENEOP 2.

Durante este período, confirmou-se a tendência positiva dos mercados de *Project Finance* e *Aquisition Finance*, com as empresas a explorarem novas oportunidades de investimento.

A área de *Fixed Income & FX* (FIC) continuou a apoiar as empresas portuguesas, apresentando soluções de mitigação de riscos financeiros, sendo de referir o apoio dado à internacionalização das

ÁREAS DE NEGÓCIO

empresas nacionais, nomeadamente: i) pelo reforço na aposta de produtos que melhoram a eficiência na gestão de risco cambial e, ii) pela maior proximidade junto das empresas importadoras e exportadoras apoiando a gestão dos fluxos originados pelas suas trocas comerciais.

A área de Produtos Estruturados iniciou o ano de 2015 com uma boa performance na comercialização de produtos de passivo. No primeiro semestre, foram

emitidos 11 produtos estruturados, dos quais 9 são emissões denominadas em euros, cujo montante total ascendeu a 465 milhões de euros, e 2 denominadas em dólares norte-americanos, cujo montante total atingiu 27 milhões de dólares norte-americanos. As emissões que foram colocadas neste período estão indexadas a diferentes activos transaccionados em mercados accionistas de várias geografias.

Introdução

Para o Santander Totta, a qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de actuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco, aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão, tem sido um factor decisivo para a consecução dos objectivos do Banco.

Risco de Crédito

No primeiro semestre do exercício de 2015, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do principio da segmentação no tratamento do riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e, conseqüentemente, da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados, intensificou-se a proximidade com os clientes, de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, revisão das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta actuação, e o nível de qualidade creditícia dos clientes, permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco significativamente inferiores à média do sector. Por outro lado, intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco, e implementaram-se melhorias nos processos, com o objectivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão a ser mais afectados pelo contexto macroeconómico, com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido. As permanentes revisões de carteira permitem concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado;
- Nos primeiros seis meses do ano, continuaram a ser implementadas medidas de gestão do processo de admissão de novos créditos, com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes, sempre que apresentam novas oportunidades de negócio;
- Nos riscos standardizados (ou não encarteirados), o Banco, visando a melhoria continua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objectivo da qualidade da carteira, procedeu à manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos standardizados, manteve-se o foco na manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível actuais e futuros;
- Neste sentido, estão definidas estratégias de admissão adequadas aos sistemas de decisão do Banco, e utilizam-se sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes;
- Por último, com o objectivo de reforçar o envolvimento comercial e *cross-selling* dos clientes e, em simultâneo, potenciar a captação de novos clientes foram mantidas campanhas comerciais para Negócios, visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso, de forma a compensar a erosão natural desta carteira;
- Manteve-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações, reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade de recuperações de gestão massiva, em simultâneo com um acompanhamento permanente dos casos especiais, judiciais e extrajudiciais;
- Prosseguiu a política de reforço da negociação, visando a redução do número de dações, para que, quando ocorram, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Seguiu-se o processo de modernização de área de recuperações assente, por um lado, em desenvolvimentos informáticos criteriosamente apontados pelos utilizadores como necessários e que visam o controlo do processo desde a entrada em recuperações, relação com os advogados e acção executiva;
- Manteve-se a vigilância sobre a metodologia de trabalho, com vista à optimização dos vários processos, tendo como objectivo “stressar” o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das acções para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, prosseguiu uma política de controlo rigoroso do risco da carteira de crédito, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, com vista a uma gestão correcta dos riscos do Banco;
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de

requisitos de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada com base na tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista e complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

Ferramentas de classificação (rating/scoring)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação, correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating*, como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, e complementado pela

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível, bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos, como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira, não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

O cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual, atendendo à sua natureza, não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade e correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência, com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, como também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal, sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos, utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC), onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rendibilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste na análise da capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e rendibilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído, sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rendibilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está, também, especializada de acordo com a segmentação de

clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação, que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal e, por outro lado, manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “*repos*”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo

actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2015, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou genericamente uma redução moderada, reflectindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, verificou-se uma redução das operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro, mantendo-se a exposição em níveis pouco significativos, ao abrigo de acordos de prestação de colateral (*ISDA Master Agreements/Credit Support Annex*).

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos activos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de activos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco baseados no valor patrimonial, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições actuais de balanço, os quais constituem indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos, que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente, o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Durante o primeiro semestre, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis considerados adequados.

Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento a utilizar, para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador, o Banco está muito mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que, entre outros indicadores, exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é muito equilibrada e o mercado de capitais, durante o primeiro semestre de 2015, funcionou regularmente.

Risco de Mercado

Actividades sujeitas a risco de mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Banco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: Neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de Balanço: Riscos decorrentes da actividade comercial do Grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos.

Metodologias

Actividade de Negociação

A metodologia aplicada, no âmbito do Banco Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir, de forma rápida e eficaz, os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o

comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e “gregos”) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

Limites

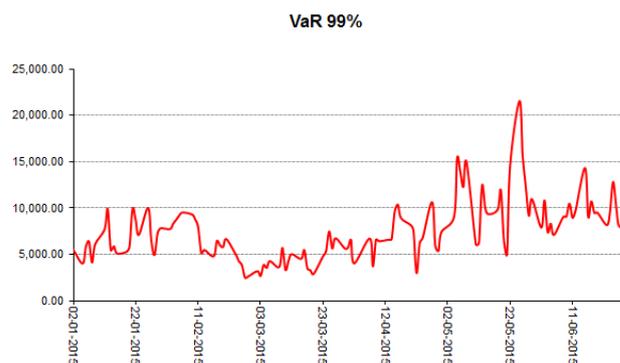
Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e “gregos”) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas, ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*),

permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2015, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 3 mil euros e os 22 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objectivos

O Banco Santander Totta (BST) define o risco operacional como “o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas”. Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou activos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.), ou como consequência de riscos externos como por exemplo actuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados no seu âmbito de actuação.

O objectivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direccionado na identificação, medição, avaliação, controlo e mitigação e informação desse risco.

A prioridade do BST é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas. A medição também contribui para

o estabelecimento de prioridades na gestão do risco operacional.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou, numa primeira fase, pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo e gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem, de forma periódica, o tratamento de aspectos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A gestão e controlo do risco operacional são parte das responsabilidades de todas as áreas, uma vez que são elas que têm um maior conhecimento dos processos, assim como dos pontos susceptíveis de ocasionar exposições importantes de risco operacional. São acompanhadas por uma área central, responsável pela implementação e seguimento do projecto através do respectivo controlo e supervisão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil objectivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de RO, do orçamento e seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada a todos os âmbitos e níveis da organização;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, etc.) e o sector bancário;
- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e seu nível de controlo para a Administração e áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação, e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;
- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade da receita;
- Facilita o estabelecimento de limites de apetite de risco operacional.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projecção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à actividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afectação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política do risco de cumprimento e reputacional tem por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco de cumprimento e reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e protecção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de acções por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

Práticas de Governo e Modelo de Controlo Interno

A estrutura do Governo da Sociedade bem como o que respeita às políticas, procedimentos e órgãos de controlo interno não sofreram alterações face ao que se encontra informado e detalhado no relatório anual do exercício relativo ao ano de 2014, com excepção dos seguintes factos:

- Na Assembleia Geral realizada em 29 de Maio de 2015 foi eleita uma nova administradora não executiva;
- No Conselho de Administração de 25 de Junho foi criado no seu âmbito o Comité de Riscos e aprovados os respectivos estatutos e estrutura, para dar satisfação ao determinado no art. 115-L do Regime Geral das Instituições de Crédito (RGICSF).

Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	2,22%

Movimento de Acções Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 29 de Maio de 2015, o Banco Santander Totta, S.A. directamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir acções próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco Santander Totta detinha 271.244 acções próprias correspondentes a 0,041% do seu capital social. Durante o ano de 2015, o Banco comprou 70 acções próprias, fechando o semestre com um total de 271.314 acções próprias.

TRANSACÇÃO COM ACÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015

	Número de acções	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2014	271.244	5,75	1.560.794	0,041%
Aquisição de acções	70	6,05	423	0,000%
Alienação de acções	0	-	0	-
Saldo em 30/06/2015	271.314	5,75	1.561.217	0,041%

Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que não foram efectuados quaisquer movimentos de acções e obrigações pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao primeiro semestre de 2015.

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao primeiro semestre do exercício de 2015 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários.”

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon
Presidente

António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente

João Batista Leite
Vogal

José Urgel Moura Leite Maia
Vogal

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
Vogal

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogal

Carlos Manuel Amaral de Pinho
Vogal

José Carlos Brito Sítima
Vogal

José Manuel Alves Elias da Costa
Vogal

Manuel António Amaral Franco Preto
Vogal

As contas referentes ao primeiro semestre de 2015 não foram objecto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	30-06-2015			31/12/2014	01/01/2014	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2015	31/12/2014	01/01/2014
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido (proforma)	Valor líquido (proforma)			30-06-2015	(proforma)	(proforma)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	655.091	-	655.091	830.474	337.841	Passivo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	260.802	-	260.802	241.218	552.921	Recursos de bancos centrais	18	3.779.581	4.406.312	6.241.410
Activos financeiros detidos para negociação	7	2.152.437	-	2.152.437	2.291.734	1.949.115	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.893.288	1.995.019	1.619.768
Activos financeiros disponíveis para venda	8	5.471.151	61.833	5.409.318	6.712.555	4.382.253	Recursos de outras instituições de crédito	19	3.026.623	4.030.724	4.175.058
Aplicações em instituições de crédito	9	1.109.545	-	1.109.545	1.220.917	3.270.970	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	21.742.796	21.625.902	20.707.001
Crédito a clientes	10	26.670.579	1.200.641	25.469.938	25.523.251	26.107.521	Responsabilidades representadas por títulos	21	2.714.266	2.973.111	2.534.161
Derivados de cobertura	11	129.393	-	129.393	195.035	199.427	Derivados de cobertura	11	150.005	133.690	370.684
Activos não correntes detidos para venda	12	335.061	123.683	211.378	208.375	206.943	Provisões	22	70.676	71.988	62.039
Propriedades de investimento	13	391.074	-	391.074	420.239	467.949	Passivos por impostos correntes	16	13.017	20.034	14.313
Outros activos tangíveis	14	738.301	447.469	290.832	298.792	318.662	Passivos por impostos diferidos	16	111.671	142.026	58.524
Activos intangíveis	14	392.321	364.456	27.865	28.381	52.468	Instrumentos representativos de capital	23	200.726	205.979	235.054
Investimentos em associadas	15	178.154	1.500	176.654	166.359	147.730	Passivos subordinados	24	4.303	4.306	4.307
Activos por impostos correntes	16	17.010	-	17.010	14.603	17.458	Outros passivos	25	377.547	292.893	292.900
Activos por impostos diferidos	16	438.036	-	438.036	458.675	540.675	Total do Passivo		<u>34.084.499</u>	<u>35.901.984</u>	<u>36.315.219</u>
Outros activos	17	278.999	22.388	256.611	249.754	258.595	Capital Próprio				
							Capital	26	656.723	656.723	656.723
							Prémios de emissão	26	193.390	193.390	193.390
							Outros instrumentos de capital	26	135.000	135.000	135.000
							Reservas de reavaliação	26	(351.920)	(278.738)	(573.189)
							Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	26	1.603.810	1.534.596	1.477.217
							Resultado consolidado do período/exercício atribuível aos accionistas do BST	27	102.652	165.174	89.164
							Capital próprio atribuível aos accionistas do BST		2.296.210	2.362.701	1.934.993
							Interesses que não controlam	28	615.275	595.677	560.316
							Total do Capital Próprio		<u>2.911.485</u>	<u>2.958.378</u>	<u>2.495.309</u>
Total do Activo		<u>39.217.954</u>	<u>2.221.970</u>	<u>36.995.984</u>	<u>38.860.362</u>	<u>38.810.528</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>36.995.984</u>	<u>38.860.362</u>	<u>38.810.528</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30/06/2015	30/06/2014 (proforma)
Juros e rendimentos similares	30	540.798	621.308
Juros e encargos similares	31	(258.237)	(355.034)
Margem financeira		282.561	266.274
Rendimentos de instrumentos de capital	32	1.134	1.138
Rendimentos de serviços e comissões	33	164.807	165.078
Encargos com serviços e comissões	34	(29.503)	(28.456)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	35	(6.913)	(111.731)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	20.587	185.244
Resultados de reavaliação cambial	37	4.619	2.229
Resultados de alienação de outros activos	38	7.161	4.148
Outros resultados de exploração	39	1.617	(17.772)
Produto bancário		446.070	466.152
Custos com o pessoal	40	(136.074)	(135.427)
Gastos gerais administrativos	41	(75.864)	(68.812)
Amortizações do período	14	(22.952)	(39.730)
Provisões líquidas de anulações	22	(12.780)	(28.030)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(42.931)	(72.244)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(459)	34
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(9.767)	(13.684)
Resultados de associadas	42	8.951	6.943
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		154.194	115.202
Impostos			
Correntes	16	(26.533)	(19.750)
Diferidos	16	(25.009)	(17.610)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		102.652	77.842
Interesses que não controlam	28	-	(2)
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	27	102.652	77.840
Acções em circulação	27	641.858.667	641.880.542
Resultado por acção básico e diluído (em Euros)	27	0,16	0,12

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de Junho de 2015		30 de Junho de 2014 (proforma)	
	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos accionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do período	102.652	-	77.840	2
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Desvios actuariais e financeiros relativos a pensões				
. Valor bruto	8.912	-	5.688	-
. Impacto fiscal	-	-	(1.308)	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	2.894	19.598	1.603	2.540
. Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda				
. Justo valor	(108.941)	-	270.642	-
. Impacto fiscal	31.525	-	(79.845)	-
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
. Justo valor	(11.032)	-	(7.386)	-
. Impacto fiscal	3.199	-	2.178	-
Rendimento integral consolidado do período	29.209	19.598	269.412	2.542

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado líquido do exercício/período	Interesses que não controlam	Total do capital próprio			
				De reavaliações legais	De justo valor	De flutuação cambial	Por impostos diferidos							
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	656.723	193.390	135.000	23.245	(814.599)	(10.208)	228.373	245.862	898.754	332.601	(43.312)	89.164	560.316	2.495.309
Impacto do reconhecimento de taxas e contribuições devidas ao Estado de acordo com a IFRIC 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de Janeiro de 2014 (proforma)	656.723	193.390	135.000	23.245	(814.599)	(10.208)	228.373	245.862	898.754	332.601	(43.312)	89.164	560.316	2.495.309
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	95	245	46.381	41.241	-	(87.962)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.202)	-	(1.202)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.150)	-	-	-	-	(30.150)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	(446)	-	-	-	-	(446)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(145)	(1)	-	-	(25)	(171)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2014	-	-	-	-	268.944	1.603	(78.975)	-	-	-	-	77.840	2.542	271.954
Saldos em 30 de Junho de 2014 (proforma)	656.723	193.390	135.000	23.245	(545.655)	(8.605)	149.493	246.107	914.394	373.841	(43.312)	77.840	562.833	2.735.294
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	665	-	-	-	-	-	-	(108)	557
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	224	-	-	-	-	224
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(132)	-	-	-	(132)
Outros	-	-	-	-	-	(10)	-	-	31	(1)	-	-	24	44
Rendimento integral consolidado do segundo semestre	-	-	-	-	151.758	7.464	(57.093)	-	-	-	-	87.334	32.928	222.391
Saldos em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	656.723	193.390	135.000	23.245	(393.897)	(486)	92.400	246.107	914.649	373.840	(43.444)	165.174	595.677	2.958.378
Aplicação dos resultados														
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	260	13.447	57.789	27.963	-	(99.459)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.715)	-	(65.715)
Distribuição de dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.168)	-	-	-	-	(30.168)
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	191	-	-	-	-	191
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Outros	-	-	-	-	-	-	1	-	(8)	-	-	-	-	(7)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2015	-	-	-	-	(111.061)	2.894	34.724	-	-	-	-	102.652	19.598	48.807
Saldos em 30 de Junho de 2015	656.723	193.390	135.000	23.245	(504.958)	2.408	127.385	259.554	942.453	401.803	(43.445)	102.652	615.275	2.911.485

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (PROFORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	648.517	697.429
Pagamento de juros e comissões	(274.973)	(358.701)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(231.464)	(209.528)
Contribuições para o fundo de pensões	-	-
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	10.576	(6.518)
Recuperação de créditos incobráveis	1.461	2.757
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>154.117</u>	<u>125.439</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	86.034	1.801.972
Activos financeiros detidos para negociação	137.634	(263.362)
Crédito a clientes	6.300	343.124
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	87.144	(204.513)
Activos não correntes detidos para venda	(18.379)	32.868
Propriedades de investimento	35.982	-
Outros activos	1.530	(255.898)
	<u>336.245</u>	<u>1.454.191</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito	(1.631.298)	(626.255)
Recursos de clientes e outros empréstimos	143.144	(571.684)
Passivos financeiros detidos para negociação	(101.731)	261.562
Outros passivos	94.131	218.605
	<u>(1.495.754)</u>	<u>(717.772)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(1.005.392)	861.858
Impostos pagos	(35.958)	(28.589)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(1.041.350)</u>	<u>833.269</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.134	1.138
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(432.185)	(3.674.486)
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	1.522.528	1.744.870
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	181.656	67.298
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(20.335)	(14.721)
Vendas de activos tangíveis	389	6.887
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>1.253.187</u>	<u>(1.869.014)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(238.859)	1.493.503
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(63.021)	(36.711)
Dividendos pagos	(65.715)	(1.202)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(41)	(46)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(367.636)</u>	<u>1.455.544</u>
Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>(155.799)</u>	<u>419.799</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.071.692	890.762
Caixa e seus equivalentes no fim do período	915.893	1.310.561

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de Dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 encontram-se detalhados na Nota 46.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC). Para efeitos contabilísticos e fiscais, a fusão foi reportada a 1 de Abril de 2011, data do respectivo registo.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 536 balcões (555 balcões em 31 de Dezembro de 2014) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do BST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efectuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

O Banco adoptou a norma IAS 34 – “Relato financeiro intercalar” na apresentação das demonstrações financeiras semestrais.

No primeiro semestre de 2015, o Banco adoptou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) – Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2010-2012 e 2011-2013) – Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspectos relacionados com as normas IFRS 1 – “Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, IFRS 3 – “Concentração de Actividades Empresariais”, IFRS 13 – “Mensuração ao Justo Valor” e IAS 40 – “Propriedades de Investimento”.
- IAS 19 – “Benefícios aos empregados” (revisão) – Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

A adopção das normas e interpretações acima referidas, com excepção da adopção da interpretação IFRIC 21, não produziu um impacto significativo nas demonstrações financeiras. O impacto da adopção da interpretação IFRIC 21 está divulgado na Nota 1.4.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projecto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
- IFRS 14 – “Activos regulados” - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adoptem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a activos regulados.
- IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes” - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
- IAS 16 – “Activos Fixos Tangíveis” e IAS 38 – “Activos Intangíveis” – Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de activos fixos tangíveis e de activos intangíveis que são permitidos.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras separadas” (2011) (revisão) - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
- IAS 1 – “Apresentação de demonstrações financeiras” (Divulgações) (revisão) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos actuais requisitos de relato das IFRS.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclos 2012-2014): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adoptadas pelo Banco no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015. Excepto quanto ao efeito da aplicação da IFRS 9, o qual à data não é possível ainda estimar, não se prevêem impactos materiais resultantes da adopção das normas acima referidas.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas por si directamente e indirectamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afectar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” e da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Banco assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 28).

Por outro lado, o Banco gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Banco, excepto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando detém mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital” (Nota 23). Os interesses que não controlam de resultados relativos a fundos de investimento consolidados são reconhecidos como uma dedução às rubricas “Resultados de alienação de outros activos” (Fundo Multiobrigações) e “Outros resultados de exploração” (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por aqueles fundos (Notas 38 e 39).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Banco passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Banco do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas. Com uma periodicidade mínima anual, o Banco realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas de “*cash-flows*” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Banco. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

O Banco decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivaleu ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Banco reavalia por resultados as participações nas quais perde controlo (Nota 4).

Por outro lado, o Banco decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos fixos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios do Banco na rubrica de “Reservas de reavaliação - De flutuação cambial”.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e as aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial e obrigações) cuja intenção não é a de venda no curto prazo, sendo registadas inicialmente pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões e acrescido de todos os custos externos directamente atribuíveis às operações.

Posteriormente, o crédito e as outras contas a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e os custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do seu período de vigência, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. O Banco optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Banco classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no Manual de Crédito aprovado pelo Banco, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Por outro lado, o Banco analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação daqueles créditos sejam reduzidas, os mesmos são considerados incobráveis e são reconhecidas perdas de imparidade para a sua totalidade. Para estes, o Banco procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Imparidade

Periodicamente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e as outras contas a receber com o objectivo de identificar indícios de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Banco segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Por outro lado, relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Banco efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 e que estejam classificados em “morosidade de gestão” no seu sistema de acompanhamento; e
- Responsabilidades superiores a mEuros 500 se classificados em VE1 e Substandard e mEuros 1.000 se classificados em VE2 e VE3, no seu sistema de vigilância especial.

Neste sentido, estes segmentos podem incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente, o Banco inclui ainda na sua análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora estes não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais sejam apuradas perdas por imparidade inferiores a 0,5% são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise de imparidade colectiva, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Banco efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
 - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos *cash-flows* estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Banco (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Banco considera um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Banco incorreu numa perda por imparidade em crédito e em outras contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, estabelecida no respectivo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Banco para a sua carteira de crédito concedido a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais desses activos e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Banco entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor no Banco, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados decorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais são suspensos a partir da data da denúncia do contrato.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 38). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade.

Factoring

Os activos associados a operações de factoring contratadas com recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos de fundos por conta dos contratos respectivos.

Os activos associados a operações de factoring contratadas sem recurso são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o registo de um passivo na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring”. As entregas de fundos efectuadas aos aderentes originam o débito correspondente na rubrica de “Outros passivos - Credores e outros recursos - Credores diversos - Credores por contratos de factoring” (Nota 25).

Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registados em contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do activo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração, e;
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respectivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no activo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, não existem créditos titularizados desreconhecidos.

Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, na rubrica de “Outros activos tangíveis” por contrapartida de um passivo, processando-se as correspondentes amortizações. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os rendimentos.

e) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco na data de pagamento ou recebimento, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os activos e passivos financeiros são posteriormente classificados numa das quatro categorias previstas na IAS 39:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação e outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável e fixo transaccionados em mercados activos adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são registados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted *cash-flows*”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted *cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transaccionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e de dívida que não se encontram classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados pelo seu custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de reavaliação – De justo valor” até à sua venda ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros disponíveis para venda são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Reclassificação de activos financeiros

De acordo com a alteração introduzida em 13 de Outubro de 2008 na Norma IAS 39 - “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração”, o Banco pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para efeitos de venda ou recompra a curto prazo (não obstante poder ter sido adquirido ou incorrido principalmente para efeitos de venda ou recompra a curto prazo), retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, se forem cumpridos alguns requisitos. No entanto, não são permitidas reclassificações de outras categorias para a categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

iv) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o seu custo de aquisição e o seu valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros a pagar.

vi) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade quando ocorre uma desvalorização prolongada ou de valor significativo na cotação daqueles títulos. Para títulos não cotados, é considerada evidência objectiva de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Desta forma, o Banco considera a natureza e características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade que efectua. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Banco considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros e, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento ocorrido após a determinação da imparidade, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e transferida para a demonstração dos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no seu justo valor resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no seu justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável daqueles activos corresponde à melhor estimativa dos seus fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são registados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquido de custos de transacção, e são posteriormente registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Responsabilidades representadas por títulos” e “Passivos subordinados”.

Os derivados embutidos nas obrigações emitidas são registados separadamente nas rubricas de “Activos e passivos financeiros detidos para negociação”, sendo reavaliados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Transacções em mercado secundário

O Banco efectua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respectivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos e passivos financeiros registados nas categorias de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspectos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços ("bid prices") divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas ("bid prices") obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa de juro efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

f) Valorização e registo de instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados transaccionados pelo Banco são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em obrigações emitidas e em depósitos estruturados) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para a aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspectos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os activos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Por outro lado, periodicamente o Banco efectua testes de imparidade aos seus activos tangíveis. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado actual.

h) Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efectuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

j) Activos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 17). Estes activos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Esta rubrica inclui ainda unidades de participação de um Fundo Fechado de Investimento Imobiliário adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

De acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

Por último, o Conselho de Administração do Banco considera que os métodos de valorização adoptados para estes activos são adequados e reflectem a realidade de mercado.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões”, de acordo com a IAS 37, inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua actividade (Nota 22).

l) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes colaboradores, o Banco era responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que definiu que os trabalhadores do sector bancário que estivessem no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram também transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos do Fundo de Pensões transferido para o Estado correspondeu ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o acima referido Decreto-Lei, as quais foram determinadas tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir tiveram de ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos mesmos, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

Nos termos do acima referido Diploma, a transmissão da titularidade dos activos foi realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55% do valor actual provisório das responsabilidades; e
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social das responsabilidades com reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das populações.

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e as responsabilidades determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Banco, foi registada na rubrica de resultados de "Custos com o pessoal".

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo (Nota 44).

Por outro lado, em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

O ex-Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. Desta forma, no exercício de 2006, o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida em que os seus colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN para aquele Fundo dependia dos seus resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010, tendo sido reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. No primeiro semestre de 2014, o Fundo do ex-BSN foi liquidado após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A Totta IFIC não dispunha de Fundo de Pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores desta foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Adicionalmente, foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de Janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – "Benefícios aos empregados", o Banco passou a registar na rubrica de "Custos com o pessoal" da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o activo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos activos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas actuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos actuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos activos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento (Notas 17 e 25).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabeleceu um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a taxa de cobertura da totalidade das responsabilidades do BST (excluindo as associadas à sua sucursal de Londres) com benefícios a empregados, incluindo SAMS, ascendia a 100,89% e 100,32% respectivamente (Nota 44).

m) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O Banco determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais baseados no método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de bom risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica “Outros passivos - Encargos a pagar - Relativos ao pessoal – Prémio de antiguidade” (Nota 25).

n) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redacção dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de Dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios passaram a poder deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida igualmente a derrama estadual, a qual teria de ser paga por todos os sujeitos passivos que apurassem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual correspondia a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentassem nesse exercício e nos dois exercícios seguintes lucros tributáveis mais elevados passaram a estar sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Neste sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 passaram a estar sujeitas a uma taxa de 5%.

Contudo, a Lei nº 66–B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) veio proceder a uma redução do limite a partir do qual passou a ser aplicável a taxa de derrama estadual de 5% de mEuros 10.000 para mEuros 7.500 aplicável ao período de tributação que se iniciasse em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Adicionalmente, na sequência da promulgação da Lei nº2/2014, de 16 de Janeiro (Reforma do IRC) e da redacção dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro), a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2014, e primeiro semestre de 2015, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (23% no exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que mEuros 1.500 0%;
 - Entre mEuros 1.500 e mEuros 7.500 3%;
 - Entre mEuros 7.500 e mEuros 35.000 5%;
 - Maior do que mEuros 35.000 7%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos no exercício de 2014 e no primeiro semestre de 2015 fosse de 21% para prejuízos fiscais reportáveis e de 29%, para as outras diferenças temporárias.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,085% e 0,0003%, respectivamente, conforme previsto na alteração efectuada pela Portaria nº 176 - A/2015, de 12 de Junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de Março.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

O Grupo não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em activos financeiros disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

o) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre acções do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 47.

p) Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, bem como os respectivos impostos, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

q) Acções preferenciais

As acções preferenciais são classificadas como instrumento de capital próprio quando:

- Não existe uma obrigação contratual por parte do Banco em reembolsar (em numerário ou em outro activo financeiro) as acções preferenciais adquiridas pelo detentor;
- A remissão ou reembolso antecipado das acções preferenciais apenas pode ocorrer por opção do Banco; e
- As distribuições de dividendos efectuadas pelo Banco aos detentores das acções preferenciais são discricionárias.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco classificou como instrumentos de capital próprio as emissões de acções preferenciais da Totta & Açores Financing e do BST International Bank, Inc. – Porto Rico.

As acções preferenciais classificadas como instrumentos de capital próprio e detidas por terceiros são apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 28).

r) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efectua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efectua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro activo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à actividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

s) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

1.4. Comparabilidade da informação

No seguimento da adopção em 1 de Janeiro de 2015 da Interpretação IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração), o Banco passou a reconhecer a responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado das contribuições devidas face à legislação aplicável no momento em que estas sejam exigíveis. No BST, as contribuições ao Estado que foram consideradas para a aplicação desta Interpretação foram a contribuição sobre o sector bancário, a contribuição para o Fundo de Resolução e a contribuição para o Fundo da Garantia de Depósitos.

A aplicação retrospectiva dos requisitos da IFRIC 21 teve os seguintes impactos:

	Capitais próprios consolidados em 01-01-2014 (inclui resultado do exercício)	Resultado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2014	Resultado líquido do período de seis meses findo em 31 de Dezembro de 2014	Capitais próprios consolidados em 31-12-2014 (inclui resultado do exercício)
Saldos conforme reportado (antes da aplicação retrospectiva da alteração de política contabilística)	2.495.309	81.285	83.889	2.958.378
Impacto da aplicação retrospectiva da IFRIC 21				
Impacto do reconhecimento de taxas e contribuições devidas ao Estado como custo no momento em que as mesmas são exigíveis em detrimento da sua especialização ao longo do exercício	-	(3.445)	3.445	-
Saldos (proforma)	2.495.309	77.840	87.334	2.958.378

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 1.3. e). Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Banco quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos-valias potenciais resultantes da desvalorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da reserva de reavaliação – justo valor. No entanto, sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias potenciais acumuladas naquela reserva são transferidas para custos do exercício.

Quanto a instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias potenciais são transferidas da reserva de reavaliação – justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

O Banco enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal está obrigado a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal de 21 de Fevereiro, e tem de utilizar essas contas para apuramento do seu lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, de acordo com a interpretação das mesmas efectuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, nomeadamente dos mencionados na Nota 50, bem como a respectiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco, a qual no entanto poderá vir a não concretizar-se.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Banking & Markets:

Inclui essencialmente a actividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a 5 milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Gestão de Activos:

Esta área incluía a actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual por sua vez incluía o lançamento de fundos que tinham por objectivo criar valor acrescentado para os clientes do Banco.

No final do exercício de 2013, o Banco alienou as empresas responsáveis pela gestão de fundos de investimento a uma empresa do Grupo Santander.

Actividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 30 de Junho de 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	47.283	163.755	54.467	17.056	282.561
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.134	1.134
Margem Financeira Alargada	47.283	163.755	54.467	18.190	283.695
Comissões líquidas	27.682	105.707	10.287	(8.372)	135.304
Outros resultados da actividade bancária	(28)	1.651	(22)	16	1.617
Margem Comercial	74.937	271.113	64.732	9.834	420.616
Resultado de operações financeiras	6.178	1.695	116	17.465	25.454
Produto Bancário	81.115	272.808	64.848	27.299	446.070
Custos de transformação	(8.871)	(173.730)	(27.899)	(1.438)	(211.938)
Amortizações do período	(2.188)	(18.227)	(2.537)	-	(22.952)
Margem de Exploração	70.056	80.851	34.412	25.861	211.180
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	(9.223)	(21.565)	(12.812)	(22.337)	(65.937)
Resultados de associadas	-	-	7.487	1.464	8.951
Resultado antes de Impostos	60.833	59.286	29.087	4.988	154.194
Impostos	(18.250)	(14.804)	(6.480)	(12.008)	(51.542)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	42.583	44.482	22.607	(7.020)	102.652

Em 30 de Junho de 2015, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2015				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	14.658.175	-	-	14.658.175
Crédito ao consumo	-	1.406.981	-	-	1.406.981
Outros créditos	3.014.865	2.172.953	4.216.964	-	9.404.782
Total de activos afectos	3.014.865	18.238.109	4.216.964	-	25.469.938
Activos não afectos					11.526.046
Total do Activo					36.995.984
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	680.996	18.329.670	1.616.320	1.115.810	21.742.796
Responsabilidades representadas por títulos	-	88.195	-	2.626.071	2.714.266
	680.996	18.417.865	1.616.320	3.741.881	24.457.062
Garantias e avales	123.551	146.953	809.113	-	1.079.617

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento de negócio em 30 de Junho de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2014 (proforma)					
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira estrita	52.136	149.425	65.268	3.068	(3.623)	266.274
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	1.138	1.138
Margem Financeira Alargada	52.136	149.425	65.268	3.068	(2.485)	267.412
Comissões líquidas	26.536	105.619	11.981	(3.069)	(4.445)	136.622
Outros resultados da actividade bancária	(29)	(1.015)	(111)	(6.200)	(10.417)	(17.772)
Margem Comercial	78.643	254.029	77.138	(6.201)	(17.347)	386.262
Resultado de operações financeiras	3.243	728	110	4.381	71.428	79.890
Produto Bancário	81.886	254.757	77.248	(1.820)	54.081	466.152
Custos de transformação	(7.573)	(160.906)	(29.711)	(6.049)	-	(204.239)
Amortizações do período	(1.538)	(30.345)	(7.810)	(37)	-	(39.730)
Margem de Exploração	72.775	63.506	39.727	(7.906)	54.081	222.183
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	543	(38.648)	(18.956)	(200)	(56.663)	(113.924)
Resultados de associadas	-	-	5.848	-	1.095	6.943
Resultado antes de Impostos	73.318	24.858	26.619	(8.106)	(1.487)	115.202
Impostos	(21.262)	(7.287)	(6.024)	(3.705)	918	(37.360)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(2)	(2)
Resultado líquido do período	52.056	17.571	20.595	(11.811)	(571)	77.840

Em 31 de Dezembro de 2014, os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2014 (proforma)				
	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Actividades Corporativas	Total Consolidado
Activo					
Crédito a Clientes					
Crédito hipotecário	-	14.795.658	-	-	14.795.658
Crédito ao consumo	-	1.398.725	-	-	1.398.725
Outros créditos	2.966.050	2.306.703	4.056.115	-	9.328.868
Total de activos afectos	2.966.050	18.501.086	4.056.115	-	25.523.251
Activos não afectos					13.337.111
Total do Activo					38.860.362
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	938.483	17.665.370	1.725.300	1.296.749	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	-	171.791	48.474	2.752.846	2.973.111
	938.483	17.837.161	1.773.774	4.049.595	24.599.013
Garantias e avales	125.654	157.480	800.895	-	1.084.029

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	30/06/2015						Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	655.091	-	-	-	-	-	655.091	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	260.246	7	-	6.002	472	6.481	(5.925)	
Activos financeiros detidos para negociação	2.152.437	-	-	-	-	-	-	
Activos financeiros disponíveis para venda	5.409.318	997.140	-	-	-	997.140	(997.140)	
Aplicações em instituições de crédito	1.109.272	50.001	-	468.397	338.034	856.432	(856.159)	
Crédito a clientes	25.469.938	-	-	-	-	-	-	
Derivados de cobertura	129.393	-	-	-	-	-	-	
Activos não correntes detidos para venda	211.378	-	-	-	-	-	-	
Propriedades de investimento	391.074	-	-	-	-	-	-	
Outros activos tangíveis	290.795	1	-	-	37	38	(1)	
Activos intangíveis	27.865	-	-	-	-	-	-	
Investimentos em associadas	33.702	-	142.952	-	-	142.952	-	
Activos por impostos correntes	16.857	-	-	-	-	-	153	
Activos por impostos diferidos	438.036	-	-	-	-	-	-	
Outros activos	256.132	43	-	6	473	522	(43)	
Total do Activo	36.851.534	1.047.192	142.952	474.405	339.016	2.003.565	(1.859.115)	36.995.984
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.779.581	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros detidos para negociação	1.893.288	-	-	-	-	-	-	
Recursos de outras instituições de crédito	3.026.623	601.449	32.763	-	-	634.212	(634.212)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.648.701	-	-	94.095	-	94.095	-	
Responsabilidades representadas por títulos	2.714.266	-	-	-	-	-	-	
Derivados de cobertura	150.005	-	-	-	-	-	-	
Provisões	70.676	-	-	-	-	-	-	
Passivos por impostos correntes	13.017	-	-	-	-	-	-	
Passivos por impostos diferidos	91.761	-	-	-	-	-	19.910	
Instrumentos representativos de capital	200.726	-	-	-	-	-	-	
Passivos subordinados	4.303	-	-	-	-	-	-	
Outros passivos	375.846	34	-	1.485	182	1.701	-	
Total do Passivo	33.968.793	601.483	32.763	95.580	182	730.008	(614.302)	34.084.499
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas do BST	2.882.066	445.709	110.189	57.080	45.979	658.957	(1.244.813)	
Interesses que não controlam	675	-	-	321.745	292.855	614.600	-	
Total do capital próprio	2.882.741	445.709	110.189	378.825	338.834	1.273.557	(1.244.813)	
Total do passivo e do capital próprio	36.851.534	1.047.192	142.952	474.405	339.016	2.003.565	(1.859.115)	36.995.984

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2014 (proforma)							Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total	Entre segmentos	
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	-	-	-	-	-	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	240.632	25	-	5.675	630	6.330	(5.744)	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	-	-	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	987.451	-	-	-	987.451	(987.451)	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	1.220.665	50.001	-	465.478	334.887	850.366	(850.114)	1.220.917
Crédito a clientes	25.523.250	-	-	1	-	1	-	25.523.251
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
Activos não correntes detidos para venda	208.375	-	-	-	-	-	-	208.375
Propriedades de investimento	420.239	-	-	-	-	-	-	420.239
Outros activos tangíveis	298.758	1	-	-	34	35	(1)	298.792
Activos intangíveis	28.380	-	-	-	-	-	1	28.381
Investimentos em associadas	33.674	-	132.685	-	-	132.685	-	166.359
Activos por impostos correntes	14.603	-	-	-	-	-	-	14.603
Activos por impostos diferidos	458.675	-	-	-	-	-	-	458.675
Outros activos	249.436	4.498	-	(196)	517	4.819	(4.501)	249.754
Total do Activo	38.726.485	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.810)	38.860.362
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	-	-	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	4.030.724	628.141	-	23.046	-	651.187	(651.187)	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.505.353	-	-	120.549	-	120.549	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	2.973.111	-	-	-	-	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Provisões	71.988	-	-	-	-	-	-	71.988
Passivos por impostos correntes	19.772	-	-	-	-	-	262	20.034
Passivos por impostos diferidos	126.171	-	-	-	-	-	15.855	142.026
Instrumentos representativos de capital	205.979	-	-	-	-	-	-	205.979
Passivos subordinados	4.306	-	-	-	-	-	-	4.306
Outros passivos	291.899	132.960	-	779	187	133.926	(132.932)	292.893
Total do Passivo	35.764.324	761.101	-	144.374	187	905.662	(768.002)	35.901.984
Capital próprio								
Capital próprio atribuível aos accionistas do BST	2.961.485	280.875	132.685	30.068	37.396	481.024	(1.079.808)	2.362.701
Interesses que não controlam	676	-	-	296.516	298.485	595.001	-	595.677
Total do capital próprio	2.962.161	280.875	132.685	326.584	335.881	1.076.025	(1.079.808)	2.958.378
Total do passivo e do capital próprio	38.726.485	1.041.976	132.685	470.958	336.068	1.981.687	(1.847.810)	38.860.362

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	30-06-2015							Entre segmentos	Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional					Total		
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros				
Juros e rendimentos similares	540.798	11.990	-	13.778	-	25.768	(25.768)	540.798	
Juros e encargos similares	(257.533)	(5.429)	-	(726)	-	(6.155)	5.451	(258.237)	
Margem financeira	283.265	6.561	-	13.052	-	19.613	(20.317)	282.561	
Rendimentos de instrumentos de capital	1.134	-	-	-	-	-	-	1.134	
Rendimentos de serviços e comissões	164.807	3.949	-	-	1	3.950	(3.950)	164.807	
Encargos com serviços e comissões	(29.380)	(20)	-	(1)	(123)	(144)	21	(29.503)	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(6.913)	-	-	-	-	-	-	(6.913)	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	20.587	-	-	-	-	-	-	20.587	
Resultados de reavaliação cambial	4.642	-	-	(23)	-	(23)	-	4.619	
Resultados de alienação de outros activos	7.161	-	-	-	-	-	-	7.161	
Outros resultados de exploração	1.619	-	-	(2)	-	(2)	-	1.617	
Produto bancário	446.922	10.490	-	13.026	(122)	23.394	(24.246)	446.070	
Custos com o pessoal	(135.499)	(97)	-	(105)	(373)	(575)	-	(136.074)	
Gastos gerais administrativos	(75.469)	(166)	-	(72)	(157)	(395)	-	(75.864)	
Amortizações do período	(22.952)	-	-	-	-	-	-	(22.952)	
Provisões líquidas de anulações	(12.780)	-	-	-	-	-	-	(12.780)	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(42.931)	-	-	-	-	-	-	(42.931)	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(459)	-	-	-	-	-	-	(459)	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(9.767)	-	-	-	-	-	-	(9.767)	
Resultados de associadas	1.464	-	7.487	-	-	7.487	-	8.951	
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	148.529	10.227	7.487	12.849	(652)	29.911	(24.246)	154.194	
Impostos correntes	(25.050)	(1.483)	-	-	-	(1.483)	-	(26.533)	
Impostos diferidos	(25.213)	204	-	-	-	204	-	(25.009)	
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	98.266	8.948	7.487	12.849	(652)	28.632	(24.246)	102.652	
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	98.266	8.948	7.487	12.849	(652)	28.632	(24.246)	102.652	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2014 (proforma)							Total consolidado
	Portugal	Actividade internacional				Total	Entre segmentos	
		Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros			
Juros e rendimentos similares	621.301	21.112	-	11.689	6.734	39.535	(39.528)	621.308
Juros e encargos similares	(353.489)	(7.445)	-	(1.568)	-	(9.013)	7.468	(355.034)
Margem financeira	267.812	13.667	-	10.121	6.734	30.522	(32.060)	266.274
Rendimentos de instrumentos de capital	1.138	-	-	-	-	-	-	1.138
Rendimentos de serviços e comissões	165.078	5.250	-	-	556	5.806	(5.806)	165.078
Encargos com serviços e comissões	(28.334)	(20)	-	-	(496)	(516)	394	(28.456)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(111.731)	-	-	-	-	-	-	(111.731)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	185.244	240	-	-	-	240	(240)	185.244
Resultados de reavaliação cambial	2.264	-	-	(35)	-	(35)	-	2.229
Resultados de alienação de outros activos	4.146	-	-	-	-	-	2	4.148
Outros resultados de exploração	(17.732)	-	-	-	(29)	(29)	(11)	(17.772)
Produto bancário	467.885	19.137	-	10.086	6.765	35.988	(37.721)	466.152
Custos com o pessoal	(134.942)	(109)	-	(97)	(291)	(497)	12	(135.427)
Gastos gerais administrativos	(68.482)	(193)	-	(48)	(116)	(357)	27	(68.812)
Amortizações do período	(39.719)	(1)	-	-	(11)	(12)	1	(39.730)
Provisões líquidas de anulações	(28.030)	-	-	-	-	-	-	(28.030)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(72.244)	-	-	-	-	-	-	(72.244)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	35	-	-	-	-	-	(1)	34
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(13.684)	-	-	-	-	-	-	(13.684)
Resultados de associadas	1.061	-	5.804	-	-	5.804	78	6.943
Resultados antes de impostos e de interesses que não controlam	111.880	18.834	5.804	9.941	6.347	40.926	(37.604)	115.202
Impostos correntes	(17.785)	(2.356)	-	(2)	(6)	(2.364)	399	(19.750)
Impostos diferidos	(17.981)	-	-	-	-	-	371	(17.610)
Resultados após impostos e antes de interesses que não controlam	76.114	16.478	5.804	9.939	6.341	38.562	(36.834)	77.842
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	2	2
Resultado consolidado do período atribuível aos accionistas do BST	76.114	16.478	5.804	9.939	6.341	38.562	(36.836)	77.840

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3. deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO/EXERCÍCIO

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais próprios		Resultado do período/exercício	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	-	-	100,00	100,00	38.226.899	39.994.424	1.865.603	1.918.640	86.193	134.473
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	-	-	24,99	24,99	2.109.697	1.843.631	320.200	313.771	33.756	70.243
TOTTA & AÇORES FINANCING ^{(1) (4)}	100,00	100,00	100,00	100,00	300.099	311.792	300.099	311.792	6.216	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	100,00	100,00	40.564	37.280	40.551	37.263	118	258
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	100,00	100,00	100,00	100,00	1.428	1.337	1.255	1.161	(4)	8
TOTTA IRELAND, PLC ⁽³⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	1.021.050	1.039.176	419.720	410.739	11.322	945
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	108.981	106.527	77.607	77.628	(22)	5.376
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	131.726	132.009	124.526	125.479	1.101	1.470
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	25,81	25,81	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾	-	100,00	-	100,00	-	15.804	-	15.788	-	(19)
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ^{(1) (5)}	100,00	100,00	100,00	100,00	474.405	471.160	346.063	326.584	12.848	20.953
TAXAGEST, SGPS, S.A.	99,00	99,00	99,00	99,00	55.745	55.727	55.738	55.722	17	(2)
PARTANG, SGPS, S.A.	0,49	0,49	49,00	49,00	202.417	172.497	202.346	161.418	17.277	35.936
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,50	21,50	21,50	21,50	339.772	334.788	98.404	98.274	6.810	10.249
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	165.731	176.126	(1.010)	(775)	165	798
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.043.905	1.081.604	(10.210)	(9.483)	511	2.915
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	902.611	930.559	(6.681)	(4.439)	274	2.826
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	-	111	-	(6)	-	10.854
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	148.795	158.823	148.163	158.163	-	310
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	995.426	1.034.833	993.559	1.033.635	-	(1.305)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	874.772	901.075	870.795	897.390	660	(123)
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.143
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽⁷⁾	78,13	77,26	78,13	77,26	420.507	429.050	326.533	330.315	(119)	(17.324)
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável ⁽⁷⁾	64,51	64,84	64,51	64,84	366.721	374.055	364.301	372.261	(2.167)	3.320

n/d – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a actividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Actividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Lisboa	Matriz
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.	Bancária	Luanda	Equivalência patrimonial
TOTTA & AÇORES FINANCING ⁽¹⁾⁽⁴⁾	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC ⁽³⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA-INTERNACIONAL, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽²⁾	Gestão de propriedades	Lisboa	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Lisboa	Equivalência patrimonial
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A. ⁽⁶⁾	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO ⁽¹⁾⁽⁵⁾	Bancária	Porto Rico	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Integral
PARTANG, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	Equivalência patrimonial
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Lisboa	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ⁽⁷⁾	Gestão de fundos	Lisboa	Integral
SANTANDER MULTIOBRIGAÇÕES - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável ⁽⁷⁾	Gestão de fundos	Lisboa	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 28).
- (2) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do período / exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no período compreendido entre 1 de Dezembro de 2014 e 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014. No período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2015 e 2014, o resultado líquido da Totta Ireland, Plc. ascendeu a mEuros 10.377 e mEuros 16.478.
- (4) O capital desta subsidiária está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.
- (5) O capital desta subsidiária está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (6) Em Março de 2015, a Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A. foi liquidada.
- (7) Estas entidades foram consolidadas pela primeira vez durante o exercício de 2013, em virtude do Banco deter mais de 50% das suas unidades de participação em circulação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém controlo sobre estas entidades, uma vez que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua actividade, nomeadamente, as obrigações emitidas por aquelas entidades com maior grau de subordinação (Nota 45). Aquelas entidades estão acima identificadas como Leasetotta FTC ou Hipototta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipototta PLC ou Leasetotta Ltd (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização).

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Caixa	177.789	208.014
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
Banco Central Europeu	477.302	622.460
	-----	-----
	655.091	830.474
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Cheques a cobrar	59.505	64.841
Depósitos à ordem	683	709
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	199.308	173.847
Cheques a cobrar	1.306	1.821
	-----	-----
	260.802	241.218
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as sub rubricas de "Cheques a cobrar" correspondem a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, são compensados nos dias úteis seguintes.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem" incluía um depósito à ordem no montante de mEuros 67.831, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)7. ACTIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> <u>(proforma)</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor positivo	1.850.411	1.969.494
Títulos – Instrumentos de dívida	299.003	319.221
Títulos - Unidades de participação	3.023	3.019
	-----	-----
	<u>2.152.437</u>	<u>2.291.734</u>
	=====	=====
<u>Passivos financeiros detidos para negociação</u>		
Derivados com justo valor negativo	(1.893.288)	(1.995.019)
	-----	-----
Saldo líquido dos instrumentos financeiros derivados	<u>(42.877)</u>	<u>(25.525)</u>
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de “Instrumentos financeiros derivados” tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>			<u>31-12-2014 (proforma)</u>		
	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u> <u>(Nota 11)</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u> <u>(Nota 11)</u>
Forwards	29.202	28.736	466	31.123	30.886	237
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	5.709	185	5.524	19.568	-	19.568
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	1.418.606	1.467.512	(48.906)	1.556.561	1.602.271	(45.710)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	77.462	75.353	2.109	36.580	35.348	1.232
Eventos de crédito	-	20	(20)	-	7	(7)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	3.138	2.968	170	1.368	1.184	184
Contratos sobre cotações	157.787	157.226	561	158.355	156.781	1.574
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	158.507	161.288	(2.781)	165.939	168.542	(2.603)
	<u>1.850.411</u>	<u>1.893.288</u>	<u>(42.877)</u>	<u>1.969.494</u>	<u>1.995.019</u>	<u>(25.525)</u>

Em 30 de Junho de 2015, as rubricas de activo e passivo de “Instrumentos financeiros derivados” encontravam-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 120.750 e mEuros 81.450, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de activo e passivo de “Instrumentos financeiros derivados” encontravam-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, mEuros 142.400 e mEuros 110.700, respectivamente, de “Credit Value Adjustments” e de “Debit Value Adjustments”.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Instrumentos financeiros derivados – Activo” incluía saldos mantidos com entidades pertencentes ao Sector Público Português em litígio no montante de mEuros 1.303.000 e mEuros 1.420.000, respectivamente (Nota 50).

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação mantidos com clientes encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Obrigações do Tesouro incluía valias reconhecidas em resultados nos montantes de mEuros 10.298 e mEuros 37.423, respectivamente, relativas a correcções de valor por operações de cobertura de risco de taxa de juro. Estes títulos apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2015					31-12-2014 (proforma)						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.999.274	4.046	33.401	57.422	-	2.094.143	1.790.592	42.375	-	54.782	-	1.887.749
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.727.313	39.077	-	110.775	-	1.877.165	3.184.394	91.412	37.423	203.328	-	3.516.557
. Com vencimento a mais de dez anos	431.189	5.108	(23.103)	(11.420)	(117)	401.657	487	2	-	-	(130)	359
	<u>4.157.776</u>	<u>48.231</u>	<u>10.298</u>	<u>156.777</u>	<u>(117)</u>	<u>4.372.965</u>	<u>4.975.473</u>	<u>133.789</u>	<u>37.423</u>	<u>258.110</u>	<u>(130)</u>	<u>5.404.665</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal no montante de mEuros 1.207.334 e mEuros 2.002.426, respectivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 19).

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as outras rubricas de "Instrumentos de dívida" incluíam os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2015					31-12-2014 (proforma)				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Outros emissores públicos nacionais										
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA/99	6.003	-	977	-	6.980	7.502	-	(672)	-	6.830
	<u>6.003</u>	<u>-</u>	<u>977</u>	<u>-</u>	<u>6.980</u>	<u>7.502</u>	<u>-</u>	<u>(672)</u>	<u>-</u>	<u>6.830</u>
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGY ON NO.2 CLASS A NOTES 2025	76.019	61	(7.245)	-	68.835	79.550	72	(8.025)	-	71.597
ENERGY ON NO.2 CLASS B NOTES 2025	50	-	(20)	-	30	50	-	(20)	-	30
	<u>76.069</u>	<u>61</u>	<u>(7.265)</u>	<u>-</u>	<u>68.865</u>	<u>79.600</u>	<u>72</u>	<u>(8.045)</u>	<u>-</u>	<u>71.627</u>
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	251.635	4.209	19.006	-	274.850	251.991	8.931	21.143	-	282.065
PARPUBLICA 2013/2015	-	-	-	-	-	200.000	78	4.136	-	204.214
BANCO COMERC PORTUGUES 22/06/2017	104.284	117	3.651	-	108.052	105.358	2.512	3.702	-	111.572
GALP ENERGIA 2013/2017	99.568	415	(14)	-	99.969	99.455	429	1.530	-	101.414
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5.875%2	56.629	641	(1.319)	-	55.951	57.222	2.221	97	-	59.540
CGD 3% 2014/2019	49.969	686	4.263	-	54.918	49.965	1.442	4.582	-	55.989
SONAE DISTRIBUICAO SET 2007/2015	35.000	72	(116)	-	34.956	35.000	82	(442)	-	34.640
PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.625%2	31.302	209	(1.302)	-	30.209	31.373	923	(344)	-	31.952
BERWIND I.L.P. CONSULTORIA SENIOR A	27.051	25	(3.189)	-	23.887	28.046	29	(4.165)	-	23.910
EDIA 2010/2030	19.250	208	(893)	-	18.565	19.250	226	(1.401)	-	18.075
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5 2019	10.667	336	(252)	-	10.751	10.714	81	-	-	10.795
GALP ENERGIA SGPS SA -4,125%-25/01/2019	-	-	-	-	-	23.885	894	215	-	24.994
Outros	17.431	168	(342)	(230)	17.027	35.884	609	840	(230)	37.103
	<u>702.786</u>	<u>7.086</u>	<u>19.493</u>	<u>(230)</u>	<u>729.135</u>	<u>948.143</u>	<u>18.457</u>	<u>29.893</u>	<u>(230)</u>	<u>996.263</u>
Dívida subordinada										
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS 2017	122.570	6	-	(5.771)	116.805	122.087	19	-	(6.603)	115.503
TOTTA SEGUROS - OBRIG. SUB. 2002	14.000	1	(8.786)	-	5.215	14.000	1	(9.213)	-	4.788
BPSM97-TOPS-OB.PERP.SUB.-1./2.	2.940	2	(2.940)	-	2	2.922	2	(2.922)	-	2
	<u>139.510</u>	<u>9</u>	<u>(11.726)</u>	<u>(5.771)</u>	<u>122.022</u>	<u>139.009</u>	<u>22</u>	<u>(12.135)</u>	<u>(6.603)</u>	<u>120.293</u>

No último trimestre de 2012, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. obrigações subordinadas emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. por mEuros 15.674 acima do respectivo justo valor. Na sequência desta operação, o Banco registou perdas por imparidade no mesmo montante. Durante o primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014, o Banco reverteu mEuros 832 e mEuros 4.590, respectivamente, de perdas de imparidade naquele título em virtude da sua valorização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 30 de Junho de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Instrumentos de capital” incluía os seguintes títulos:

Descrição	30/06/2015			31-12-2014 (proforma)			Valor de balanço
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	
Valorizados ao justo valor							
FUNDO SOLUÇÃO ARRENDAMENTO	28.925	(1.652)	-	27.273	28.925	(1.769)	27.156
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	33.533	-	(9.265)	24.268	33.120	(8.109)	25.011
LUSIMOVEST - F.I. IMOBILIÁRIO	26.379	29	(2.894)	23.514	26.379	186	23.738
BANCO BPI S.A.	21.502	(9.107)	-	12.395	21.502	(9.010)	12.492
SANTANDER MULTIATIVOS 0-30	2.852	(51)	-	2.801	3.000	(21)	2.979
SANTANDER MULTIATIVOS 20-60	1.644	(19)	-	1.625	3.000	(49)	2.951
UNICAMPUS-FEI IMOBILIÁRIO FECHAD	1.500	5	-	1.505	1.500	10	1.510
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	1.255	81	-	1.336	1.443	64	1.507
Outros	6.086	430	(3.708)	2.808	5.859	351	2.525
Títulos com imparidade a 100%	33.396	-	(33.396)	-	33.396	(33.396)	-
	157.072	(10.284)	(49.263)	97.525	158.124	(10.238)	99.869
Valorizados ao custo histórico							
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS S.A.	3.461	-	-	3.461	3.461	-	3.461
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE S.A. (Prestações Suplementares) (ex-AENOR)	3.749	-	(531)	3.218	3.749	(531)	3.218
Outros	2.234	-	(305)	1.929	3.986	(875)	3.111
Títulos com imparidade a 100%	5.085	-	(5.085)	-	5.026	(5.026)	-
	18.278	-	(6.452)	11.826	19.971	(6.963)	13.008

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha 5.861.770 de unidades de participação do Fundo Solução Arrendamento Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional nos montantes de mEuros 27.273 e mEuros 27.156.

No primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014, o Banco respondeu a chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR nos montantes de mEuros 413 e mEuros 4.629, respectivamente. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco detinha em carteira 33.522 e 33.110 unidades de participação, respectivamente, correspondentes a 4,12% do capital daquele Fundo.

No exercício de 2014, o Banco adquiriu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. acções do Banco BPI, S.A. no montante de mEuros 21.502 (justo valor à data de aquisição), as quais em 30 de Junho de 2015 se encontravam valorizadas por mEuros 12.395.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

	30-06-2015				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	1.021.820	7.558	9.903	(29.074)	1.010.207
. Entre 25% e 50%	50	-	-	(20)	30
. Superior a 50%	16.940	3	-	(11.726)	5.217
	1.038.810	7.561	9.903	(40.820)	1.015.454
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	33.497	-	-	(1.732)	31.765
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.107)	12.395
	54.999	-	-	(10.839)	44.160
	1.093.809	7.561	9.903	(51.659)	1.059.614

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2014 (proforma)				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
. Entre 0% e 25%	219.676	1.430	-	(15.998)	205.108
. Entre 25% e 50%	50	-	-	(20)	30
. Superior a 50%	16.922	3	-	(12.135)	4.790
	<u>236.648</u>	<u>1.433</u>	<u>-</u>	<u>(28.153)</u>	<u>209.928</u>
Instrumentos de capital					
. Entre 0% e 25%	35.001	-	-	(1.849)	33.152
. Entre 25% e 50%	21.502	-	-	(9.010)	12.492
	<u>56.503</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.859)</u>	<u>45.644</u>
	<u>293.151</u>	<u>1.433</u>	<u>-</u>	<u>(39.012)</u>	<u>255.572</u>

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014 (proforma)</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	200.000	200.000
Empréstimos	36.822	22.212
Juros a receber	2.503	5.806
	-----	-----
	239.325	228.018
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	558.743	833.764
Aplicações a muito curto prazo	175.418	71.574
Outras aplicações	126.416	55.883
Juros a receber	9.643	31.678
	-----	-----
	870.220	992.899
	-----	-----
	1.109.545	1.220.917
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro – Outras aplicações” incluía contas margem de mEuros 114.523 e mEuros 46.926, respectivamente.

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Crédito geral		
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	3.790.474	3.793.601
Créditos tomados	1.185.101	1.057.039
Crédito em conta corrente	753.031	738.311
Locação financeira	681.519	733.256
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	149.855	139.255
Descobertos	120.411	95.541
Outros créditos	20.220	19.866
A particulares		
Habitação	12.126.666	12.199.253
Consumo e outros	1.672.846	1.652.604
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	141.578	147.724
Créditos tomados	53.103	71.325
Crédito em conta corrente	8.251	7.263
Locação financeira	6.240	1.272
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	452	140
Descobertos	63	62
Outros créditos	4.892	3
A particulares		
Habitação	325.366	334.883
Consumo e outros	25.593	27.812
	-----	-----
	21.065.661	21.019.210
	-----	-----
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada emitidos	2.418.151	2.390.245
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 45)		
Particulares		
Empréstimos		
Crédito à habitação		
. Hipototta nº 1	147.819	157.613
. Hipototta nº 4	991.851	1.031.230
. Hipototta nº 5	867.066	894.145
	-----	-----
	2.006.736	2.082.988
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	22.283	41.490
Há mais de 90 dias	1.093.925	1.079.431
Activos titularizados não desreconhecidos até 90 dias	697	1.620
Activos titularizados não desreconhecidos há mais de 90 dias	42.906	43.696
	-----	-----
	1.159.811	1.166.237
	-----	-----
	26.650.359	26.658.680
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	35.953	39.206
Crédito titulado	12.623	11.498
Activos titularizados não desreconhecidos	1.990	2.180
Despesas com encargo diferido	66.930	69.414
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(101.132)	(100.355)
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	3.856	4.246
	-----	-----
	20.220	26.189
	-----	-----
	26.670.579	26.684.869
	-----	-----
Imparidade para crédito a clientes (Nota 22)	(1.200.641)	(1.161.618)
	-----	-----
	25.469.938	25.523.251
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afectos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de mEuros 7.788.097 e mEuros 8.021.820, respectivamente (Nota 21).

O movimento ocorrido na imparidade para crédito a clientes durante o primeiro semestre de 2015 e 2014 é apresentado na Nota 22.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Até três meses	22.980	43.110
Entre três e seis meses	34.121	61.723
Entre seis meses e um ano	126.418	127.866
Entre um ano e três anos	469.583	545.546
Mais de três anos	506.709	387.992
	-----	-----
	1.159.811	1.166.237
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a composição da carteira de crédito concedido a clientes por sectores de actividade era a seguinte:

	30-06-2015			%
	Vivo	Vencido	Total	
Agricultura e silvicultura	100.605	8.295	108.900	0,41%
Pescas	1.831	43	1.874	0,01%
Indústrias extractivas	15.501	1.028	16.529	0,06%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	412.401	8.851	421.252	1,58%
Têxteis, vestuário e couro	199.673	11.652	211.325	0,79%
Madeira e cortiça	97.275	4.969	102.244	0,38%
Papel, gráficas e editoriais	200.843	2.331	203.174	0,76%
Indústria química	192.206	3.927	196.133	0,74%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	208.229	3.158	211.387	0,79%
Metalurgia	100.456	8.471	108.927	0,41%
Máquinas e material de transporte	142.290	13.701	155.991	0,59%
Electricidade, água e gás	694.864	2.498	697.362	2,62%
Construção e obras públicas	1.022.847	229.149	1.251.996	4,70%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	610.455	55.406	665.861	2,50%
Comércio de retalho	745.711	71.133	816.844	3,07%
Restaurantes e hotéis	290.093	17.796	307.889	1,16%
Transportes e comunicações	400.104	16.602	416.706	1,56%
Instituições financeiras não monetárias	418.659	13.351	432.010	1,62%
Sector público administrativo	656.060	1.153	657.213	2,47%
Outras empresas de serviços	1.147.247	118.847	1.266.094	4,75%
Crédito a particulares	16.162.193	522.308	16.684.501	62,61%
Crédito ao exterior	565.538	23.863	589.401	2,21%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	908.809	14.880	923.689	3,47%
Outros créditos	196.658	6.399	203.057	0,76%
	<u>25.490.548</u>	<u>1.159.811</u>	<u>26.650.359</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2014 (proforma)			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura e silvicultura	146.259	7.973	154.232	0,58%
Pescas	3.758	44	3.802	0,01%
Indústrias extractivas	16.617	1.043	17.660	0,07%
Indústrias transformadoras:				
Alimentação, bebidas e tabaco	363.292	21.155	384.447	1,44%
Têxteis, vestuário e couro	194.547	8.379	202.926	0,76%
Madeira e cortiça	94.716	5.254	99.970	0,37%
Papel, gráficas e editoriais	193.675	2.361	196.036	0,74%
Indústria química	171.963	3.774	175.737	0,66%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	164.282	3.488	167.770	0,63%
Metalurgia	117.888	8.559	126.447	0,47%
Máquinas e material de transporte	162.960	12.526	175.486	0,66%
Electricidade, água e gás	683.108	2.474	685.582	2,57%
Construção e obras públicas	1.195.295	228.721	1.424.016	5,34%
Comércio e hotelaria:				
Comércio por grosso	650.927	55.595	706.522	2,65%
Comércio de retalho	948.063	66.781	1.014.844	3,81%
Restaurantes e hotéis	367.792	21.709	389.501	1,46%
Transportes e comunicações	401.804	16.327	418.131	1,57%
Instituições financeiras não monetárias	561.191	13.535	574.726	2,16%
Sector público administrativo	556.792	2.096	558.888	2,10%
Outras empresas de serviços	1.262.402	128.172	1.390.574	5,22%
Crédito a particulares	15.816.560	532.171	16.348.731	61,33%
Crédito ao exterior	306.597	5.112	311.709	1,17%
Sociedades Gestoras de Participações Sociais	881.678	11.911	893.589	3,35%
Outros créditos	230.277	7.077	237.354	0,89%
	<u>25.492.443</u>	<u>1.166.237</u>	<u>26.658.680</u>	<u>100,00%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, considerando a segmentação para efeitos de apuramento de perdas por imparidade do Banco, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015		
	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
. Sem indícios de imparidade	-	8.638.363	8.638.363
. Com indícios de imparidade	574.795	382.635	957.430
	-----	-----	-----
	574.795	9.020.998	9.595.793
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
. Sem indícios de imparidade	-	13.637.017	13.637.017
. Com indícios de imparidade	359.700	786.911	1.146.611
	-----	-----	-----
	359.700	14.423.928	14.783.628
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
. Sem indícios de imparidade	-	1.016.179	1.016.179
. Com indícios de imparidade	56.723	54.097	110.820
	-----	-----	-----
	56.723	1.070.276	1.126.999
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
. Sem indícios de imparidade	-	237.487	237.487
. Com indícios de imparidade	38.790	5.019	43.809
	-----	-----	-----
	38.790	242.506	281.296
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
. Sem indícios de imparidade	-	689.233	689.233
. Com indícios de imparidade	129.803	43.607	173.410
	-----	-----	-----
	129.803	732.840	862.643
	-----	-----	-----
	1.159.811	25.490.548	26.650.359
	=====	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2014 (proforma)		
	Crédito vencido	Crédito vivo	Crédito total
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	8.923.870	8.923.870
· Com indícios de imparidade	613.100	425.763	1.038.863
	613.100	9.349.633	9.962.733
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	13.934.517	13.934.517
· Com indícios de imparidade	350.449	682.607	1.033.056
	350.449	14.617.124	14.967.573
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.028.509	1.028.509
· Com indícios de imparidade	50.726	42.686	93.412
	50.726	1.071.195	1.121.921
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	236.810	236.810
· Com indícios de imparidade	37.268	4.407	41.675
	37.268	241.217	278.485
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	169.572	169.572
· Com indícios de imparidade	114.694	43.702	158.396
	114.694	213.274	327.968
	1.166.237	25.492.443	26.658.680

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015			31-12-2014 (proforma)		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Cobertura de justo valor						
"Swaps" de taxa de juro	28.504	70.737	(42.233)	32.926	45.158	(12.232)
"Equity swaps"	19.097	20.210	(1.113)	38.092	20.577	17.515
Opções AutoCallable	-	2.334	(2.334)	-	208	(208)
Cobertura de fluxos de caixa						
"Swaps" de taxa de juro	81.792	56.724	25.068	124.017	67.747	56.270
	129.393	150.005	(20.612)	195.035	133.690	61.345

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2015								
	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	466	255.719	21.896	2.730	1.417	-	281.762	225.410	56.352
. Vendas		(255.666)	(21.837)	(2.706)	(1.415)	-	(281.624)	(54.228)	(227.396)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	5.524	1.233.553	-	-	-	-	1.233.553	-	1.233.553
. Vendas		(1.228.057)	-	-	-	-	(1.228.057)	(1.228.057)	-
Swaps de taxa de juro									
Swaps divisas (cross currency swaps)									
. Compras	-	-	-	21.997	22.997	33.476	78.470	78.470	-
. Vendas	-	-	-	(21.997)	(22.997)	(33.476)	(78.470)	-	(78.470)
Outros	(48.906)	71.063	311.357	268.836	582.247	3.749.399	4.982.902	4.964.849	18.053
Swaps sobre cotações (equity swaps)	2.109	110.236	105.552	139.200	261.153	1.003.520	1.619.661	1.619.661	-
Opções de moeda									
. Compras	170	36.785	39.797	19.063	13.406	-	109.051	-	109.051
. Vendas		36.785	39.797	19.063	13.406	-	109.051	-	109.051
Opções de cotações									
. Compras	561	-	29.053	195.899	127.095	-	352.047	350.057	1.990
. Vendas		-	29.053	195.899	127.095	-	352.047	350.057	1.990
Caps	(40)	6.740	23.268	2.881	674.676	1.097.090	1.804.655	1.804.655	-
Floors	(2.741)	5.000	403	-	649.000	427.079	1.081.482	1.081.482	-
Eventos de crédito	(20)	-	7.000	-	-	-	7.000	7.000	-
	(42.877)	272.158	585.339	840.865	2.448.080	6.277.088	10.423.530	9.199.356	1.224.174
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	24.516	29.421	149.504	53.888	64.066	191.328	488.207	488.207	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(66.749)	-	-	-	-	850.000	850.000	850.000	-
Opções AutoCallable	(2.334)	-	21.253	-	196.516	-	217.769	217.769	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	(1.113)	263.435	246.100	624.685	1.727.568	15.178	2.876.966	2.658.264	218.702
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	25.068	-	-	575.000	825.000	1.300.000	2.700.000	2.700.000	-
	(20.612)	292.856	416.857	1.253.573	2.813.150	2.356.506	7.132.942	6.914.240	218.702
31-12-2014 (proforma)									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal					Total	Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos		EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
. Compras	237	50.478	46.467	16.221	180	-	113.346	52.872	60.474
. Vendas		(50.369)	(46.414)	(16.173)	(175)	-	(113.131)	(59.219)	(53.912)
Swaps de divisas (currency swaps)									
. Compras	19.568	1.177.015	-	-	-	-	1.177.015	-	1.177.015
. Vendas		(1.157.722)	-	-	-	-	(1.157.722)	(1,157.722)	-
Outros	(45.710)	733.977	79.160	457.056	1.049.816	4.458.982	6.778.991	6.710.385	68.606
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1.232	-	133.900	170.004	279.520	70.000	653.424	653.424	-
Opções de moeda									
. Compras	184	30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
. Vendas		30.560	43.043	51.373	-	-	124.976	-	124.976
Opções de cotações									
. Compras	1.574	-	-	29.053	1.819	-	30.872	29.053	1.819
. Vendas		-	-	29.053	1.819	-	30.872	29.053	1.819
Caps	(178)	1.047	4.145	38.207	679.144	1.155.913	1.878.456	1.878.456	-
Floors	(2.425)	-	-	5.805	649.000	448.733	1.103.538	1.103.538	-
Eventos de crédito	(7)	-	-	7.000	-	-	7.000	7.000	-
	(25.525)	815.546	303.344	838.972	2.661.123	6.133.628	10.752.613	9.246.840	1.505.773
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Passivos e crédito	28.636	7.100	25.873	74.588	89.178	179.974	376.713	376.713	-
. Activos financeiros disponíveis para venda	(40.868)	-	-	-	-	200.000	200.000	200.000	-
Opções AutoCallable	(208)	-	-	21.253	-	-	21.253	21.253	-
Swaps sobre cotações (equity swaps)	17.515	293.305	398.095	610.838	1.870.023	141.301	3.313.562	3.118.223	195.339
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
. Fluxos de caixa	56.270	200.000	-	-	1.400.000	1.300.000	2.900.000	2.900.000	-
	61.345	500.405	423.968	706.679	3.359.201	1.821.275	6.811.528	6.616.189	195.339

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura).

O Banco transacciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados estabelecidas entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transacções por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transacções em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> <u>(proforma)</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento	269.550	271.204
Imóveis de serviço próprio para venda	44.348	38.790
Unidades de participação	18.663	18.663
Equipamento	2.400	3.464
Outros imóveis	100	100
	-----	-----
	335.061	332.221
	-----	-----
Imparidade (Nota 22)	(123.683)	(123.846)
	-----	-----
	211.378	208.375
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" no primeiro semestre de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	30-06-2015									30 de Junho de 2015		
	31 de Dezembro de 2014		Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 22)			Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	
	Valor bruto	Imparidade acumulada				Dotações	Reposições	Utilizações				
	(Nota 14)											
Imóveis:												
. Recebidos em dação em pagamento	271.204	(92.406)	57.484	(59.137)	-	(13.852)	3.126	11.164	269.550	(91.968)	177.582	
. Serviço próprio para venda e outros	38.890	(24.941)	66	(108)	5.599	(2.242)	1.132	10	44.448	(26.041)	18.407	
Equipamento	3.464	(2.499)	499	(1.563)	-	(280)	451	654	2.400	(1.674)	726	
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663	
	<u>332.221</u>	<u>(123.846)</u>	<u>58.049</u>	<u>(60.808)</u>	<u>5.599</u>	<u>(16.374)</u>	<u>4.709</u>	<u>11.828</u>	<u>335.061</u>	<u>(123.683)</u>	<u>211.378</u>	

	30-06-2014 (profoma)									30 de junho de 2014		
	31 de dezembro de 2013		Entradas	Alienações	Transferências	Imparidade (Nota 22)			Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	
	Valor bruto	Imparidade acumulada				Dotações	Reposições	Utilizações				
	(Nota 14)											
Imóveis:												
. Recebidos em dação em pagamento	268.035	(87.677)	46.383	(56.543)	-	(10.697)	2.516	9.410	257.875	(86.448)	171.427	
. Serviço próprio para venda e outros	28.806	(17.978)	39	(653)	4.149	(3.351)	360	603	32.341	(20.366)	11.975	
Equipamento	4.021	(2.927)	1.045	(1.841)	-	(1.089)	681	762	3.225	(2.573)	652	
Unidades de participação	18.663	(4.000)	-	-	-	-	-	-	18.663	(4.000)	14.663	
	<u>319.525</u>	<u>(112.582)</u>	<u>47.467</u>	<u>(59.037)</u>	<u>4.149</u>	<u>(15.137)</u>	<u>3.557</u>	<u>10.775</u>	<u>312.104</u>	<u>(113.387)</u>	<u>198.717</u>	

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Unidades de participação" incluía unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorent, adquiridas na sequência de um acordo de regularização de dívida celebrado com um cliente.

O Banco tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtidos através de prospecção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos foram executadas por entidades independentes e especializadas, as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	391.074	401.239
Hotel	-	19.000
	-----	-----
	<u>391.074</u>	<u>420.239</u>
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Terrenos		
Outros projectos de construção	32.233	-
Urbanizados	15.330	38.651
Não urbanizados	1.154	9.378
Construções acabadas		
Arrendadas	269.222	278.440
Não arrendadas	73.135	74.770
	-----	-----
	<u>391.074</u>	<u>401.239</u>
	=====	=====

Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2015 e 2014, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Rendas	9.180	10.154
Impostos	(1.834)	(2.022)
Condomínio	(512)	(494)
Conservação e reparação	(494)	(609)
Seguros	(130)	(141)
	-----	-----
	<u>6.210</u>	<u>6.888</u>
	=====	=====

Durante o exercício de 2013, o Banco recebeu em dação em pagamento um hotel avaliado em mEuros 18.660. Em simultâneo, o Banco celebrou um contrato de locação operacional sobre aquele imóvel pelo prazo de 1 ano renovável automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco actualizou o justo valor daquele imóvel.

Durante o primeiro semestre de 2015, o Banco efectuou um contrato de locação financeira sobre o hotel acima referido, tendo transferido todos os direitos económicos para o locatário. Desta forma, o Banco deixou de considerar como propriedade de investimento aquele hotel, e passou a registar a operação de locação financeira como um crédito concedido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 foi como segue:

	30-06-2015				Saldo a 30 de Junho de 2015
	Saldo a 31 de Dezembro de 2014	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	401.239	5.287	(1.809)	(13.643)	391.074
Hotel	19.000	-	-	(19.000)	-
	<u>420.239</u>	<u>5.287</u>	<u>(1.809)</u>	<u>(32.643)</u>	<u>391.074</u>

	30-06-2014 (proforma)				Saldo a 30 de Junho de 2014
	Saldo a 31 de Dezembro de 2013	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	449.758	-	(20.338)	(8.811)	420.609
Hotel	18.191	-	-	-	18.191
	<u>467.949</u>	<u>-</u>	<u>(20.338)</u>	<u>(8.811)</u>	<u>438.800</u>

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias não realizadas em propriedades de investimento” (Nota 39).

A partir de 1 de Janeiro de 2015, as propriedades de investimento detidas pelo Banco são avaliadas com uma periodicidade anual, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 12.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	30-06-2015			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	-	-	391.074	391.074

	31-12-2014 (proforma)			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Propriedades de investimento	19.000	-	401.239	420.239

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresentamos de seguida para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adoptadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação		Valor em	Valor em	Técnica de valorização	Inputs relevantes
	30-06-2015	31-12-2014	30-06-2015	31-12-2014		
Hotel Dellim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	Arrendado	33.284	33.284	Método do rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
S ^o Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Terrenos em Matosinhos	Outros Projectos de Construção	Urbanizado	27.579	22.110	Método do rendimento / Método Discount Cash-Flow / Método do Valor Residual (2015) Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Taxa de capitalização Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	Arrendado	29.347	29.347	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Hotel em Cascais	n.a	Arrendado	-	19.000	Contrato promessa de compra e venda (2014)	n.a
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	Arrendado	16.855	16.855	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	Arrendado	12.373	12.441	Método do rendimento (2015) Método do rendimento / Método comparativo de mercado (2014)	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Oitavala, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	Arrendado	11.966	12.021	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	Arrendado	11.722	11.738	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 1 Armazéns em Vila Franca de Xira	Arrendado	Arrendado	4.532	4.532	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 4 Armazéns em Vila Franca de Xira	Não arrendado	Não arrendado	5.684	5.684	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Allena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Outros Projectos de Construção	Não Urbanizado	4.654	8.224	Método comparativo de mercado / Método do custo / Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
			157.996	175.236		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2015																	
	31-12-2014			Aquisições	Abates e vendas		Transferências		Amortizações do período	Reversão de Imparidade (Nota 22)	Diferenças de câmbio		30-06-2015					
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 12)	Valor Bruto			Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor Líquido	
Activos tangíveis																		
Imóveis																		
. Imóveis de serviço próprio	390.602	135.286	3.843	555	40	40	(10.028)	(4.456)	-	-	3.642	-	-	-	381.089	134.432	3.843	242.814
. Despesas em edifícios arrendados	125.363	112.122	-	401	1.932	1.932	(130)	(130)	-	-	2.126	-	13	13	123.715	112.199	-	11.516
. Outros imóveis	306	7	20	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	306	8	20	278
Activos tangíveis em curso																		
. Imóveis de serviço próprio	1.453	-	-	2.482	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.935	-	-	3.935
	<u>517.724</u>	<u>247.415</u>	<u>3.863</u>	<u>3.438</u>	<u>1.972</u>	<u>1.972</u>	<u>(10.158)</u>	<u>(4.586)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.769</u>	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>13</u>	<u>509.045</u>	<u>246.639</u>	<u>3.863</u>	<u>258.543</u>
Equipamento																		
. Mobiliário e material	22.441	20.471	-	188	426	426	-	-	8	-	393	-	3	3	22.214	20.441	-	1.773
. Máquinas e ferramentas	3.755	3.683	-	14	67	67	-	-	-	-	16	-	2	2	3.704	3.634	-	70
. Equipamento informático	127.703	117.426	-	861	303	300	-	-	-	-	1.838	-	1	1	128.262	118.965	-	9.297
. Instalações interiores	18.345	8.945	-	1.508	36	36	(51)	(24)	-	-	949	-	-	-	19.766	9.834	-	9.932
. Material de transporte	20.977	13.169	-	1.291	1.146	1.146	-	-	-	-	709	-	8	4	21.130	12.736	-	8.394
. Equipamento de segurança	26.651	26.302	-	190	273	273	(1)	(1)	-	-	110	-	-	-	26.567	26.138	-	429
. Outro equipamento	5.704	4.770	-	163	68	68	-	-	(8)	-	236	-	-	-	5.791	4.938	-	853
	<u>225.576</u>	<u>194.766</u>	<u>-</u>	<u>4.215</u>	<u>2.319</u>	<u>2.316</u>	<u>(52)</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.251</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>10</u>	<u>227.434</u>	<u>196.686</u>	<u>-</u>	<u>30.748</u>
Outros activos tangíveis																		
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.536	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1.541	-	-	1.541
	<u>1.817</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1.822</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.541</u>
	<u>745.117</u>	<u>442.462</u>	<u>3.863</u>	<u>7.657</u>	<u>4.291</u>	<u>4.288</u>	<u>(10.210)</u>	<u>(4.611)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.020</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>23</u>	<u>738.301</u>	<u>443.606</u>	<u>3.863</u>	<u>290.832</u>
Activos intangíveis																		
Software adquirido a terceiros	376.056	348.178	-	8.862	-	-	-	-	272	-	12.932	-	-	-	385.190	361.110	-	24.080
Activos intangíveis em curso	503	-	-	3.554	-	-	-	-	(272)	-	-	-	-	-	3.785	-	-	3.785
Trespases	3.464	3.464	-	-	118	118	-	-	-	-	-	-	-	-	3.346	3.346	-	-
	<u>380.023</u>	<u>351.642</u>	<u>-</u>	<u>12.416</u>	<u>118</u>	<u>118</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.932</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.321</u>	<u>364.456</u>	<u>-</u>	<u>27.865</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2014 (proforma)															
	31-12-2013			Aquisições	Abates e vendas		Transferências		Amortizações do período	Reversão de Imparidade (Nota 22)	30-06-2014					
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para activos detidos para venda (Nota 12)				Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
							Valor Bruto	Amortizações Acumuladas								
Activos tangíveis																
Imóveis																
. Imóveis de serviço próprio	404.845	132.012	3.843	311	456	85	(6.148)	(2.009)	-	-	3.717	-	398.552	133.635	3.843	261.074
. Despesas em edifícios arrendados	129.254	110.979	-	187	4.537	4.537	-	-	5	-	2.797	-	124.909	109.239	-	15.670
. Outros imóveis	312	6	20	-	-	-	-	-	-	-	1	-	312	7	20	285
Activos tangíveis em curso																
. Imóveis de serviço próprio	537	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-	-	-	507	-	-	507
. Despesas em edifícios arrendados	5	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>534.953</u>	<u>242.997</u>	<u>3.863</u>	<u>468</u>	<u>4.993</u>	<u>4.622</u>	<u>(6.148)</u>	<u>(2.009)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.515</u>	<u>-</u>	<u>524.280</u>	<u>242.881</u>	<u>3.863</u>	<u>277.536</u>
Equipamento																
. Mobiliário e material	22.257	19.528	-	133	100	100	-	-	-	-	534	-	22.290	19.962	-	2.328
. Máquinas e ferramentas	3.745	3.652	-	8	9	9	-	-	-	-	18	-	3.744	3.661	-	83
. Equipamento informático	125.098	115.542	-	1.912	1.959	1.959	-	-	-	-	2.032	-	125.051	115.615	-	9.436
. Instalações interiores	91.840	83.017	-	1.442	395	392	(22)	(12)	-	-	1.044	-	92.865	83.657	-	9.208
. Material de transporte	19.135	13.131	-	1.060	1.163	1.135	-	-	-	-	921	-	19.032	12.917	-	6.115
. Equipamento de segurança	27.016	26.506	-	34	454	454	-	-	-	-	136	-	26.596	26.188	-	408
. Outro equipamento	5.730	4.414	-	94	211	194	-	-	2	-	277	-	5.615	4.497	-	1.118
. Activos tangíveis em curso	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>294.823</u>	<u>265.790</u>	<u>-</u>	<u>4.683</u>	<u>4.291</u>	<u>4.243</u>	<u>(22)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.962</u>	<u>-</u>	<u>295.193</u>	<u>266.497</u>	<u>-</u>	<u>28.696</u>
Outros activos tangíveis																
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.536	-	-	1.536
	<u>1.817</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.817</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>1.536</u>
	<u>831.593</u>	<u>509.068</u>	<u>3.863</u>	<u>5.151</u>	<u>9.284</u>	<u>8.865</u>	<u>(6.170)</u>	<u>(2.021)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.477</u>	<u>-</u>	<u>821.290</u>	<u>509.659</u>	<u>3.863</u>	<u>307.768</u>
Activos intangíveis																
Software adquirido a terceiros	361.034	308.566	-	9.455	63	61	-	-	-	-	28.253	-	370.426	336.758	-	33.668
Activos intangíveis em curso	-	-	-	117	-	-	-	-	-	-	-	-	117	-	-	117
Trespases	3.464	3.464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.464	3.464	-	-
	<u>364.498</u>	<u>312.030</u>	<u>-</u>	<u>9.572</u>	<u>63</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.253</u>	<u>-</u>	<u>374.007</u>	<u>340.222</u>	<u>-</u>	<u>33.785</u>

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, a rubrica “Software – adquirido a terceiros” incluía o software adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico pertencente ao Grupo Santander, nos montantes líquidos de depreciações de mEuros 23.288 e mEuros 32.092, respectivamente.

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2014, o Banco procedeu à revisão da vida útil estimada da sua plataforma informática Parténon de 5 para 3 anos. Como resultado daquela revisão, as amortizações do semestre da rubrica “Software – Adquirido a terceiros” aumentaram em cerca de mEuros 11.200 comparativamente ao semestre findo em 30 de Junho de 2013.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>		<u>31-12-2014 (proforma)</u>	
	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>
Investimentos em associadas				
No país				
. Partang, SGPS, S.A.	49,00	142.952	49,00	132.685
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Unicre)	21,50	33.137	21,50	33.109
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	2.065	25,81	2.065
		-----		-----
		178.154		167.859
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 22)				
. Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. (Benim)		(1.500)		(1.500)
		-----		-----
		176.654		166.359
		=====		=====

Nos termos do acordo assinado em Agosto de 2008 entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (“CGD”) e o BST, em 4 de Junho de 2009 a Santotta – Internacional, SGPS, S.A. (“Santotta”) e o BST constituíram a Partang, SGPS, S.A. (“Partang”) mediante a entrega de acções do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A. (“BCGTA”), com a anterior designação de Banco Totta de Angola, S.A., correspondentes a 50,5% e 0,5% do seu capital social, respectivamente. Nos termos do mesmo acordo, foi efectuado em 2 de Julho de 2009 um aumento de capital social na Partang subscrito exclusivamente pela CGD, tendo aquela participada passado a ser detida em 50% pela CGD e em 50% pelo Grupo Santander (dos quais 49,51% detidos pela subsidiária Santotta e 0,49% directamente pelo BST).

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang. Na sequência daquela operação, o Banco passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, naquela data o Banco valorizou ao justo valor a participação que passou a deter. Desta forma, a participação na Partang passou a ser registada pelo método da equivalência patrimonial.

Em 29 de Maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang (49% do capital social detido directa e indirectamente).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a Partang detinha 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A..

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os investimentos financeiros detidos na Partang e na Unicre incluíam goodwill. A opção de venda detida pelo Banco sobre a CGD relativamente à Partang permitiu recuperar na íntegra o investimento financeiro e o goodwill detido naquela participada. Por outro lado, o teste de imparidade efectuado sobre o goodwill da Unicre não evidenciou qualquer perda de imparidade naquele investimento financeiro.

O resumo dos dados financeiros da principal associada do Banco em 31 de Maio de 2015 (data das últimas demonstrações financeiras disponíveis) e em 31 de Dezembro de 2014 é como segue:

	Partang	
	31-05-2015	31-12-2014
Balanco		
Activos correntes	17.880	11.176
Activos não correntes	184.538	161.321
	<u>202.418</u>	<u>172.497</u>
Passivos correntes	72	11.079
Passivos não correntes	-	-
	<u>72</u>	<u>11.079</u>
Capital próprio, excluindo resultado líquido	185.069	125.482
Resultado líquido do período/exercício	17.277	35.936
Demonstração de resultados		
Resultado operacional	17.277	35.949
Resultado antes de impostos	17.277	35.949
Resultado líquido do período/exercício	17.277	35.936

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	16.857	14.538
. Outros	153	65
	-----	-----
	17.010	14.603
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
. IRC a pagar	11.184	16.122
. Imposto sobre rendimentos prediais (Fundo Novimovest)	1.833	3.912
	-----	-----
	13.017	20.034
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	417.374	432.718
. Prejuízos fiscais reportáveis	20.662	25.957
	-----	-----
	438.036	458.675
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos		
. Relativos a diferenças temporárias	108.288	138.521
. Por créditos fiscais	3.383	3.505
	-----	-----
	111.671	142.026
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Activos por impostos correntes – IRC a recuperar” incluía mEuros 7.856 pagos pelo Banco relativos a correcções efectuadas pela Administração Tributária às suas declarações de impostos de exercícios anteriores. Por não concordar com os motivos daquelas correcções, o Banco registou aqueles pagamentos como um activo e apresentou reclamações graciosas relativamente às mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, os impostos na demonstração dos resultados apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2015	30-06-2014 (proforma)
Impostos correntes		
. Do semestre	(11.278)	(3.874)
. Contribuição especial sobre o sector bancário	(16.716)	(13.922)
. Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's)	(569)	(946)
. Outros	2.030	(1.008)
	-----	-----
	(26.533)	(19.750)
	-----	-----
Impostos diferidos		
. Registo e reversão de diferenças temporárias	(19.836)	(11.402)
. (Encargos)/ Rendimentos por créditos fiscais	(5.173)	(6.208)
	-----	-----
	(25.009)	(17.610)
	-----	-----
	(51.542)	(37.360)
	=====	=====

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos e passivos durante os semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2015			
	Saldos em 31-12-2014	Outro rendimento integral	Resultados	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Activos	230.321	-	(5.026)	225.295
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.958)	-	140	(1.818)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.505)	-	122	(3.383)
Pensões:				
Reformas antecipadas	31.989	-	(3.843)	28.146
Pensões de reforma e desvios actuariais	120.819	-	(9.445)	111.374
Transferência de responsabilidades com pensões para a segurança social	5.140	-	(151)	4.989
Prémio de antiguidade	10.571	-	152	10.723
Operações de titularização:				
Prémio/desconto em dívida emitida	(214)	-	14	(200)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(4.360)	-	(8)	(4.368)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(20.414)	-	(1.007)	(21.421)
Prejuízos fiscais reportáveis	25.957	-	(5.295)	20.662
Valorizações temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
Activos fixos tangíveis e intangíveis	468	-	(521)	(53)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(6.346)	3.199	-	(3.147)
Activos financeiros disponíveis para venda	(74.436)	31.525	-	(42.911)
Diferimento de comissões	1.424	-	83	1.507
Valias fiscais não contabilísticas	(1.226)	-	(309)	(1.535)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(392)	-	-	(392)
Plano de incentivos de longo prazo	1.929	-	85	2.014
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	883	-	-	883
Outros	(1)	1	-	-
	<u>316.649</u>	<u>34.725</u>	<u>(25.009)</u>	<u>326.365</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	30-06-2014 (proforma)				Saldos em 30-06-2014
	Saldos em 31-12-2013	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos	241.282	-	(277)	-	241.005
Passivos relativos a menos-valias potenciais	(1.999)	-	-	-	(1.999)
Reavaliação de activos tangíveis	(3.765)	-	116	-	(3.649)
Pensões:					
Reformas antecipadas	24.244	-	(6.659)	-	17.585
Pensões de reforma e desvios actuariais	139.771	-	(8.321)	-	131.450
Transferência de responsabilidades com pensões para a segurança social	4.921	-	(308)	-	4.613
Prémio de antiguidade	8.423	-	64	-	8.487
Operações de titularização:					
Prémio/desconto em dívida emitida	(251)	-	17	-	(234)
Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(8.573)	-	(133)	-	(8.706)
Resultados em compras de títulos intragrupo	(18.417)	-	(627)	-	(19.044)
Prejuízos fiscais reportáveis	40.531	-	(6.324)	-	34.207
Valorizações e ajustamentos temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
Activos fixos tangíveis e intangíveis	(1.518)	-	3.206	-	1.688
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(13.092)	2.178	-	-	(10.914)
Activos financeiros disponíveis para venda	68.641	(79.845)	-	337	(10.867)
Diferimento de comissões	-	-	1.417	-	1.417
Valias fiscais não contabilísticas	(1.767)	-	-	-	(1.767)
Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização de investimentos em associadas	(457)	-	18	-	(439)
Plano de incentivos de longo prazo	2.495	-	201	-	2.696
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1.685	-	-	-	1.685
Outros	(3)	-	-	-	(3)
	<u>482.151</u>	<u>(77.667)</u>	<u>(17.610)</u>	<u>337</u>	<u>387.211</u>

A aferição da realização dos activos por impostos diferidos, nomeadamente dos associados a prejuízos fiscais reportáveis, foi efectuada através do último Business Plan aprovado pelo Conselho de Administração do Banco o qual contempla um período de 3 anos. De acordo com aquele Business Plan os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis serão recuperados nos próximos 2 anos.

Na sequência da alteração da legislação fiscal para o ano de 2015, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o Banco passou a apurar e a registar os activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis a uma taxa de 21% e os impostos diferidos associados a diferenças temporárias a uma taxa de 29%.

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objecto de inspecção fiscal até ao exercício de 2012, inclusive. Como resultado da inspecção ao ano de 2012, o Banco foi sujeito em sede de IRC a uma liquidação adicional relativa a tributação autónoma e a diversas correcções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correcções efectuadas à matéria colectável de IRC abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios actuariais, ajustamentos ao nível das reformas antecipadas e ajustamentos ao nível das utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correcções são meramente temporárias.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 22).

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Outras disponibilidades	387	327
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	10.932	9.523
IVA a recuperar	2.900	2.055
Devedores por bonificações a receber	3.944	3.780
Outros devedores	36.498	46.369
Devedores e outras aplicações - capital vencido	18.711	6.666
Devedores por capital não realizado	38	38
Contratos de suprimentos		
Fafer - Empreendimentos Urbanísticos e de Construção, S.A.	364	364
Gestínsua - Aquisições e Aliações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
Propaço - Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda.	2.458	2.458
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.526	2.483
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	56.088	65.440
Rendimentos a receber	23.560	29.796
Outros rendimentos a receber - Titularização	3.675	3.867
Despesas com encargo diferido por participações em ACE's		
NORTREM - Aluguer Material Ferroviário ACE	1.153	1.138
Despesas com encargo diferido	3.465	5.592
Responsabilidades com pensões (Nota 44)		
Responsabilidades do BST	(901.261)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	909.321	-
Responsabilidades da Sucursal de Londres	(45.731)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres	41.394	-
Outros	108.451	94.020
	-----	-----
	278.999	274.042
	-----	-----
Perdas por imparidade (Nota 22):		
Contratos de suprimentos	(2.392)	(2.392)
Activos recebidos em dação em pagamento	(13.668)	(15.849)
Devedores e outras aplicações	(6.328)	(6.047)
	-----	-----
	(22.388)	(24.288)
	-----	-----
	256.611	249.754
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Devedores e outras aplicações - Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem de futuros de clientes estão registadas na rubrica “Outros passivos – Credores e outros recursos - Credores por operações sobre futuros” (Nota 25).

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações - Outros devedores” incluía o valor dos direitos de crédito detidos sobre o Fundo Lusimovest, nos montantes de mEuros 12.000 e mEuros 17.600, respectivamente, referentes a resgates liquidados por conta daquele Fundo. Adicionalmente, em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, aquela rubrica incluía mEuros 13.662 e mEuros 16.600, respectivamente, relativos a valores a receber pelo Fundo Novimovest por vendas de imóveis.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Rendimentos a receber” incluía maioritariamente comissões a receber da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus seguros (mEuros 17.963 e mEuros 20.128, respectivamente).

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Outros rendimentos a receber - Titularização” refere-se ao valor de juros a receber dos “Swap agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e os veículos de titularização (Nota 45). O valor de juros a pagar relativo a estas operações encontra-se registado na rubrica “Outros passivos – Encargos a pagar – Relativos a Swap agreements” (Nota 25).

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Outros” inclui operações activas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30-06-2015		31-12-2014 (proforma)	
	Outros activos	Outros passivos (Nota 25)	Outros activos	Outros passivos (Nota 25)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português (Nota 50)	256.192	-	178.048	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	(6.242)	(751)	30.308	(770)
Sistema de Compensação de Débitos Directos	2	-	(8)	-
Valores a receber / (pagar) a empresas do Grupo	(8.837)	-	(1.940)	-
Transferências no âmbito do SEPA	(100.177)	-	(77.400)	-
Saldos a regularizar em ATM's	(32.487)	-	(34.988)	-
	<u>108.451</u>	<u>(751)</u>	<u>94.020</u>	<u>(770)</u>

18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014 (proforma)</u>
Recursos do Banco Central Europeu		
Depósitos	3.777.000	4.406.000
Juros a pagar	807	261
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	1.774	51
	<u>3.779.581</u>	<u>4.406.312</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	60.470	67.468
Outros recursos	53.624	-
Juros a pagar	52	26
	-----	-----
	114.146	67.494
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	1.982.189	2.797.788
Depósitos	452.341	706.026
Outros recursos	422.425	425.429
Recursos a muito curto prazo	55.412	33.770
Juros a pagar	110	217
	-----	-----
	2.912.477	3.963.230
	-----	-----
	3.026.623	4.030.724
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra”, tinha a seguinte composição por tipo de activo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	30-06-2015			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.207.334	403	(366)	1.207.371
Dívida não subordinada	290.633	33	(23)	290.643
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	473.085	59	(22)	473.122
Obrigações emitidas por não residentes	11.054	(5)	4	11.053
	<u>1.982.106</u>	<u>490</u>	<u>(407)</u>	<u>1.982.189</u>
Tipo de subjacente	31-12-2014 (proforma)			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	2.002.426	2.009	(557)	2.003.878
Dívida não subordinada	401.744	182	(122)	401.804
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de titularização	371.789	159	(66)	371.882
Obrigações emitidas por não residentes	20.222	4	(2)	20.224
	<u>2.796.181</u>	<u>2.354</u>	<u>(747)</u>	<u>2.797.788</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro - Outros recursos” incluía mEuros 400.000 relativos a recursos captados junto do Banco Europeu de Investimento.

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Depósitos a prazo	12.451.201	12.880.868
Depósitos à ordem	6.096.434	5.522.964
Outros depósitos estruturados	2.948.360	3.006.349
Depósitos de poupança	25.979	27.710
Depósitos com pré-aviso	18.240	19.346
	-----	-----
	21.540.214	21.457.237
	-----	-----
Juros e custos a pagar	119.598	140.635
Cheques e ordens a pagar	90.479	30.097
Correcções de valor por operações de cobertura	(7.495)	(2.067)
	-----	-----
	202.582	168.665
	-----	-----
	<u>21.742.796</u>	<u>21.625.902</u>
	=====	=====

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	6.750.000	6.000.000
Readquiridas	(5.000.000)	(4.250.000)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	160	13.283
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	2.064.264	2.140.550
Readquiridas	(1.175.368)	(1.137.116)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(1.269)	(1.330)
Obrigações de caixa		
Emitidas	56.766	273.608
Readquiridas	(13.299)	(105.021)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	820	6.324
	-----	-----
	2.682.074	2.940.298
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Outras		
Programa EMTN - Emitidas	32.300	32.300
Readquiridas	(1.250)	(1.250)
Juros a pagar	2	2
	-----	-----
	31.052	31.052
	-----	-----
Correcções de valor por operações de cobertura	1.140	1.761
	-----	-----
	<u>2.714.266</u>	<u>2.973.111</u>
	=====	=====

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

Entre Maio de 2008 e 30 Junho de 2015, o BST procedeu a catorze emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa "€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme". Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Crédito a clientes (Nota 10)	7.788.097	8.021.820
Juros de crédito	7.373	7.938
Comissões	(34.710)	(35.378)
Despesas com encargo diferido	7.600	8.458
	-----	-----
	7.768.360	8.002.838
	-----	-----
Derivados de cobertura	4.195	4.859
	-----	-----
	<u>7.772.555</u>	<u>8.007.697</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na dívida emitida pelo Banco durante o semestre findo em 30 de Junho de 2015 e durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN	
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	7.746.857	(6.511.293)	141.830	(2.940)
. Emissões efectuadas	2.501.211	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(3.974.460)	2.755.750	(109.530)	1.690
. Emissões readquiridas	-	(599.478)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	6.273.608	(4.355.021)	32.300	(1.250)
. Emissões efectuadas	750.000	-	-	-
. Emissões reembolsadas	(216.842)	91.722	-	-
. Emissões readquiridas	-	(750.000)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2015	6.806.766	(5.013.299)	32.300	(1.250)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco mantinha as seguintes obrigações emitidas ao abrigo do seu programa de European Medium Term Notes (EMTN):

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Obrigações com remuneração indexada à Euribor		
. Com vencimento entre um e três anos	32.300	32.300
	-----	-----
	32.300	32.300
	=====	=====

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2015 e durante o exercício de 2014 nas obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização foi o seguinte:

	Obrigações	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.714.309	(1.538.636)
Reembolsadas	(573.759)	499.820
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(31.736)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(66.564)
	-	(98.300)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	2.140.550	(1.137.116)
Reembolsadas	(76.286)	42.010
Readquiridas:		
- Hipototta Nr. 4 - Classe A	-	(6.800)
- Hipototta Nr. 5 - Classe A2	-	(73.462)
	-	(80.262)
Saldos em 30 de Junho de 2015	2.064.264	(1.175.368)

No primeiro semestre de 2015 e 2014, o Banco readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização tendo registado mais-valias de mEuros 4.489 e mEuros 3.067, respectivamente (Nota 38).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As condições das obrigações hipotecárias, das obrigações de caixa e das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização encontram-se descritas no Anexo I.

22. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	30-06-2015				30-06-2015
	31-12-2014	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	4.167	984	-	-	5.151
Provisões para pensões e outros encargos	28.185	444	-	(4.212)	24.417
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	11.554	2.222	(1.484)	-	12.292
Outras provisões	28.082	14.651	(4.037)	(9.880)	28.816
	<u>71.988</u>	<u>18.301</u>	<u>(5.521)</u>	<u>(14.092)</u>	<u>70.676</u>

	30-06-2014 (proforma)				30-06-2014
	31-12-2013	Dotações	Reversões	Utilizações	
Provisões para contingências fiscais	4.474	-	(207)	-	4.267
Provisões para pensões e outros encargos	25.478	444	-	(2.332)	23.590
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	9.124	4.319	(3.613)	-	9.830
Outras provisões	22.963	40.412	(13.325)	(1.579)	48.471
	<u>62.039</u>	<u>45.175</u>	<u>(17.145)</u>	<u>(3.911)</u>	<u>86.158</u>

	30-06-2015					
	31-12-2014	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	30-06-2015	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes (Nota 10):						
Crédito interno	229.543	31.326	(36.158)	-	224.711	-
Crédito ao exterior	1.101	-	(307)	-	794	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	10.644	217	(452)	-	10.409	-
Outros créditos e valores a receber titulados	7.227	-	(3.408)	-	3.819	-
Imparidade para crédito e juros vencidos (Nota 10):						
Crédito interno	861.754	103.411	(52.178)	(4.041)	908.946	(1.460)
Crédito ao exterior	19.223	1.333	(2.300)	(5)	18.251	(1)
Créditos titularizados não desreconhecidos	30.107	5.185	(3.543)	(1.323)	30.426	-
Outros créditos e valores a receber titulados	2.019	1.266	-	-	3.285	-
	<u>1.161.618</u>	<u>142.738</u>	<u>(98.346)</u>	<u>(5.369)</u>	<u>1.200.641</u>	<u>(1.461)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	61.943	4.541	(4.082)	(569)	61.833	-
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)	1.500	-	-	-	1.500	-
	<u>63.443</u>	<u>4.541</u>	<u>(4.082)</u>	<u>(569)</u>	<u>63.333</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	123.846	16.374	(4.709)	(11.828)	123.683	-
Activos tangíveis (Nota 14)	3.863	-	-	-	3.863	-
Outros activos (Nota 17)	24.288	11.090	(12.988)	(2)	22.388	-
	<u>151.997</u>	<u>27.464</u>	<u>(17.697)</u>	<u>(11.830)</u>	<u>149.934</u>	<u>-</u>
	<u>1.377.058</u>	<u>174.743</u>	<u>(120.125)</u>	<u>(17.768)</u>	<u>1.413.908</u>	<u>(1.461)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

30-06-2014 (proforma)						
	31/12/2013	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	30/06/2014	Recuperações de imparidade
Imparidade para crédito a clientes:						
Crédito interno	287.036	84.316	(112.123)	-	259.229	-
Crédito ao exterior	1.657	294	(179)	-	1.772	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	14.669	142	(856)	-	13.955	-
Outros créditos e valores a receber titulados	12.296	-	(4.580)	-	7.716	-
Imparidade para crédito e juros vencidos:						
Crédito interno	694.768	142.633	(36.686)	(17.390)	783.325	(2.757)
Crédito ao exterior	20.803	2.244	(1.876)	(12)	21.159	-
Créditos titularizados não desreconhecidos	46.647	5.488	(5.621)	(310)	46.204	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	1.805	-	-	1.805	-
	<u>1.077.876</u>	<u>236.922</u>	<u>(161.921)</u>	<u>(17.712)</u>	<u>1.135.165</u>	<u>(2.757)</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda						
	61.738	3.372	(3.406)	(25)	61.679	-
Imparidade em investimentos em associadas						
	1.060	-	-	-	1.060	-
	<u>62.798</u>	<u>3.372</u>	<u>(3.406)</u>	<u>(25)</u>	<u>62.739</u>	<u>-</u>
Imparidade em activos não financeiros:						
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)						
	112.582	15.137	(3.557)	(10.775)	113.387	-
Activos tangíveis (Nota 14)	3.863	-	-	-	3.863	-
Outros activos	23.098	12.067	(9.963)	-	25.202	-
	<u>139.543</u>	<u>27.204</u>	<u>(13.520)</u>	<u>(10.775)</u>	<u>142.452</u>	<u>-</u>
	<u>1.280.217</u>	<u>267.498</u>	<u>(178.847)</u>	<u>(28.512)</u>	<u>1.340.356</u>	<u>(2.757)</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Planos de reestruturação	5.592	9.804
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 46)	18.825	18.381
	-----	-----
	<u>24.417</u>	<u>28.185</u>
	=====	=====

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, as dotações e utilizações de provisões para pensões e outros encargos foram justificadas, essencialmente, pela passagem à reforma de um conjunto de colaboradores do Banco de acordo com a cláusula 137 do Acordo Colectivo de Trabalho.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Outras provisões" incluía:

- Provisões para processos judiciais na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco nos montantes de mEuros 19.081 e mEuros 16.780, respectivamente. A perda esperada por processo é apurada pela área jurídica do Banco com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento; e
- Outras provisões nos montantes de mEuros 9.735 e mEuros 11.302, respectivamente. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, aquelas provisões destinavam-se, essencialmente, a fazer face a contingências diversas, entre as quais, fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas.

23. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	31-12-2014 (proforma)
Unidades de participação no Fundo Multiobrigações não detidas pelo Banco	129.308	130.870
Unidades de participação no Fundo Novinvest não detidas pelo Banco	71.418	75.109
	-----	-----
	200.726	205.979
	=====	=====

24. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	31-12-2014 (proforma)
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	13.818
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
	-----	-----
Títulos readquiridos	288.540	288.540
Juros a pagar	(284.265)	(284.265)
	28	31
	-----	-----
	4.303	4.306
	=====	=====

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	31-12-2014 (proforma)
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (Nota 17)	10.932	9.523
Recursos diversos		
Recursos conta cativa	54.453	52.698
Recursos conta caução	1.310	1.458
Outros recursos	1.515	1.452
Sector público administrativo		
IVA a pagar	2.871	5.487
Retenção de impostos na fonte	17.652	19.295
Contribuições para a Segurança Social	3.913	3.931
Outros	646	558
Cobranças por conta de terceiros	159	161
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.519	1.532
Credores diversos		
Credores por contratos de factoring	35.222	31.757
Credores por fornecimentos de bens	5.663	5.388
Outros credores	18.757	18.637
Encargos a pagar		
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	36.975	36.452
Férias e subsídio de férias	23.064	30.567
Outras remunerações variáveis	17.959	28.011
Outros custos com o pessoal	8.011	467
Gastos gerais administrativos	32.553	27.371
Relativos a "Swap agreements" (Nota 17)	3.908	4.356
Outros	3.450	3.306
Responsabilidades com pensões (Nota 44):		
Responsabilidades do BST	-	907.691
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BST	-	(910.580)
Responsabilidades da Sucursal de Londres	-	42.855
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres	-	(38.223)
Outras receitas com rendimento diferido	2.609	1.580
Valores a regularizar com clientes e bancos		
Operações passivas a regularizar	92.455	6.393
Operações de bolsa a regularizar	1.200	-
Outros (Nota 17)	751	770
	-----	-----
	<u>377.547</u>	<u>292.893</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o capital social do Banco estava representado por 656.723.284 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	30-06-2015		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	271.314	0,04	271
Outros	589.035	0,09	589
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====
	31-12-2014 (proforma)		
	<u>Número de acções</u>	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Santander Totta, SGPS, S.A.	641.269.620	97,65	641.270
Taxagest, SGPS, S.A. (acções próprias)	14.593.315	2,22	14.593
Acções próprias	271.244	0,04	271
Outros	589.105	0,09	589
	-----	-----	-----
	656.723.284	100,00	656.723
	=====	=====	=====

Durante o primeiro semestre de 2015 e durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à aquisição de 70 e 21.817 acções próprias, pelos montantes de Euros 423 e mEuros 132, respectivamente.

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão, que ascendem a mEuros 193.390, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo accionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

Durante o primeiro semestre de 2015, o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de mEuros 65.715 (montante líquido dos dividendos afectos a acções próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,10 Euros por acção.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de mEuros 1.202 (montante líquido dos dividendos afectos a acções próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,0018 Euros por acção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	147.972	256.913
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	4.354	4.354
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	10.851	21.883
Ganhos e perdas actuariais (Nota 44)		
Fundo de Pensões BST	(658.174)	(666.672)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(8.453)	(8.867)
Ganhos e perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(1.508)	(1.508)
Reservas de flutuação cambial	2.408	(486)
Reservas de reavaliação legais à data de transição para as IFRS	23.245	23.245
	-----	-----
	(479.305)	(371.138)
	-----	-----
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	(42.911)	(74.436)
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	(967)	(967)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(3.147)	(6.346)
Impacto fiscal dos desvios actuariais	177.625	177.625
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	422	422
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	(3.505)	(3.765)
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	(132)	(132)
	-----	-----
	127.385	92.400
	-----	-----
	(351.920)	(278.738)
	=====	=====

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação actualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> <u>(proforma)</u>
Reserva legal	259.554	246.107
	-----	-----
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	171.645	157.336
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	103.074	89.770
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação da Totta IFIC	90.520	90.520
Outras	475	284
	-----	-----
	942.453	914.649
	-----	-----
Resultados transitados	401.803	373.840
	-----	-----
	1.603.810	1.534.596
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)27. RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO

No primeiro semestre de 2015 e 2014, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	30/06/2015		30-06-2014 (proforma)	
	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do semestre do BST (atividade individual)	86.193	86.193	74.624	74.624
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
BST International Bank, Inc.	12.848	12.848	9.939	9.939
Partang, SGPS, S.A.	17.277	8.466	11.818	5.791
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	33.756	8.436	23.226	5.804
Totta & Açores, Financing, Ltd	6.216	6.216	6.180	6.180
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.	(22)	(22)	40	40
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	6.810	1.464	5.232	1.125
Santander Multiobrigações - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável	(2.167)	(1.398)	4.692	3.028
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	1.101	1.101	332	332
Totta Ireland, Plc. ⁽¹⁾	10.377	10.377	16.478	16.478
Serfin International Bank & Trust	118	118	133	133
Totta & Açores, Inc. - Newark	(4)	(4)	28	28
Taxagest, S.A.	17	17	119	118
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	-	-	11	11
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(119)	(93)	(17.784)	(13.476)
	<u>86.208</u>	<u>47.526</u>	<u>60.444</u>	<u>35.531</u>
Anulação de dividendos:				
Totta Ireland, Plc.		(13.800)		(24.600)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(1.436)		(1.161)
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.		-		(7.763)
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.		(8.601)		(7.543)
		<u>(23.837)</u>		<u>(41.067)</u>
Anulação da valorização por equivalência patrimonial pela Partang da participação no BCGTA		1.173		429
Ganhos na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de titularização (Nota 38)				
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		138		10.000
Valia obtida com a liquidação da Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.		(8.370)		-
Outros		(171)		(1.677)
Resultado consolidado do exercício		<u>102.652</u>		<u>77.840</u>

- (1) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro, o montante reflectido corresponde ao resultado líquido apurado entre 1 de Dezembro e 30 de Junho, deduzido do resultado líquido do mês de Dezembro de 2014 e 2013, o qual ascendeu a mEuros 945 e mEuros 2.732, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o semestre.

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do BST	102.652	77.840
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	656.723.284	656.723.284
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	14.864.617	14.842.742
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação	641.858.667	641.880.542
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BST (em Euros)	0,16	0,12

Os resultados por acção básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

28. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>30-06-2015</u>		<u>31-12-2014 (proforma)</u>	
	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>	<u>Balanço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>
Acções preferenciais BST				
International Bank, Inc.	321.745	-	296.516	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Taxagest	557	-	557	-
Dividendos antecipados	(7.145)	-	(1.515)	-
Outros	118	-	119	6
	-----	---	-----	----
	615.275	-	595.677	6
	=====	==	=====	==

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o BST Porto Rico garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander, S.A.. Aos titulares destas acções, o TAF garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios dos emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do emitente de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os principais dados financeiros do BST International Bank, Inc. (BST Porto Rico) e do Totta & Açores Financing (TAF), eram como segue:

	30-06-2015		31-12-2014	
	BST Porto Rico (*)	TAF	BST Porto Rico (*)	TAF
Balanco				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99	-	11.792
Disponibilidades em outras instituições de crédito	530.805	297.750	570.598	297.750
Créditos sobre clientes	-	-	1	-
Outros activos	8	2.250	1.437	2.250
	<u>530.813</u>	<u>300.099</u>	<u>572.036</u>	<u>311.792</u>
Recursos de outras instituições de crédito	36.659	-	27.977	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	105.283	-	145.653	-
Outros passivos	1.661	-	1.900	-
	<u>143.603</u>	<u>-</u>	<u>175.530</u>	<u>-</u>
Capital próprio (excluindo resultado líquido)	372.890	293.883	368.719	299.432
Resultado líquido do período/exercício	14.320	6.216	27.787	12.360
	<u>530.813</u>	<u>300.099</u>	<u>572.036</u>	<u>311.792</u>
Demonstração de Resultados				
Margem financeira	14.546	6.591	28.358	13.110
Produto bancário	14.517	6.704	28.176	13.335
Resultado antes de impostos	14.320	6.216	27.787	12.360
Resultado líquido do período/exercício	14.320	6.216	27.787	12.360

(*) Montantes expressos em milhares de Dólares dos Estados Unidos.

29. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.079.617	1.084.029
Créditos documentários abertos	231.677	216.516
Activos dados em garantia		
Banco de Portugal	143.059	143.700
Fundo de Garantia de Depósitos	74.558	75.300
Sistema de Indemnização aos Investidores	5.735	5.792
Outros passivos eventuais	6	6
	-----	-----
	<u>1.534.652</u>	<u>1.525.343</u>
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.012.306	4.205.060
Irrevogáveis	597.060	417.809
Fundo de Garantia de Depósitos	54.092	54.092
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.861	4.139
Outros compromissos revogáveis	215	216
	-----	-----
	<u>4.667.534</u>	<u>4.681.316</u>
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	20.442.611	57.931.149
Valores recebidos para cobrança	113.319	125.186
Valores administrados pelo Banco		
Outros valores	6	7
	-----	-----
	<u>20.555.936</u>	<u>58.056.342</u>
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos no montante de mEuros 3.918. Nesse exercício, o Banco assumiu igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 30 de Junho de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014, relativamente ao qual foi assumido este compromisso, ascende a mEuros 54.092. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Conforme previsto na Instrução nº 23/2013, do Banco de Portugal, a taxa contributiva de base aplicável a todas as instituições participantes no Fundo de Garantia de Depósitos para o exercício de 2014 era de 0,03% sobre o valor médio dos saldos mensais dos depósitos elegíveis do ano anterior, com um limite mínimo de contribuição de 17.500 Euros. Para o exercício de 2015, a Instrução nº 32/2014, do Banco de Portugal, estabeleceu a taxa contributiva de base em 0,005%, com um limite mínimo de contribuição de 4.000 Euros. No primeiro semestre de 2015 e 2014, o Banco procedeu ao pagamento e registo de 100% da contribuição anual nos montantes de mEuros 728 e mEuros 4.222, respectivamente (Nota 39).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, estas responsabilidades ascendiam a mEuros 3.861 e mEuros 4.139, respectivamente.

30. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	33	167
Em instituições de crédito	28	7
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco Central Europeu	-	1
Em outras instituições de crédito	1.967	2.541
Em instituições de crédito no estrangeiro	19.044	18.296
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	249.091	285.151
Crédito ao exterior	6.111	7.964
Outros créditos e valores a receber (titulados)	29.388	33.365
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	17.090	16.433
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	11.654	17.642
Juros de crédito vencido	4.923	3.360
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação	1.866	4.919
Activos financeiros disponíveis para venda	85.129	105.276
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	316
Derivados de cobertura	100.451	108.283
Devedores e outras aplicações	117	-
Outros juros e rendimentos similares		
Swap agreements	13.141	16.716
Outros	765	871
	-----	-----
	540.798	621.308
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)31. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	30-06-2014 (proforma)
Juros de depósitos de clientes		
Sector público administrativo	201	1.077
De emigrantes	5.356	6.906
De outros residentes	111.888	152.300
Não residentes	6.518	9.802
	-----	-----
	123.963	170.085
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	1.585	10.557
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	130	964
No estrangeiro	12.067	20.094
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	33.096	24.060
EMTN	105	139
Juros de derivados de cobertura	71.877	109.172
Juros e comissões de outros passivos subordinados	86	46
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	12	-
Outros juros e encargos similares		
Swap agreements	15.316	18.152
Outros	-	1.765
	-----	-----
	134.274	184.949
	-----	-----
	258.237	355.034
	=====	=====

32. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos e a rendimentos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	30-06-2014 (proforma)
Activos financeiros disponíveis para venda:		
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.090	1.090
Unicampus	43	-
Outros	1	48
	-----	-----
	1.134	1.138
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)33. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	7.053	7.882
Créditos documentários abertos	1.631	2.017
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Revogáveis	658	1.845
Irrevogáveis	984	972
Por serviços prestados		
Por transacções de cartões	30.612	29.123
Operações de crédito	16.313	16.069
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	10.383	8.491
Anuidades	7.633	7.783
Cobrança e administração de valores	4.119	4.601
Outros	3.344	4.550
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	12.246	15.536
Outras	118	156
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 43)	44.854	45.840
Depósitos à ordem	13.569	13.004
Cheques	4.139	3.910
Outras	7.151	3.299
	-----	-----
	164.807	165.078
	=====	=====

34. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Transacções de clientes	15.786	13.143
Operações de crédito	6.839	6.966
Cobrança e administração de valores	777	1.250
Outros	4.406	4.279
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	795	1.243
Outras	524	516
Outras comissões pagas	376	1.059
	-----	-----
	29.503	28.456
	=====	=====

35. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	30-06-2014 (proforma)
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida	(1.698)	4.415
Instrumentos de capital	35	(167)
Instrumentos derivados:		
. "Swaps":		
Contratos de taxa de câmbio	(58)	(46)
Contratos de taxa de juro	(5.282)	(112.608)
Contratos sobre cotações	31	131
Outros	(279)	(4.000)
. Futuros:		
Contratos sobre cotações	19	3
. Opções:		
Contratos de taxa de câmbio	101	85
Contratos sobre cotações	-	(56)
Outros	9	39
. Contratos de garantia de taxa de juro	16	326
	-----	-----
	(7.106)	(111.878)
	-----	-----
Derivados de cobertura:		
"Swaps"		
. Contratos de taxa de juro	24.166	63.102
. Contratos sobre cotações	(826)	(225)
. Opções "Auto-callable"	(1.722)	2.173
Correcções de valor de activos e passivos objecto de cobertura	(21.425)	(64.903)
	-----	-----
	193	147
	-----	-----
	(6.913)	(111.731)
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2014, o saldo da rubrica "Activos financeiros detidos para negociação: Instrumentos derivados: Swaps: Contratos de taxa de juro" incluía mEuros 115.376 referentes à anulação da valorização positiva do elemento coberto, como resultado da alienação de um conjunto de títulos (Nota 36), para os quais tinha sido aplicada contabilidade de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)36. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2015			30-06-2014 (proforma)		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
De emissores públicos nacionais	17.776	-	17.776	88.415	-	88.415
Outros	2.780	-	2.780	-	-	-
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	-	-	-	96.733	-	96.733
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	47	-	47	58	-	58
Valorizados ao custo histórico	14	(30)	(16)	39	(1)	38
	<u>20.617</u>	<u>(30)</u>	<u>20.587</u>	<u>185.245</u>	<u>(1)</u>	<u>185.244</u>

Em 30 de Junho de 2015, os ganhos registados na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro Portuguesas.

Em 30 de Junho de 2014, os ganhos registados na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” foram justificados, essencialmente, pela alienação de Obrigações do Tesouro Portuguesas e Espanholas.

37. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> <u>(proforma)</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	72.940	18.699
Perdas na reavaliação da posição cambial	(68.321)	(16.470)
	-----	-----
	4.619	2.229
	====	====

38. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> <u>(proforma)</u>
Ganhos na recompra pelo Banco de obrigações emitidas em operações de titularização de crédito à habitação (Nota 21)	4.489	3.067
Ganhos em activos tangíveis	2.532	2.100
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	3.075	1.575
Ganhos na alienação de créditos a clientes	56	-
Outros	774	63
	-----	-----
	10.926	6.805
	-----	-----

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Perdas em activos não correntes detidos para venda	(690)	(780)
Perdas em activos tangíveis	(2.990)	(152)
Perdas na alienação de crédito a clientes	(11)	-
Outras	(74)	(1.725)
	-----	-----
	(3.765)	(2.657)
	-----	-----
	7.161	4.148
	=====	=====

39. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas auferidas	9.325	10.354
Aluguer de terminais de pagamento automático	6.938	7.113
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento (Nota 13)	6.801	6.088
Menos valias associadas a unidades de participação do Fundo		
Novimovest detidas por interesses que não controlam	26	4.308
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.052	2.065
Reembolso de despesas	1.214	1.368
Outros	1.200	1.352
	-----	-----
	27.556	32.648
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Menos valias não realizadas		
em propriedades de investimento (Nota 13)	(8.610)	(26.426)
Encargos com transacções realizadas por clientes	(3.272)	(4.430)
Quotizações e donativos	(3.095)	(2.660)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(1.950)	(2.377)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 29)	(728)	(4.222)
Contribuições para o Fundo de Resolução	(2.356)	(2.528)
Outros impostos		
Directos	(764)	(592)
Indirectos	(598)	(641)
Outros encargos e gastos operacionais	(4.566)	(6.544)
	-----	-----
	(25.939)	(50.420)
	-----	-----
	1.617	(17.772)
	=====	=====

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, a rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de mEuros 9.180 e mEuros 10.154, respectivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

40. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização (Nota 46)	1.786	1.719
Empregados	92.026	91.429
Plano de acções (Nota 47)	310	453
Outras remunerações variáveis	12.370	12.843
	-----	-----
	106.492	106.444
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	25.393	25.076
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 44)	1.179	995
Outros encargos sociais obrigatórios	398	385
	-----	-----
	26.970	26.456
	-----	-----
Outros custos com o pessoal		
Transferências de pessoal	339	320
Plano complementar de reforma (Nota 44)	291	291
Outros	1.982	1.916
	-----	-----
	2.612	2.527
	-----	-----
	136.074	135.427
	=====	=====

No primeiro semestre de 2015 e 2014, o Banco não registou qualquer custo com reformas antecipadas uma vez que procedeu à utilização de parte das provisões que dispunha para esse efeito (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)41. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Manutenção de software e equipamento informático	21.670	18.048
Serviços especializados	24.275	20.526
Comunicações	5.564	5.947
Publicidade e edição de publicações	5.386	5.242
Rendas e alugueres	4.754	5.086
Fornecimentos externos		
Água, energia e combustíveis	3.801	3.796
Material de consumo corrente	867	985
Outros	134	98
Deslocações, estadas e representação	2.301	2.135
Conservação e reparação	1.950	1.858
Transportes	1.221	1.108
Formação de pessoal	847	736
Seguros	584	570
Outros	2.510	2.677
	-----	-----
	75.864	68.812
	=====	=====

42. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Partang, SGPS, S.A.	8.923	5.882
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	28	1.125
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	(64)
	-----	-----
	8.951	6.943
	=====	=====

A Partang SGPS, S.A. é participada pelo Banco em 49% e por sua vez detém 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.. Em 29 de Maio de 2015, o Banco exerceu a opção de venda que detinha sobre a CGD relativamente à sua participação financeira na Partang (49% do capital social detido directa e indirectamente).

43. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões facturadas ou a facturar à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. pela comercialização dos seus produtos, tal como segue:

	<u>30-06-2015</u>			<u>30-06-2014 (proforma)</u>		
	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u> <u>(Nota 33)</u>	<u>Ramo</u> <u>Vida</u>	<u>Ramo</u> <u>Não Vida</u>	<u>Total</u> <u>(Nota 33)</u>
Santander Totta Seguros	38.706	124	38.830	39.870	89	39.959
Liberty Seguros	-	5.607	5.607	-	5.259	5.259
Outras	-	417	417	-	622	622
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	38.706	6.148	44.854	39.870	5.970	45.840
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Outros activos – Rendimentos a receber” (Nota 17) incluía comissões a receber de seguradoras, de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> <u>(proforma)</u>
	Santander Totta Seguros	17.963
Outras	949	918
	-----	-----
	18.912	21.046
	=====	=====

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não facturadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2015 e o último trimestre de 2014, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de Junho de 2015 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	308.361	308.223	282.028	251.252	210.669
. Pensionistas	26.005	26.343	22.891	21.002	18.455
. Reformados e reformados antecipadamente	<u>409.226</u>	<u>415.679</u>	<u>399.434</u>	<u>388.656</u>	<u>387.608</u>
	743.592	750.245	704.353	660.910	616.732
- Cuidados de saúde (SAMS)	152.008	151.903	137.970	129.267	117.422
- Subsídio por morte	<u>5.661</u>	<u>5.543</u>	<u>4.562</u>	<u>4.331</u>	<u>16.973</u>
	<u>901.261</u>	<u>907.691</u>	<u>846.885</u>	<u>794.508</u>	<u>751.127</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	<u>909.321</u>	<u>910.580</u>	<u>840.543</u>	<u>784.937</u>	<u>758.244</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>8.060</u>	<u>2.889</u>	<u>(6.342)</u>	<u>(9.571)</u>	<u>7.117</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no semestre/ano					
- Alteração de pressupostos	-	<u>38.848</u>	<u>42.565</u>	<u>73.518</u>	<u>(103.831)</u>
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/Perdas actuariais	(1.705)	5.644	(1.775)	(25.383)	(23.708)
. (Ganhos)/Perdas financeiras	<u>10.203</u>	<u>1.114</u>	<u>(3.115)</u>	<u>(15.796)</u>	<u>339.627</u>
	<u>8.498</u>	<u>6.758</u>	<u>(4.890)</u>	<u>(41.179)</u>	<u>315.919</u>
	<u>8.498</u>	<u>45.606</u>	<u>37.675</u>	<u>32.339</u>	<u>212.088</u>

O aumento das responsabilidades no exercício de 2014 foi explicado, essencialmente, pela diminuição da taxa de desconto considerada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados.

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir, calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados, por si adoptados, ascendia a mEuros 435.260.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diferença entre o valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111) e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados do exercício de 2011.

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à sua transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	2,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	
- Activos	2,50%
- Inactivos	2,50%
Taxa de crescimento salarial para 2015	0,50%
Taxa de crescimento salarial para 2016	0,75%
Taxa de crescimento salarial após 2016	1,00%
Taxa de crescimento das pensões para 2015 e 2016	0,00%
Taxa de crescimento das pensões após 2016	0,75%
Taxa de inflação	0,75%

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da Segurança Social que nos termos do ACT do sector bancário deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014:

Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível:	
. Para 2015	0,50%
. Para 2016	0,75%
. Após 2016	1,00%
Inflação (nº 1 do Artigo 27.º)	1,75%
Inflação (nº 2 do Artigo 27.º)	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2014	Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2013	Redução de 4,78%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2012	Redução de 3,92%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de Dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o factor de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

A conjuntura económica e a crise de dívida soberana do Sul da Europa implicaram volatilidade e disrupção no mercado de dívida da Zona Euro, com a conseqüente redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas com melhores ratings e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. De forma a manter a representatividade da taxa de desconto tendo em consideração o universo da Zona Euro, em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o BST incorporou na determinação da taxa de desconto informação sobre as taxas de juro que é possível obter em obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera terem uma elevada qualidade em termos de risco de crédito.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no semestre findo em 30 de Junho de 2015 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Responsabilidades no início do período/exercício	907.691	846.885
Custo dos serviços correntes	959	1.783
Custo dos juros	10.869	30.942
(Ganhos)/perdas actuariais	1.705	44.492
Reformas antecipadas	2.368	19.790
Valores pagos	(23.513)	(38.532)
Contribuições dos empregados	1.182	2.331
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período/exercício	901.261	907.691
	=====	=====

O custo do período/exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões. Nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 40):

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Custo dos serviços correntes	959	892
Custo dos juros	10.869	15.471
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(10.869)	(15.471)
	-----	-----
Plano de benefício definido	959	892
Plano de contribuição definida	26	22
Plano da Sucursal de Londres	194	81
	-----	-----
	1.179	995
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de Janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais no primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	621.069

Perdas actuariais com pensões geradas em 2014	31.163
Perdas financeiras com pensões geradas em 2014	896
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	13.329
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2014	215

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (proforma) (Nota 26)	666.672

Perdas actuariais com pensões geradas em 2015	1.259
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2015	(8.592)
Perdas actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	446
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2015	(1.611)

Saldo em 30 de Junho de 2015 (Nota 26)	658.174
	=====

O crescimento salarial efectivamente verificado no primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014 para efeitos das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,15% e 1,02%, respectivamente.

Não houve aumento efectivo das pensões e da tabela salarial no primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014.

No exercício de 2015, o BST espera efectuar uma contribuição de mEuros 3.049 para o seu plano de benefício definido.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do BST é de 17 anos, incluindo activos e reformados.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Empregados no activo ⁽¹⁾	5.238	5.262
Pensionistas	1.045	1.031
Reformados e reformados antecipadamente	5.349	5.373
	-----	-----
	11.632	11.666
	=====	=====

(1) Dos quais 205 e 195 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As principais alterações demográficas ocorridas no primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014 foram as seguintes:

	Activos		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de Dezembro de 2013	181	5.228	5.339	996
Saídas:				
. De activos	(11)	(45)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(94)	(31)
Transferências	-	(120)	120	-
Entradas	25	4	8	66
Número total em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	195	5.067	5.373	1.031
Saídas:				
. De activos	(9)	(13)	-	-
. Por mortalidade	-	-	(53)	(20)
Transferências	-	(25)	25	-
Entradas	19	4	4	34
Número total em 30 de Junho de 2015	205	5.033	5.349	1.045

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante o primeiro semestre de 2015 e durante o exercício de 2014 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	840.543
Contribuições do Banco (monetárias)	76.410
Contribuições dos empregados	2.331
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	30.942
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(1.114)
Valores pagos	(38.532)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	910.580
Contribuições dos empregados	1.182
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	10.869
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	10.203
Valores pagos	(23.513)
Valor patrimonial em 30 de Junho de 2015	909.321

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões no primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014 ascenderam a 4,66% e 3,55%, respectivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de activos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente acções, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Activos</u>	<u>Limites previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Acções	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	7.813	1.110
. Rating BBB	167.385	106.271
. Rating BB	211.663	170.057
. Rating B	22.125	-
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	17.450	85.396
Fundos de Investimento Imobiliário	193.554	192.145
Fundos de Investimento Mobiliário	177.581	157.337
Depósitos	15.863	94.420
Imóveis:		
. Espaços comerciais	53.031	54.708
. Terrenos	860	860
Instrumentos de capital:		
. Acções portuguesas – cotadas	3.077	3.588
. Acções portuguesas – não cotadas	152	152
. Acções estrangeiras – cotadas	42.059	41.927
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	324	(790)
Outros	(3.616)	3.399
	-----	-----
	909.321	910.580
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a metodologia de apuramento do justo valor dos activos e passivos acima referidos adoptada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 48), era como segue:

	<u>30/06/2015</u>				<u>31/12/2014</u>			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Instrumentos de dívida	401.250	12.390	12.796	426.436	327.908	13.829	21.097	362.834
Fundos de Investimento	155.912	-	215.223	371.135	144.334	2	205.146	349.482
Instrumentos de capital	45.136	-	152	45.288	45.515	-	152	45.667
Instrumentos financeiros derivados	324	-	-	324	(790)	-	-	(790)
Imóveis	-	-	53.891	53.891	-	-	55.568	55.568
	<u>602.622</u>	<u>12.390</u>	<u>282.062</u>	<u>897.074</u>	<u>516.967</u>	<u>13.831</u>	<u>281.963</u>	<u>812.761</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes activos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Imóveis arrendados	16.483	16.509
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	182.025	184.108
	-----	-----
	198.508	200.617
	=====	=====

Em 2010, foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades com um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2014, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 e o valor periodificado a 30 de Junho de 2015 e 2014 ascendia a mEuros 291 (Nota 40).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 Euros.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, estavam abrangidos por este plano 113 colaboradores.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os principais pressupostos utilizados no apuramento das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> <u>(proforma)</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	3,80%	3,60%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,40%
Taxa de crescimento das pensões	2,10%	2,00%
Taxa de inflação	2,50%	2,40%

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> <u>(proforma)</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	45.731	42.855
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	41.394	38.223
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.337)	(4.632)
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no semestre findo em 30 de Junho de 2015 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013	35.037

Custo dos serviços correntes	168
Custo dos juros	1.712
Perdas actuariais	4.622
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.455

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	42.855

Custo dos serviços correntes	104
Custo dos juros	834
Ganhos actuariais	(1.680)
Valores pagos	(448)
Variações cambiais	4.066

Responsabilidades em 30 de Junho de 2015	45.731
	=====

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o semestre findo em 30 de Junho de 2015 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2013	30.720

Rendimento líquido do Fundo	3.690
Contribuição da Sucursal	2.790
Valores pagos	(1.139)
Variações cambiais	2.162

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	38.223

Rendimento líquido do Fundo	(84)
Contribuição da Sucursal	76
Valores pagos	(448)
Variações cambiais	3.627

Valor patrimonial em 30 de Junho de 2015	41.394
	=====

Os custos com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2015	30-06-2014 (proforma)
Custo dos serviços correntes	104	81
Custo dos juros	834	813
Rendimento dos activos apurado com a taxa de desconto	(744)	(813)
	-----	-----
	194	81
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios actuariais da Sucursal de Londres no primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2013	6.076

Perdas actuariais com pensões em 2014	4.622
Ganhos financeiros com pensões em 2014	(2.131)
Variações cambiais	300

Saldo em 31 de Dezembro de 2014 (proforma) (Nota 26)	8.867

Ganhos actuariais com pensões em 2015	(1.680)
Perdas financeiras com pensões em 2015	827
Variações cambiais	439

Saldo em 30 de Junho de 2015 (Nota 26)	8.453
	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Instrumentos de dívida	35.329	32.564
Instrumentos de capital	5.994	5.582
Depósitos	71	77
	-----	-----
Valor do Fundo	41.394	38.223
	=====	=====

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o saldo em balanço relacionado com os planos de pensões pode ser detalhado como se segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Excesso de financiamento (plano de benefício definido)	8.060	2.889
(Insuficiência) de financiamento (Sucursal de Londres)	(4.337)	(4.632)
	-----	-----
Total (Notas 17 e 25)	3.723	(1.743)
	=====	=====

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- **Risco de investimento** – o valor actualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- **Risco de taxa de juro** – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões; contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.

- Risco de longevidade – o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor actualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

45. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração através de uma operação cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta nº 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito de uma operação de titularização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.752.357.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 2 PLC, com o Hipototta nº 3 PLC e com o Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada por BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente, em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada por Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.000.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus. Em Março de 2012, o BST procedeu à liquidação do BST SME nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “SME Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.792.480.

Em Outubro de 2011, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 8. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 907.828.

Em Maio e Junho de 2012, o BST celebrou “Mortgage Retransfer Agreements” com o Hipototta nº 11 e o Hipototta nº 12. Ao abrigo dos referidos acordos, o BST recomprou os créditos previamente titularizados, nos montantes de mEuros 1.719.660 e mEuros 1.197.009, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas titularizações pelo respectivo valor nominal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em Agosto de 2012, o BST procedeu à liquidação do Totta Consumer nº 1. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 626.373.

Em Maio de 2013, o BST procedeu à liquidação do Hipototta n.º 7. Esta liquidação ocorreu através do “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 1.196.403.

Em Dezembro de 2014, o BST procedeu à liquidação do LeaseTotta nº 1 FTC. A referida liquidação ocorreu através do “Consumer Receivables Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente titularizados por mEuros 280.175.

Os Fundos Hipototta são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação directa ou indirecta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta PLC efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 30 de Junho de 2015, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	136.796	A	A1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	8.821	BBB+	Baa1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	3.887	BBB+	Baa3	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>149.504</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>160.504</u>						

Hipototta nº 4 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração		
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado	
Classe A	2.616.040	871.982	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%	
Classe B	44.240	31.724	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%	
Classe C	139.720	100.188	CCC	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%	
	<u>2.800.000</u>	<u>1.003.894</u>						
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada		
	<u>2.814.000</u>	<u>1.017.894</u>						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	770.096	BBB+	A1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	BBB+	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	BB	Ba1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BB	B1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB-	Caa1	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>877.096</u>						
Classe F	10.000	8.771	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>885.867</u>						

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC e Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D, no caso dos Hipototta nº 1 e nº 4 e as obrigações da classe F, no que se refere ao Hipototta nº 5 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e nº 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que corresponderam a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e os primeiros Hipototta emitidos e entre o BST e os restantes veículos de titularização destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

46. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções no semestre findo em 30 de Junho de 2015 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGEGR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transacções no exercício de 2014 foram as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Totta & Açores Financing, Ltd.	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.	Portugal
TottaUrbe - Empresa de Administração e Construções, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc.	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações de Taxa Variável – Santander Multiobrigações	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Angola
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO.1 FTC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Capital Grupo Santander, S.A. SGEGR	Espanha
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank S.A.	Noruega
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Santander Investment Securities, Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
Santander, Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI - Mediação de Seguros Unipessoal, Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015, os saldos e as transacções mantidas com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2015		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.588	-	558
Activos financeiros detidos para negociação	252.039	38.936	4.186
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.615
Aplicações em instituições de crédito	749.180	161	218.421
Crédito a clientes	-	39.019	3.435
Derivados de cobertura	125.800	-	-
Investimentos em associadas	-	176.654	-
Outros activos	14.780	-	21.702
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.654.823	-	49.765
Recursos de outras instituições de crédito	329.759	167.364	2.235
Recursos de clientes e outros empréstimos	74.626	-	1.194.196
Responsabilidades representadas por títulos	88.445	-	16.384
Derivados de cobertura	149.216	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.303
Outros passivos	3.932	-	11.157
Custos:			
Juros e encargos similares	77.043	13	20.357
Encargos com serviços e comissões	125	-	2.884
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	481.887	6.798	16.758
Resultados de reavaliação cambial	(272)	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	22.963
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	112.206	20	2.438
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	637.112	10.408	13.635
Rendimentos de serviços e comissões	114	-	49.806
Resultados de associadas	-	8.951	-
Outros resultados de exploração	-	-	83
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	22.797	-	14.310
Garantias recebidas	1	-	1.000
Compromissos perante terceiros	26.292	2.840	165.166
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.489.184	29.053	520.967
Responsabilidades por prestação de serviços	2.799.118	32.235	2.306.455

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2014, os saldos de balanço e as contas extrapatrimoniais mantidas com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2014 (proforma)		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Activos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15.855	-	604
Activos financeiros detidos para negociação	222.816	35.326	2.671
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.189
Aplicações em instituições de crédito	945.038	826	206.433
Crédito a clientes	-	35.065	5.551
Derivados de cobertura	190.764	-	-
Investimentos em associadas	-	166.359	-
Outros activos	13.396	5.392	23.237
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.806.191	-	52.548
Recursos de outras instituições de crédito	1.118.533	101.906	3.933
Recursos de clientes e outros empréstimos	88.755	11.176	1.275.346
Responsabilidades representadas por títulos	84.358	-	33.374
Derivados de cobertura	133.100	-	-
Passivos subordinados	-	-	4.306
Outros passivos	4.384	-	3.183
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	19.786	-	15.249
Garantias recebidas	1	-	16.000
Compromissos perante terceiros	25.788	6.829	174.687
Operações cambiais e instrumentos derivados	15.159.296	29.744	591.437
Responsabilidades por prestação de serviços	2.805.584	35.017	2.692.136

No semestre findo em 30 de Junho de 2014, as transacções mantidas com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2014 (proforma)		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Custos:			
Juros e encargos similares	114.181	209	28.962
Encargos com serviços e comissões	110	-	3.016
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	858.111	-	24.671
Resultados de reavaliação cambial	39	-	-
Gastos gerais administrativos	-	-	19.895
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	118.680	37	3.518
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	568.197	-	20.428
Resultados de reavaliação cambial	-	-	101
Rendimentos de serviços e comissões	99	-	49.469
Resultados de associadas	-	6.943	-
Outros resultados de exploração	-	-	104

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a mEuros 750 e mEuros 809, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram em 30 de Junho de 2015 e 2014 mEuros 1.786 e mEuros 1.719, respectivamente (Nota 40).

O Grupo Santander, no qual está inserido o BST, teve até ao final do exercício de 2014 um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial o qual se encontra descrito na Nota 47 e que foi dividido em ciclos. Enquadrado na remuneração variável plurianual o Banco fixou em 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica "Custos com o pessoal" nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014 é apresentado de seguida:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> (proforma)
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	-	7
Incentivo de Longo Prazo individual	124	-
	-----	--
	124	7
	===	=

Os ciclos do plano de acções vinculado a objectivos dos membros do Conselho de Administração terminaram nas datas abaixo indicadas e foram atribuídas acções aos seguintes valores por acção:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	97.676	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	136.719	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	133.727	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	35.850	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n/a
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n/a

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. I).

Em Assembleia Geral de Accionistas do BST de 30 de Maio de 2007, foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez" aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, actualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 18.825 e mEuros 18.381, respectivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 22).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

47. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A., foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano foi dividido em ciclos, tendo sido aprovados seis ciclos que terminaram em 2014. O BST esteve também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano teve direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander, S.A.. O número final atribuído foi determinado multiplicando o número máximo de acções definido inicialmente pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander, S.A. comparativamente a outras entidades incluídas num grupo pré-definido. Esta comparação foi medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção para os primeiros três ciclos e o retorno total para o accionista nos restantes ciclos.

As datas de finalização dos ciclos do Plano de Acções Vinculado a Objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

Ciclo	Data de finalização	Número total de acções atribuídas	Valor por acção
Primeiro	6 de Julho de 2009	326 681	8,49 Euros
Segundo	8 de Julho de 2010	540 822	8,77 Euros
Terceiro	11 de Julho de 2011	571 640	7,51 Euros
Quarto	9 de Julho de 2012	200 897	4,88 Euros
Quinto	31 de Julho de 2013	-	n/a
Sexto	31 de Julho de 2014	-	n/a

Enquadrado na remuneração variável plurianual em 2015, foi aprovado um Incentivo de Longo Prazo individual, para um conjunto restrito de colaboradores. Este incentivo tem em conta o comportamento relativo em 2014 do retorno total para o accionista (RTA) do Banco Santander, S.A. por comparação com um grupo constituído por 15 instituições de crédito. O Incentivo de Longo Prazo individual tem por referência o valor de 15% da base do prémio de desempenho do Banco, correspondendo a 100% daquele valor caso o RTA do Banco Santander se situe entre os oito primeiros do grupo de instituições de crédito referidas, a 50% se situe entre a nona e a décima segunda posição e a 0% caso esteja em posição inferior.

A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual é feita em acções representativas do capital social do Banco Santander e diferida pelo período de 3 anos, de acordo com o comportamento do RTA do Banco Santander por comparação com o do mesmo grupo de instituições de crédito. O comportamento do RTA a considerar será o verificado, em termos acumulados, nos períodos entre 1 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2015 para a entrega a fazer em 2016 e 31 de Dezembro de 2016 para a entrega a fazer em 2017 e 31 de Dezembro de 2017 para a entrega a fazer em 2018.

Conforme descrito na Nota 1.3. o), o registo contabilístico dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e 2014, o custo total do “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander” para todos os colaboradores do BST abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u> <u>(proforma)</u>
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	-	453
Incentivo de Longo Prazo individual	310	-
	-----	-----
	<u>310</u>	<u>453</u>
	===	====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander.

48. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO***Categorias de instrumentos financeiros*

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	<u>30-06-2015</u>				
	<u>Valorizados ao</u> <u>justo valor</u>	<u>Valorizados ao</u> <u>custo amortizado</u>	<u>Valorizados ao</u> <u>custo histórico</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Valor</u> <u>líquido</u>
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	477.302	177.789	-	655.091
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	199.991	60.811	-	260.802
Activos financeiros detidos para negociação	2.152.437	-	-	-	2.152.437
Activos financeiros disponíveis para venda	5.452.873	-	18.278	(61.833)	5.409.318
Aplicações em instituições de crédito	-	1.109.545	-	-	1.109.545
Crédito a clientes	50.602	26.619.977	-	(1.200.641)	25.469.938
Derivados de cobertura	129.393	-	-	-	129.393
	<u>7.785.305</u>	<u>28.406.815</u>	<u>256.878</u>	<u>(1.262.474)</u>	<u>35.186.524</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	3.779.581	-	-	3.779.581
Passivos financeiros detidos para negociação	1.893.288	-	-	-	1.893.288
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.026.623	-	-	3.026.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.422.152	18.230.165	90.479	-	21.742.796
Responsabilidades representadas por títulos	44.102	2.670.164	-	-	2.714.266
Derivados de cobertura	150.005	-	-	-	150.005
Passivos subordinados	-	4.303	-	-	4.303
	<u>5.509.547</u>	<u>27.710.836</u>	<u>90.479</u>	<u>-</u>	<u>33.310.862</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2014 (proforma)				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	174.556	66.662	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.754.527	-	19.971	(61.943)	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	-	1.220.917
Crédito a clientes	37.394	26.647.475	-	(1.161.618)	25.523.251
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	195.035
	<u>9.278.690</u>	<u>28.665.408</u>	<u>294.647</u>	<u>(1.223.561)</u>	<u>37.015.184</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	-	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.555.668	18.040.137	30.097	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	175.460	2.797.651	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	133.690
Passivos subordinados	-	4.306	-	-	4.306
	<u>5.859.837</u>	<u>29.279.130</u>	<u>30.097</u>	<u>-</u>	<u>35.169.064</u>

No primeiro semestre de 2015 e no exercício de 2014 não ocorreram quaisquer reclassificações de activos financeiros.

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30/06/2015					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.231.096	(1.236.335)	(5.239)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	83.835	(4.571)	79.264	-	(108.941)	(108.941)
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	21.074	-	21.074	-	-	-
Crédito a clientes	465.082	(177.642)	287.440	-	-	-
Derivados de cobertura	133.945	(83.753)	50.192	-	(11.032)	(11.032)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(13.782)	(13.782)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.055	(123.963)	(95.908)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	5.882	(33.201)	(27.319)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(86)	(86)	-	-	-
	<u>1.968.969</u>	<u>(1.673.333)</u>	<u>295.636</u>	<u>-</u>	<u>(119.973)</u>	<u>(119.973)</u>
Garantias prestadas	8.824	(553)	8.271	-	-	-
	<u>2.986</u>	<u>(1.669)</u>	<u>1.317</u>			
Linhas de crédito						
30-06-2014 (proforma)						
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	1.400.956	(1.507.915)	(106.959)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	228.485	(3.373)	225.112	270.642	-	270.642
Disponibilidades em bancos centrais e aplicações em outras instituições de crédito	21.012	-	21.012	-	-	-
Crédito a clientes	681.372	(377.362)	304.010	-	-	-
Derivados de cobertura	192.029	(127.870)	64.159	-	(7.386)	(7.386)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(31.615)	(31.615)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.983	(175.107)	(153.124)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	56.761	(73.074)	(16.313)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(46)	(46)	-	-	-
	<u>2.602.598</u>	<u>(2.296.362)</u>	<u>306.236</u>	<u>270.642</u>	<u>(7.386)</u>	<u>263.256</u>
Garantias prestadas	10.234	(986)	9.248	-	-	-
	<u>6.094</u>	<u>(3.333)</u>	<u>2.761</u>			
Linhas de crédito						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 30 de Junho de 2015 e 2014, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 4.619 e mEuros 2.229, respectivamente (Nota 37).

No primeiro semestre de 2015 e 2014, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30/06/2015			30-06-2014 (proforma)		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	33	-	33	167	-	167
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28	-	28	7	-	7
Activos financeiros disponíveis para venda	85.129	-	85.129	105.276	-	105.276
Aplicações em instituições de crédito	21.011	-	21.011	20.838	-	20.838
Crédito a clientes	318.257	(12)	318.245	366.629	(32)	366.597
	<u>424.458</u>	<u>(12)</u>	<u>424.446</u>	<u>492.917</u>	<u>(32)</u>	<u>492.885</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(1.585)	(1.585)	-	(10.557)	(10.557)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(12.197)	(12.197)	-	(21.058)	(21.058)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(123.963)	(123.963)	-	(166.702)	(166.702)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(33.201)	(33.201)	-	(24.199)	(24.199)
Passivos subordinados	-	(86)	(86)	-	(46)	(46)
	-	<u>(171.032)</u>	<u>(171.032)</u>	-	<u>(222.562)</u>	<u>(222.562)</u>
Garantias prestadas	8.684	-	8.684	9.899	-	9.899
Linhas de crédito	1.642	-	1.642	2.817	-	2.817

No primeiro semestre de 2015 e 2014, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015			30-06-2014 (proforma)		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Activo						
Crédito a clientes	19.070	(7.364)	11.706	16.069	(7.482)	8.587
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.585	-	22.585	16.915	-	16.915

O Banco reconheceu durante o primeiro semestre de 2015 e 2014 proveitos financeiros referentes a "Juros e rendimentos similares" com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 4.923 e mEuros 3.360, respectivamente (Nota 30).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	46.469	46.646	3.856	50.502	46.470	(3.954)
Activos financeiros disponíveis para venda	850.000	856.075	10.298	866.373	850.000	(66.749)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.393.041)	(3.429.647)	7.495	(3.422.152)	3.494.332	23.008
Responsabilidades representadas por títulos	(42.140)	(42.962)	(1.140)	(44.102)	42.140	2.015
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.857.187	2.857.187	-	2.857.187	2.050.000	81.792
Responsabilidades representadas por títulos	895.891	895.891	-	895.891	650.000	(56.724)
	<u>1.214.366</u>	<u>1.183.190</u>	<u>20.509</u>	<u>1.203.699</u>	<u>7.132.942</u>	<u>(20.612)</u>

	31-12-2014 (proforma)					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	32.887	33.108	4.246	37.354	32.888	(4.291)
Activos financeiros disponíveis para venda	200.000	205.260	37.423	242.683	200.000	(40.868)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3.508.013)	(3.557.735)	2.067	(3.555.668)	3.511.255	41.824
Responsabilidades representadas por títulos	(167.375)	(173.699)	(1.761)	(175.460)	167.385	8.410
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.207.528	3.207.528	-	3.207.528	2.250.000	124.017
Responsabilidades representadas por títulos	1.005.866	1.005.866	-	1.005.866	650.000	(67.747)
	<u>770.893</u>	<u>720.328</u>	<u>41.975</u>	<u>762.303</u>	<u>6.811.528</u>	<u>61.345</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para a ocorrência dos cash flows que afectarão os resultados do período/exercício apresentam o seguinte detalhe:

	30/06/2015					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	<u>7.318</u>	<u>4.450</u>	<u>16.837</u>	<u>10.169</u>	<u>(13.706)</u>	<u>25.068</u>
	31-12-2014 (proforma)					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps de taxa de juro	<u>27.459</u>	<u>9.076</u>	<u>9.644</u>	<u>24.358</u>	<u>(14.267)</u>	<u>56.270</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e 2014, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015			30-06-2014 (proforma)		
	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	(390)	390	-	183	(183)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(27.127)	27.127	-	(66.580)	66.580	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.472	(5.279)	193	(3.335)	5.219	1.884
Responsabilidades representadas por títulos	620	(620)	-	4.829	(6.566)	(1.737)
	(21.425)	21.618	193	(64.903)	65.050	147

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015			31-12-2014 (proforma)		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	655.091	655.091	-	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	260.802	260.802	-	241.218	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.152.437	-	2.152.437	2.291.734	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	5.397.492	11.826	5.409.318	6.699.547	13.008	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	-	1.109.545	1.109.545	-	1.220.917	1.220.917
Crédito a clientes	50.502	25.419.436	25.469.938	37.354	25.485.897	25.523.251
Derivados de cobertura	129.393	-	129.393	195.035	-	195.035
	7.729.824	27.456.700	35.186.524	9.223.670	27.791.514	37.015.184
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	3.779.581	3.779.581	-	4.406.312	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.893.288	-	1.893.288	1.995.019	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.026.623	3.026.623	-	4.030.724	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.422.152	18.320.644	21.742.796	3.555.668	18.070.234	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	44.102	2.670.164	2.714.266	175.460	2.797.651	2.973.111
Derivados de cobertura	150.005	-	150.005	133.690	-	133.690
Passivos subordinados	-	4.303	4.303	-	4.306	4.306
	5.509.547	27.801.315	33.310.862	5.859.837	29.309.227	35.169.064

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
 (Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor dos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

30-06-2015					
Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação	304.240	668	1.847.529	-	2.152.437
Activos financeiros disponíveis para venda	5.239.216	55.387	147.972	10.298	5.397.492
Crédito a clientes	46.469	277	-	3.856	50.502
Derivados de cobertura	-	-	129.393	-	129.393
	<u>5.589.925</u>	<u>56.332</u>	<u>2.124.894</u>	<u>14.154</u>	<u>7.729.824</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.893.288	-	1.893.288
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.393.041	36.606	-	(7.495)	3.422.152
Responsabilidades representadas por títulos	42.140	822	-	1.140	44.102
Derivados de cobertura	-	-	150.005	-	150.005
	<u>3.435.181</u>	<u>37.428</u>	<u>2.043.293</u>	<u>(6.355)</u>	<u>5.509.547</u>
31-12-2014 (proforma)					
Custo de aquisição	Juros corridos	Valorização	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Activo					
Activos financeiros detidos para negociação	320.347	1.093	1.970.294	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.307.851	152.340	256.913	37.423	6.699.547
Crédito a clientes	32.887	261	-	4.246	37.354
Derivados de cobertura	-	-	195.035	-	195.035
	<u>6.661.085</u>	<u>153.694</u>	<u>2.422.242</u>	<u>41.669</u>	<u>9.223.670</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.995.019	-	1.995.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.508.013	49.722	-	(2.067)	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	167.375	6.324	-	1.761	175.460
Derivados de cobertura	-	-	133.690	-	133.690
	<u>3.675.388</u>	<u>56.046</u>	<u>2.128.709</u>	<u>(306)</u>	<u>5.859.837</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30/06/2015			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
		(Nível 1)	(Nível 2)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	299.003	1.850.411	3.023	2.152.437
Activos financeiros disponíveis para venda	5.033.976	122.396	241.120	5.397.492
Crédito a clientes	-	50.502	-	50.502
Derivados de cobertura	-	129.393	-	129.393
	<u>5.332.979</u>	<u>2.152.702</u>	<u>244.143</u>	<u>7.729.824</u>

Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.893.288	-	1.893.288
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.422.152	-	3.422.152
Responsabilidades representadas por títulos	-	44.102	-	44.102
Derivados de cobertura	-	150.005	-	150.005
	<u>-</u>	<u>5.509.547</u>	<u>-</u>	<u>5.509.547</u>

	31-12-2014 (proforma)			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
		(Nível 1)	(Nível 2)	
Activo				
Activos financeiros detidos para negociação	304.871	1.761.896	224.967	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.130.956	320.079	248.512	6.699.547
Crédito a clientes	-	37.354	-	37.354
Derivados de cobertura	-	195.035	-	195.035
	<u>6.435.827</u>	<u>2.314.364</u>	<u>473.479</u>	<u>9.223.670</u>

Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.995.019	-	1.995.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	3.555.668	-	3.555.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	175.460	-	175.460
Derivados de cobertura	-	133.690	-	133.690
	<u>-</u>	<u>5.859.837</u>	<u>-</u>	<u>5.859.837</u>

A valorização ao justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda valorizados com bids indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do spread de crédito do emitente ou da entidade com rating similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes inputs:

- Contrapartes com credit default swaps cotados – Cotações publicadas em mercados activos;
- Contrapartes sem credit default swaps cotados:
 - Cotações publicadas em mercados activos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito desta nota) x loss given default (específica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).

Quando os inputs utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados activos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No primeiro semestre de 2015 o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	Total
	Titulos	Derivados		
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2013	35.952	106.119	264.989	407.060
Aquisições	719	47.258	12.502	60.479
Alienações	(32.802)	(29.492)	(36.002)	(98.296)
Alterações de justo valor	(199)	97.412	14.760	111.973
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	(7.737)	(7.737)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	3.670	221.297	248.512	473.479
Aquisições	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Alterações de justo valor	1	-	(2.603)	(2.602)
Reclassificações	(648)	(221.297)	(4.789)	(226.734)
Instrumentos financeiros classificados no Nível 3 em 30 de Junho de 2015	3.023	-	241.120	244.143

Em 30 de Junho de 2015, as técnicas de valorização, os inputs utilizados e a relação entre esses inputs e o justo valor apurado para os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 são como segue:

Instrumentos financeiros	Técnicas de valorização	Inputs utilizados	Relação entre os inputs utilizados e o justo valor apurado
<i>Activos financeiros detidos para negociação</i>			
Titulos de dívida	Preço disponibilizado pela contraparte	Sem informação	Não aplicável
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	<ul style="list-style-type: none"> . Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação 	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m ² ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m ² ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Instrumentos financeiros derivados	Discounted cash flows/ Modelos de valorização	<ul style="list-style-type: none"> . Probabilidade de <i>default</i> (PD) tendo em conta os ratings internos de crédito atribuídos pelo Banco . LGD's específicas 	Caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD maior, o justo valor do instrumento financeiro virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizada uma probabilidade de <i>default</i> ou uma LGD menor, o justo valor do instrumento financeiro virá aumentado.
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>			
Titulos de dívida	Discounted cash flows	. <i>Spread</i> de crédito apurado internamente pelo Banco	Caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito maior, o justo valor do título virá diminuído. Por outro lado, caso seja utilizado um <i>spread</i> de crédito menor, o justo valor do título virá aumentado.
Unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	<ul style="list-style-type: none"> . Taxas de capitalização . Valor das rendas por m2 . Taxas de ocupação 	Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá aumentado. Caso venha a ocorrer uma diminuição do valor da renda por m2 ou uma diminuição da taxa de ocupação ou um aumento da taxa de capitalização, o justo valor apurado virá diminuído.
Unidades de participação em Fundos	Preço divulgado pela respectiva Sociedade Gestora	Sem informação	Não aplicável.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2015		31-12-2014	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	0,05%	0,23%	0,02%	0,22%
1 mês	0,05%	0,25%	0,10%	0,23%
3 meses	0,03%	0,29%	0,17%	0,26%
6 meses	0,05%	0,34%	0,17%	0,29%
9 meses	0,07%	0,42%	0,16%	0,35%
1 ano	0,07%	0,51%	0,16%	0,44%
3 anos	0,22%	1,25%	0,22%	1,29%
5 anos	0,51%	1,80%	0,36%	1,80%
7 anos	0,81%	2,18%	0,53%	2,09%
10 anos	1,18%	2,53%	0,82%	2,34%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	30-06-2015		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	655.091	655.091	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	260.802	260.802	-
Activos financeiros disponíveis para venda	11.826	11.826	-
Aplicações em instituições de crédito	1.109.545	1.149.217	39.672
Crédito a clientes	25.419.436	24.260.165	(1.159.271)
	<u>27.456.700</u>	<u>26.337.101</u>	<u>(1.119.599)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	3.779.581	3.771.020	(8.561)
Recursos de outras instituições de crédito	3.026.623	3.047.839	21.216
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.320.644	18.421.234	100.590
Responsabilidades representadas por títulos	2.670.164	2.651.962	(18.202)
Passivos subordinados	4.303	4.287	(16)
	<u>27.801.315</u>	<u>27.896.342</u>	<u>95.027</u>
<u>31-12-2014 (proforma)</u>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	830.474	830.474	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	241.218	-
Activos financeiros disponíveis para venda	13.008	13.008	-
Aplicações em instituições de crédito	1.220.917	1.273.301	52.384
Crédito a clientes	25.485.897	23.639.357	(1.846.540)
	<u>27.791.514</u>	<u>25.997.358</u>	<u>(1.794.156)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de bancos centrais	4.406.312	4.403.630	2.682
Recursos de outras instituições de crédito	4.030.724	4.009.901	20.823
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.070.234	18.203.397	(133.163)
Responsabilidades representadas por títulos	2.797.651	2.768.244	29.407
Passivos subordinados	4.306	4.306	-
	<u>29.309.227</u>	<u>29.389.478</u>	<u>(80.251)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30/06/2015			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	655.091	-	655.091
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	260.802	-	260.802
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	11.826	11.826
Aplicações em instituições de crédito	-	1.109.545	-	1.109.545
Crédito a clientes	-	-	25.419.436	25.419.436
	-	2.025.438	25.431.262	27.456.700

	31-12-2014 (proforma)			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	3.779.581	-	3.779.581
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.026.623	-	3.026.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	18.320.644	18.320.644
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.670.164	2.670.164
Passivos subordinados	-	-	4.303	4.303
	-	6.806.204	20.995.111	27.801.315

	31-12-2014 (proforma)			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	830.474	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	241.218	-	241.218
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.008	13.008
Aplicações em instituições de crédito	-	1.220.917	-	1.220.917
Crédito a clientes	-	-	25.485.897	25.485.897
	-	2.292.609	25.498.905	27.791.514

	31-12-2014 (proforma)			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	4.406.312	-	4.406.312
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.030.724	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	18.070.234	18.070.234
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	2.797.651	2.797.651
Passivos subordinados	-	-	4.306	4.306
	-	8.437.036	20.872.191	29.309.227

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efectuada no último trimestre. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os cash flows futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efectuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do semestre/ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a exposição máxima ao risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2015		31-12-2014 (proforma)	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	655.091	655.091	830.474	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	260.802	260.802	241.218	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.152.437	2.152.437	2.291.734	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	5.409.318	5.409.318	6.712.555	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	1.109.545	1.109.545	1.220.917	1.220.917
Crédito a clientes	25.469.938	30.079.304	25.523.251	30.146.120
Derivados de cobertura	129.393	129.393	195.035	195.035
	<u>35.186.523</u>	<u>39.795.889</u>	<u>37.015.184</u>	<u>41.638.053</u>
Garantias prestadas e créditos documentários abertos (Nota 29)	<u>1.311.294</u>	<u>1.311.294</u>	<u>1.300.545</u>	<u>1.300.545</u>

A exposição máxima a “Crédito a clientes” em 30 de Junho de 2015, incluía mEuros 597.060 e mEuros 4.012.306 referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 417.809 e mEuros 4.205.060 em 31 de Dezembro de 2014, respectivamente).

Crédito concedido

Mensalmente, o Banco analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber para identificar indícios de imparidade. Para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, o BST efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 10).

De acordo com os requisitos definidos na carta circular n.º 02/2014/DSP de 26 de Fevereiro de 2014 do Banco de Portugal, o Banco apresenta a seguinte informação referente a 30 de Junho de 2015 e a 31 de Dezembro de 2014:

A exposição creditícia e a respectiva imparidade por segmento:

Segmento	Exposição a 30-06-2015						Imparidade a 30-06-2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.816.214	7.482.545	1.151	239.073	333.669	186.802	(299.728)	(75.762)	(223.966)
Construção e CRE	2.878.643	2.375.171	700	317.915	503.472	223.231	(370.662)	(61.374)	(309.288)
Habituação	14.838.614	14.430.616	3.633	1.112.844	407.998	118.147	(295.434)	(97.970)	(197.464)
Retail	1.871.828	1.626.952	662	225.123	244.876	115.651	(245.296)	(29.481)	(215.815)
Garantias não afectas a outros segmentos	1.203.980	1.203.980	-	-	-	-	(1.813)	(1.117)	(696)
	<u>28.609.279</u>	<u>27.119.264</u>	<u>6.146</u>	<u>1.894.955</u>	<u>1.490.015</u>	<u>643.831</u>	<u>(1.212.933)</u>	<u>(265.704)</u>	<u>(947.229)</u>
Segmento	Exposição a 31-12-2014 (proforma)						Imparidade a 31-12-2014 (proforma)		
Segmento	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	7.564.464	7.200.093	3.429	229.547	364.371	194.706	(282.266)	(75.813)	(206.453)
Construção e CRE	3.036.506	2.553.175	14	357.260	483.331	232.453	(351.994)	(54.868)	(297.126)
Habituação	14.950.326	14.491.944	2.025	993.184	458.382	166.322	(301.645)	(106.856)	(194.789)
Retail	1.890.535	1.666.376	319	221.511	224.159	125.367	(236.011)	(34.014)	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-	-	(1.256)	(706)	(550)
	<u>28.429.918</u>	<u>26.899.675</u>	<u>5.787</u>	<u>1.801.502</u>	<u>1.530.243</u>	<u>718.848</u>	<u>(1.173.172)</u>	<u>(272.257)</u>	<u>(900.915)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a reconciliação entre a exposição máxima de crédito referida no quadro anterior e a exposição total constante neste quadro é como segue:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Exposição máxima ao risco de crédito	30.079.304	30.146.120
Compromissos por linhas de crédito revogáveis	(4.012.306)	(4.205.060)
Garantias passivas prestadas e outros passivos eventuais - garantias e avales	1.079.617	1.084.029
Garantias passivas prestadas e outros passivos eventuais - créditos documentários abertos	231.677	216.516
Imparidade registada	1.200.641	1.161.618
Despesas com encargo diferido	(66.930)	(69.414)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	101.132	100.355
Correcções de cobertura	(3.856)	(4.246)
Exposição total de crédito	<u>28.609.279</u>	<u>28.429.918</u>

O detalhe da imparidade total é como segue:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Imparidade em crédito a clientes (Nota 10)	(1.200.641)	(1.161.618)
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 22)	(12.292)	(11.554)
	<u>(1.212.933)</u>	<u>(1.173.172)</u>

A exposição creditícia e a respectiva imparidade em função da antiguidade do vencido é como segue:

Segmento	Total	Exposição total 30-06-2015			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	7.816.214	7.424.777	57.768	-	333.669
Construção e CRE	2.878.643	2.356.567	18.604	-	503.472
Habituação	14.838.614	14.273.272	157.344	-	407.998
Retail	1.871.828	1.598.345	28.607	-	244.876
Garantias não afectas a outros segmentos	1.203.980	1.203.980	-	-	-
	<u>28.609.279</u>	<u>26.856.941</u>	<u>262.323</u>	-	<u>1.490.015</u>
Imparidade					
Corporate	(299.728)	(57.083)	(18.679)	-	(223.966)
Construção e CRE	(370.662)	(57.950)	(3.424)	-	(309.288)
Habituação	(295.434)	(32.100)	(65.870)	-	(197.464)
Retail	(245.296)	(16.816)	(12.665)	-	(215.815)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.813)	(1.115)	(2)	-	(696)
	<u>(1.212.933)</u>	<u>(165.064)</u>	<u>(100.640)</u>	-	<u>(947.229)</u>
	<u>27.396.346</u>	<u>26.691.877</u>	<u>161.683</u>	-	<u>542.786</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Segmento	Total	Exposição total 31-12-2014 (proforma)			
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90	Dias de atraso > 90 dias
Crédito					
Corporate	7.564.464	7.154.113	45.980	-	364.371
Construção e CRE	3.036.506	2.504.283	48.892	-	483.331
Habituação	14.950.326	14.336.868	155.076	-	458.382
Retail	1.890.535	1.637.097	29.279	-	224.159
Garantias não afectas a outros segmentos	988.087	988.087	-	-	-
	<u>28.429.918</u>	<u>26.620.448</u>	<u>279.227</u>	<u>-</u>	<u>1.530.243</u>
Imparidade					
Corporate	(282.266)	(60.175)	(15.638)	-	(206.453)
Construção e CRE	(351.994)	(49.173)	(5.695)	-	(297.126)
Habituação	(301.645)	(34.706)	(72.150)	-	(194.789)
Retail	(236.011)	(18.257)	(15.757)	-	(201.997)
Garantias não afectas a outros segmentos	(1.256)	(706)	-	-	(550)
	<u>(1.173.172)</u>	<u>(163.017)</u>	<u>(109.240)</u>	<u>-</u>	<u>(900.915)</u>
	<u>27.256.746</u>	<u>26.457.431</u>	<u>169.987</u>	<u>-</u>	<u>629.328</u>

A exposição creditícia e a respectiva imparidade em função do ano de produção é como segue:

Ano de produção	30-06-2015											
	Corporate		Construção e CRE		Habituação		Retail		Garantias não afectas a outros segmentos			
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
2004 e anteriores	2.519	235.216 (5.038)	3.427	143.781 (7.297)	125.397	4.212.550 (93.845)	106.696	125.009 (4.820)	1.845	254.347 (258)		
2005	1.071	86.763 (4.291)	817	81.077 (6.051)	25.973	1.315.966 (28.051)	16.871	23.427 (795)	157	10.617 (20)		
2006	1.219	84.911 (5.199)	988	75.937 (11.100)	26.997	1.555.633 (34.009)	17.473	28.686 (1.540)	179	55.632 (208)		
2007	1.802	112.395 (8.804)	1.500	130.419 (20.965)	36.599	2.152.751 (52.188)	27.530	44.680 (3.563)	188	65.648 (111)		
2008	2.034	192.185 (13.251)	1.913	173.997 (21.681)	26.787	1.576.744 (43.175)	28.661	53.932 (7.574)	408	55.940 (135)		
2009	2.501	230.887 (20.553)	2.294	184.301 (38.180)	17.603	1.098.950 (20.074)	26.761	59.067 (15.513)	345	20.331 (93)		
2010	4.709	316.558 (35.435)	3.022	234.725 (46.497)	15.751	1.135.554 (12.295)	41.842	106.809 (32.709)	430	65.228 (132)		
2011	6.831	319.670 (43.722)	3.591	243.203 (57.315)	7.616	498.106 (6.455)	63.753	163.623 (52.620)	492	63.567 (803)		
2012	7.934	422.736 (53.051)	3.654	398.296 (83.217)	4.925	322.526 (2.705)	74.888	225.520 (56.654)	531	41.002 (12)		
2013	9.566	658.629 (60.046)	3.316	277.742 (36.982)	3.959	294.529 (1.171)	85.960	334.063 (37.253)	724	157.284 (49)		
2014	13.462	1.231.113 (35.855)	3.796	447.047 (27.495)	4.535	374.843 (934)	82.195	417.559 (23.321)	1.182	259.613 (59)		
2015	110.365	3.945.151 (14.483)	17.467	488.118 (13.882)	3.425	300.462 (532)	48.238	289.453 (8.934)	1.389	154.771 (33)		
	<u>164.013</u>	<u>7.816.214 (299.728)</u>	<u>45.795</u>	<u>2.878.643 (370.662)</u>	<u>299.567</u>	<u>14.838.614 (295.434)</u>	<u>620.868</u>	<u>1.871.828 (245.296)</u>	<u>7.870</u>	<u>1.203.980 (1.813)</u>		

Ano de produção	31-12-2014 (proforma)											
	Corporate		Construção e CRE		Habituação		Retail		Garantias não afectas a outros segmentos			
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
2004 e anteriores	2.832	206.965 (5.097)	3.734	157.453 (8.670)	127.884	4.385.491 (98.462)	114.634	132.074 (4.731)	1.961	140.372 (190)		
2005	1.147	74.882 (5.106)	888	94.858 (8.212)	26.270	1.351.318 (29.167)	18.124	25.569 (794)	189	18.798 (23)		
2006	1.178	90.316 (5.580)	1.078	95.410 (12.995)	27.245	1.595.630 (34.632)	18.473	30.277 (1.531)	213	23.179 (111)		
2007	1.801	130.537 (7.960)	1.604	147.108 (21.325)	36.880	2.201.465 (52.906)	27.504	55.737 (3.992)	226	63.910 (68)		
2008	2.238	209.194 (14.057)	2.172	195.682 (26.234)	27.030	1.614.876 (43.611)	30.947	61.985 (7.693)	505	70.806 (26)		
2009	2.941	255.713 (24.413)	2.483	194.248 (36.357)	17.792	1.126.442 (19.776)	29.001	70.789 (15.587)	508	35.397 (98)		
2010	5.634	366.789 (35.851)	3.320	272.111 (46.129)	15.898	1.161.120 (12.140)	54.716	151.913 (32.989)	542	77.830 (157)		
2011	7.972	360.604 (42.976)	3.873	320.765 (56.232)	7.720	511.073 (6.263)	68.483	195.891 (52.903)	572	45.255 (476)		
2012	8.419	489.537 (53.745)	3.819	426.386 (79.051)	4.995	329.726 (2.770)	81.923	269.566 (57.378)	619	47.430 (11)		
2013	10.542	763.572 (52.601)	3.448	308.230 (37.974)	4.010	300.413 (1.138)	90.847	407.421 (37.808)	893	155.723 (39)		
2014	118.482	4.616.355 (34.880)	18.097	824.255 (19.215)	4.576	372.772 (780)	78.564	489.313 (20.605)	2.127	309.387 (57)		
	<u>163.186</u>	<u>7.564.464 (282.266)</u>	<u>44.516</u>	<u>3.036.506 (351.994)</u>	<u>300.300</u>	<u>14.950.326 (301.645)</u>	<u>613.216</u>	<u>1.890.535 (236.011)</u>	<u>8.355</u>	<u>988.087 (1.256)</u>		

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a imparidade estimada de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por segmento:

	30-06-2015					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Corporate	1.055.431	6.760.783	7.816.214	(124.673)	(175.055)	(299.728)
Construção e CRE	1.138.576	1.740.067	2.878.643	(289.557)	(81.105)	(370.662)
Habituação	-	14.838.614	14.838.614	-	(295.434)	(295.434)
Retail	-	1.871.828	1.871.828	-	(245.296)	(245.296)
Garantias não afectas a outros segmentos	600.072	603.908	1.203.980	(1.688)	(125)	(1.813)
	<u>2.794.079</u>	<u>25.815.200</u>	<u>28.609.279</u>	<u>(415.918)</u>	<u>(797.015)</u>	<u>(1.212.933)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2014 (proforma)					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Corporate	350.672	7.213.792	7.564.464	(113.681)	(168.585)	(282.266)
Construção e CRE	924.918	2.111.588	3.036.506	(276.135)	(75.859)	(351.994)
Habituação	-	14.950.326	14.950.326	-	(301.645)	(301.645)
Retail	-	1.890.535	1.890.535	-	(236.011)	(236.011)
Garantias não afectas a outros segmentos	9.744	978.343	988.087	(1.034)	(222)	(1.256)
	<u>1.285.334</u>	<u>27.144.584</u>	<u>28.429.918</u>	<u>(390.850)</u>	<u>(782.322)</u>	<u>(1.173.172)</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por sector de actividade, para os segmentos *Corporate* e "Construção e CRE":

	30-06-2015					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	253.136	1.713.008	1.966.144	(26.375)	(11.323)	(37.698)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	41.546	160.740	202.286	(7.907)	(7.550)	(15.457)
Actividades de saúde humana e apoio social	7.569	150.716	158.285	(2.435)	(3.206)	(5.641)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	34.236	34.236	-	(270)	(270)
Indústrias Transformadoras	309.312	1.362.445	1.671.757	(19.161)	(44.167)	(63.328)
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1.713	80.086	81.799	(63)	(1.009)	(1.072)
Construção	823.125	988.798	1.811.923	(233.365)	(56.249)	(289.614)
Actividades imobiliárias	225.878	443.832	669.710	(50.958)	(12.727)	(63.685)
Educação	6.017	28.645	34.662	(677)	(885)	(1.562)
Outras actividades de serviços	24.208	48.837	73.045	(1.657)	(1.643)	(3.300)
Transportes e armazenagem	45.519	260.868	306.387	(2.474)	(8.972)	(11.446)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	9.256	19.249	28.505	(2.314)	(1.537)	(3.851)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	16.187	85.882	102.069	(1.078)	(2.876)	(3.954)
Comércio por grosso e a retalho	108.266	1.383.465	1.491.731	(43.406)	(81.099)	(124.505)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	13.518	178.049	191.567	(12.588)	(6.125)	(18.713)
Actividades de informação e de comunicação	3.016	103.940	106.956	(984)	(4.340)	(5.324)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	246.125	475.943	722.068	(1.130)	(1.196)	(2.326)
Alojamento, Restauração e Similares	58.898	264.016	322.914	(7.510)	(9.534)	(17.044)
Indústrias Extractivas	566	15.659	16.225	(4)	(1.229)	(1.233)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	702.176	702.176	-	(62)	(62)
Outros	152	260	412	(144)	(161)	(305)
	<u>2.194.007</u>	<u>8.500.850</u>	<u>10.694.857</u>	<u>(414.230)</u>	<u>(256.160)</u>	<u>(670.390)</u>

	31-12-2014 (proforma)					
	Exposição			Imparidade		
	Individual	Colectiva	Total	Individual	Colectiva	Total
Actividades Financeiras e de Seguros	60.470	1.770.414	1.830.884	(23.388)	(10.571)	(33.959)
Actividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares	30.093	168.710	198.803	(8.135)	(6.964)	(15.099)
Actividades de saúde humana e apoio social	9.684	146.274	155.958	(2.617)	(3.797)	(6.414)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	24.538	24.538	-	(236)	(236)
Indústrias Transformadoras	58.352	1.487.066	1.545.418	(16.760)	(43.626)	(60.386)
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	516	82.716	83.232	(10)	(1.044)	(1.054)
Construção	642.752	1.309.813	1.952.565	(212.921)	(47.675)	(260.596)
Actividades imobiliárias	227.852	422.896	650.748	(58.192)	(10.587)	(68.779)
Educação	1.000	29.355	30.355	(650)	(956)	(1.606)
Outras actividades de serviços	17.916	54.099	72.015	(1.473)	(1.765)	(3.238)
Transportes e armazenagem	6.009	221.922	227.931	(1.398)	(10.175)	(11.573)
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	9.387	19.727	29.114	(939)	(1.475)	(2.414)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.775	78.867	82.642	(1.139)	(2.699)	(3.838)
Comércio por grosso e a retalho	104.259	1.497.295	1.601.554	(38.061)	(78.585)	(116.646)
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	17.230	186.298	203.528	(12.125)	(6.388)	(18.513)
Actividades de informação e de comunicação	783	173.332	174.115	(267)	(4.056)	(4.323)
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	20.778	730.329	751.107	-	(1.590)	(1.590)
Alojamento, Restauração e Similares	63.968	300.756	364.724	(11.592)	(10.938)	(22.530)
Indústrias Extractivas	613	16.019	16.632	(5)	(1.089)	(1.094)
Administração Pública e defesa segurança social obrigatória	-	604.787	604.787	-	(71)	(71)
Outros	153	167	320	(144)	(157)	(301)
	<u>1.275.590</u>	<u>9.325.380</u>	<u>10.600.970</u>	<u>(389.816)</u>	<u>(244.444)</u>	<u>(634.260)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o risco de crédito estimado de forma individual e através do modelo de análise colectiva apresentava a seguinte composição por geografia:

30-06-2015					
		Portugal		Inglaterra	
		Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual		2.794.079	(415.918)	-	-
Colectiva		24.920.847	(774.755)	894.353	(22.260)
		<u>27.714.926</u>	<u>(1.190.673)</u>	<u>894.353</u>	<u>(22.260)</u>

31-12-2014 (proforma)					
		Portugal		Inglaterra	
		Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual		1.285.334	(390.850)	-	-
Colectiva		26.345.957	(755.931)	798.627	(26.391)
		<u>27.631.291</u>	<u>(1.146.781)</u>	<u>798.627</u>	<u>(26.391)</u>

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 Euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating é determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de rating interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito do Banco apresentava a seguinte segmentação de acordo com o grau de risco interno atribuído:

	30-06-2015				
	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	226.449	4.316.375	1.311.670	1.961.720	7.816.214
Construção e CRE	430.388	1.708.893	107.156	632.206	2.878.643
Habituação	2.136.421	1.410.509	10.084.908	1.206.776	14.838.614
Retail	342.847	280.492	857.098	391.391	1.871.828
Garantias não afectas a outros segmentos	8.360	771.504	311.765	112.351	1.203.980
	<u>3.144.465</u>	<u>8.487.773</u>	<u>12.672.597</u>	<u>4.304.444</u>	<u>28.609.279</u>

	31-12-2014 (proforma)				
	Grau de risco				
	Elevado	Médio	Baixo	Sem Rating	Total
Corporate	247.552	4.280.905	1.351.484	1.684.523	7.564.464
Construção e CRE	482.922	1.853.631	107.463	592.490	3.036.506
Habituação	2.183.434	1.437.204	10.318.509	1.011.179	14.950.326
Retail	363.638	297.380	897.056	332.461	1.890.535
Garantias não afectas a outros segmentos	9.940	656.948	213.721	107.478	988.087
	<u>3.287.486</u>	<u>8.526.068</u>	<u>12.888.233</u>	<u>3.728.131</u>	<u>28.429.918</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascendia a mEuros 235.391 e mEuros 263.017, respectivamente, e apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	269.550	271.204
. Unidades de participação	18.663	18.663
. Equipamento	2.400	3.464
Propriedades de investimento (Nota 13)	-	19.000
Outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	56.088	65.440
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>22.121</u>	<u>22.121</u>
	<u>368.822</u>	<u>399.892</u>
Imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 12):		
. Imóveis recebidos em dação em pagamento	(91.968)	(92.406)
. Unidades de participação	(4.000)	(4.000)
. Equipamento	(1.674)	(2.499)
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento (Nota 17)	(13.668)	(15.849)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	<u>(22.121)</u>	<u>(22.121)</u>
	<u>(133.431)</u>	<u>(136.875)</u>
	<u>235.391</u>	<u>263.017</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, por tipo de activo é o seguinte:

Activo	30/06/2015			31-12-2014 (proforma)		
	Números de Imóveis	Justo Valor do Activo	Valor Líquido Contabilístico	Números de Imóveis	Justo Valor do Activo	Valor Líquido Contabilístico
Terreno						
Urbano	129	23.914	19.272	129	23.623	19.005
Rural	90	10.578	8.451	78	10.523	8.288
Edifícios Construídos						
Comerciais	496	53.045	45.188	449	52.937	44.856
Habitação	1.635	117.319	95.752	1.571	126.560	96.547
Outros	37	11.780	8.671	32	8.931	6.112
Outros	3	283	248	14	5.097	3.990
	2.390	216.919	177.582	2.273	227.671	178.798

O detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por antiguidade é o seguinte:

Activo	30-06-2015					31-12-2014 (proforma)				
	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total	< 1 ano	>= 1ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno										
Urbano	177	1.501	16.669	925	19.272	214	2.769	15.166	856	19.005
Rural	136	3.355	4.100	860	8.451	90	6.540	722	936	8.288
Edifícios Construídos										
Comerciais	3.862	23.384	14.939	3.003	45.188	5.649	31.427	4.531	3.249	44.856
Habitação	32.112	27.795	31.423	4.422	95.752	34.000	41.304	17.022	4.221	96.547
Outros	1.923	1.260	4.197	1.291	8.671	-	2.533	2.994	585	6.112
Outros	-	218	30	-	248	1.368	2.576	46	-	3.990
	38.210	57.513	71.358	10.501	177.582	41.321	87.149	40.481	9.847	178.798

Crédito reestruturado

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as operações de crédito reestruturado foram identificadas de acordo com a Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal (que substituiu a Instrução nº 18/2012) a qual estabelece a definição de crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente.

De acordo com a referida Instrução, as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respectivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente, devendo para o efeito incluir a menção “crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente”.

Considera-se que um cliente está em situação de dificuldades financeiras quando tiver incumprido alguma das suas obrigações financeiras perante a instituição ou se for previsível, em face da informação disponível, que tal venha a ocorrer.

A desmarcação do crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente apenas se pode verificar depois de decorrido um período mínimo de dois anos desde a data da sua reestruturação, desde que se verifiquem cumulativamente determinadas condições. O Banco até ao momento não procedeu a qualquer desmarcação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido na carteira de créditos marcados como reestruturados durante o semestre findo em 30 de Junho de 2015 e durante o exercício de 2014 foi como segue:

Saldo da carteira de reestruturados (bruto de imparidades) em 31 de Dezembro de 2013	<u>2.352.993</u>
Créditos reestruturados no exercício	563.837
Juros corridos da carteira reestruturada	(1.192)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.288)
Outros	(23.000)
Saldo da carteira de reestruturados (bruto de imparidades) em 31 de Dezembro de 2014 (proforma)	<u>2.520.350</u>
Créditos reestruturados no período	418.401
Juros corridos da carteira reestruturada	(512)
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(372.669)
Outros	(26.784)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidades) em 30 de Junho de 2015	<u>2.538.786</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a carteira de crédito reestruturado apresentava a seguinte composição por medida de reestruturação aplicada:

	30-06-2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	35.823	998.283	(55.976)	9.533	208.266	(163.054)	45.356	1.206.549	(219.030)
Outros	28.316	896.672	(94.228)	11.261	435.565	(259.716)	39.577	1.332.237	(353.944)
	<u>64.139</u>	<u>1.894.955</u>	<u>(150.204)</u>	<u>20.794</u>	<u>643.831</u>	<u>(422.770)</u>	<u>84.933</u>	<u>2.538.786</u>	<u>(572.974)</u>

	31-12-2014 (proforma)								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Período de carência	36.117	987.824	(61.542)	8.751	177.463	(153.884)	44.868	1.165.287	(215.426)
Outros	27.987	813.678	(89.707)	10.875	541.385	(254.350)	38.862	1.355.063	(344.057)
	<u>64.104</u>	<u>1.801.502</u>	<u>(151.249)</u>	<u>19.626</u>	<u>718.848</u>	<u>(408.234)</u>	<u>83.730</u>	<u>2.520.350</u>	<u>(559.483)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)Colaterais

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o grau de cobertura do crédito vencido por garantias reais apresentava a seguinte composição:

Grau de cobertura	30/06/2015						
	Exposição			Colaterais			Imparidade
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	
Empresas							
>= 100%	17.222	127.705	144.927	176.306	5.338	181.644	(66.230)
>= 80% e < 100%	32	4.263	4.295	3.922	150	4.072	(2.518)
>= 60% e < 80%	112	4.314	4.426	2.904	144	3.048	(3.277)
< 60%	5.616	41.553	47.169	3.841	386	4.227	(25.864)
Sem garantia	547.127	396.961	944.088	-	-	-	(376.989)
Habitação							
>= 100%	322.437	174.254	496.691	634.005	255	634.260	(96.274)
>= 80% e < 100%	17.635	54.994	72.629	66.392	-	66.392	(22.503)
>= 60% e < 80%	4.409	37.444	41.853	29.780	-	29.780	(14.564)
< 60%	1.029	17.039	18.068	8.571	-	8.571	(8.045)
Sem garantia	40.271	75.969	116.240	-	-	-	(31.998)
Outros particulares							
>= 100%	4.039	12.550	16.589	7.891	16.520	24.411	(12.008)
>= 80% e < 100%	2.581	6.621	9.202	412	8.006	8.418	(5.062)
>= 60% e < 80%	622	1.998	2.620	40	2.381	2.421	(1.709)
< 60%	1.687	5.607	7.294	1.175	1.676	2.851	(5.224)
Sem garantia	84.941	198.539	283.480	-	-	-	(212.315)
	1.049.760	1.159.811	2.209.571	935.239	34.856	970.095	(884.580)

Grau de cobertura	31-12-2014 (proforma)						
	Exposição			Colaterais			Imparidade
	Vincendo associado a crédito vencido	Vencido (Nota 10)	Total	Hipotecas	Outras garantias reais	Total	
Empresas							
>= 100%	59.188	45.087	104.275	178.573	6.122	184.695	(14.991)
>= 80% e < 100%	6.987	39.536	46.523	30.990	5.425	36.415	(17.781)
>= 60% e < 80%	935	39.723	40.658	23.877	1.094	24.971	(18.132)
< 60%	12.692	60.534	73.226	21.079	2.175	23.254	(35.305)
Sem garantia	559.152	439.216	998.368	-	-	-	(410.965)
Habitação							
>= 100%	303.112	2.297	305.409	578.589	732	579.321	(40.736)
>= 80% e < 100%	18.908	124	19.032	24.061	3	24.064	(6.288)
>= 60% e < 80%	6.213	47	6.260	8.288	6	8.294	(5.444)
< 60%	2.772	1.526	4.298	4.062	163	4.225	(7.240)
Sem garantia	39.335	340.567	379.902	-	-	-	(135.081)
Outros particulares							
>= 100%	2.740	5.738	8.478	8.524	4.237	12.761	(5.430)
>= 80% e < 100%	1.576	336	1.912	-	1.836	1.836	(356)
>= 60% e < 80%	850	203	1.053	-	736	736	(291)
< 60%	2.375	1.658	4.033	-	1.130	1.130	(1.862)
Sem garantia	83.465	189.646	273.111	-	-	-	(201.013)
	1.100.300	1.166.237	2.266.537	878.043	23.659	901.702	(900.915)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o grau de cobertura do crédito sem incumprimento para o qual foi atribuída imparidade na análise individual apresentava o seguinte detalhe:

Grau de cobertura	30/06/2015				
	Crédito em cumprimento	Colaterais		Total	Imparidade
		Hipotecas	Outras garantias reais		
>=100%	101.541	129.216	2.300	131.516	(9.054)
>= 80% e < 100%	136.260	124.559	4.039	128.598	(8.504)
>= 60% e < 80%	33.706	19.817	3.900	23.717	(13.256)
< 60%	34.155	9.984	1.488	11.472	(13.309)
Sem garantia	996.515	-	-	-	(71.970)
	<u>1.302.177</u>	<u>283.576</u>	<u>11.727</u>	<u>295.303</u>	<u>(116.093)</u>

Grau de cobertura	31-12-2014 (proforma)				
	Crédito em cumprimento	Colaterais		Total	Imparidade
		Hipotecas	Outras garantias reais		
>=100%	202.105	381.619	2.077	383.696	(23.017)
>= 80% e < 100%	31.924	26.250	2.559	28.809	(10.704)
>= 60% e < 80%	23.942	6.044	10.014	16.058	(9.283)
< 60%	10.288	347	1.862	2.209	(1.321)
Sem garantia	326.136	-	-	-	(69.025)
	<u>594.395</u>	<u>414.260</u>	<u>16.512</u>	<u>430.772</u>	<u>(113.350)</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe por rating externo, de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
Activos financeiros detidos para negociação		
Rating S&P		
AA+ / AA / AA-	8.827	1.257
A+ / A / A-	107.835	103.947
BBB+ / BBB / BBB-	111.328	133.495
BB+ / BB / BB-	17.659	23.741
B+ / B / B-	2.302	-
Sem rating externo	51.052	56.781
	<u>299.003</u>	<u>319.221</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P		
BB+ / BB / BB-	4.829.324	5.888.016
B+ / B / B-	108.054	111.574
Sem rating externo	362.589	600.088
	<u>5.299.967</u>	<u>6.599.678</u>
	<u>5.598.970</u>	<u>6.918.899</u>

Para os casos em que o rating da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os ratings divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

No âmbito da sua política de liquidez, em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco mantém um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) de mEuros 5.000.000, do qual estão utilizados mEuros 32.300 e mEuros 32.300, respectivamente.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2015							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	177.887	61	182	484	477.695	-	-	656.309
Disponibilidades em outras instituições de crédito	260.802	-	-	-	-	-	-	260.802
Activos financeiros detidos para negociação	2.152.437	-	-	-	-	-	-	2.152.437
Activos financeiros disponíveis para venda	2	37.997	256.323	993.827	2.226.937	2.518.239	175.350	6.208.675
Aplicações em instituições de crédito	187.571	16.139	679.479	218.803	4.584	46.429	-	1.153.005
Crédito a clientes	230.566	1.953.845	3.208.040	5.211.970	4.469.763	13.869.352	-	28.943.536
Derivados de cobertura	129.393	-	-	-	-	-	-	129.393
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	176.654	176.654
	3.138.658	2.008.042	4.144.024	6.425.084	7.178.979	16.434.020	352.004	39.680.811
Passivo								
Recursos de bancos centrais	2.151.795	-	-	-	1.632.451	-	-	3.784.246
Passivos financeiros detidos para negociação	1.893.288	-	-	-	-	-	-	1.893.288
Recursos de outras instituições de crédito	501.547	1.412.957	718.160	4.361	3.874	403.467	-	3.044.366
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.376.299	2.746.749	5.938.463	6.578.978	461.319	79.203	-	22.181.011
Responsabilidades representadas por títulos	1.141	35.076	121.024	1.188.719	881.494	587.858	-	2.815.312
Derivados de cobertura	150.005	-	-	-	-	-	-	150.005
Passivos subordinados	-	4.314	-	-	-	-	-	4.314
	11.074.075	4.199.096	6.777.647	7.772.058	2.979.138	1.070.528	-	33.872.542
31-12-2014 (proforma)								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	208.014	78	238	632	623.094	-	-	832.056
Disponibilidades em outras instituições de crédito	241.218	-	-	-	-	-	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.291.734	-	-	-	-	-	-	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	2	87.567	417.616	855.294	2.511.162	3.614.804	178.095	7.664.540
Aplicações em instituições de crédito	80.897	54.609	613.661	477.306	2.175	49.954	-	1.278.602
Crédito a clientes	315.350	2.204.676	3.184.363	5.225.099	4.068.893	14.240.783	-	29.239.164
Derivados de cobertura	195.035	-	-	-	-	-	-	195.035
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	166.359	166.359
	3.332.250	2.346.930	4.215.878	6.558.331	7.205.324	17.905.541	344.454	41.908.708
Passivo								
Recursos de bancos centrais	3.800.088	-	-	-	609.694	-	-	4.409.782
Passivos financeiros detidos para negociação	1.995.019	-	-	-	-	-	-	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	224.704	2.804.571	316.626	303.951	4.636	405.393	-	4.059.881
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.219.756	2.733.455	5.150.978	7.533.068	430.177	95.839	-	22.163.273
Responsabilidades representadas por títulos	1.761	87.294	154.066	1.259.767	906.769	685.837	-	3.095.494
Derivados de cobertura	133.690	-	-	-	-	-	-	133.690
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	4.319	4.319
	12.375.018	5.625.320	5.621.670	9.096.786	1.951.276	1.187.069	4.319	35.861.458

O apuramento dos cash flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a instrumentos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito e instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;

- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo, uma vez que o Banco usa medidas de sensibilidade específicas.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objectivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são apuradas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)**Risco de taxa de juro**

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2015				
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	477.302	177.789	-	655.091
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	260.802	-	260.802
Activos financeiros detidos para negociação	109.012	191.235	1.779	1.850.411	2.152.437
Activos financeiros disponíveis para venda	4.517.313	564.832	327.173	-	5.409.318
Aplicações em instituições de crédito	920.944	163.818	24.783	-	1.109.545
Crédito a clientes	3.018.956	22.430.762	20.220	-	25.469.938
Derivados de cobertura	-	-	-	129.393	129.393
	<u>8.566.225</u>	<u>23.827.949</u>	<u>812.546</u>	<u>1.979.804</u>	<u>35.186.524</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.627.000	2.151.774	807	-	3.779.581
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.893.288	1.893.288
Recursos de outras instituições de crédito	2.135.777	890.684	162	-	3.026.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.329.456	6.210.758	202.582	-	21.742.796
Responsabilidades representadas por títulos	1.793.467	919.946	853	-	2.714.266
Derivados de cobertura	-	-	-	150.005	150.005
Passivos subordinados	-	4.275	28	-	4.303
	<u>20.885.700</u>	<u>10.177.437</u>	<u>204.432</u>	<u>2.043.293</u>	<u>33.310.862</u>
31-12-2014 (proforma)					
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	622.460	208.014	-	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	241.218	-	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	121.600	197.621	3.019	1.969.494	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	5.344.934	804.792	562.829	-	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	890.877	282.915	47.125	-	1.220.917
Crédito a clientes	2.821.989	22.676.129	25.133	-	25.523.251
Derivados de cobertura	-	-	-	195.035	195.035
	<u>9.179.400</u>	<u>24.583.917</u>	<u>1.087.338</u>	<u>2.164.529</u>	<u>37.015.184</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	606.000	3.800.051	261	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.995.019	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	3.167.409	863.072	243	-	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.758.146	5.699.091	168.665	-	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	1.918.587	1.034.484	20.040	-	2.973.111
Derivados de cobertura	-	-	-	133.690	133.690
Passivos subordinados	-	4.275	31	-	4.306
	<u>21.450.142</u>	<u>11.400.973</u>	<u>189.240</u>	<u>2.128.709</u>	<u>35.169.064</u>

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2015		31-12-2014 (proforma)	
	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's	Variação + 100 bp's	Variação - 100 bp's
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	437	15.548	263	9.556
Activos financeiros disponíveis para venda	(288.500)	257.293	(364.218)	208.326
Aplicações em instituições de crédito	(8.163)	3.363	(8.362)	3.714
Crédito a clientes	(148.227)	91.411	(134.640)	53.400
	<u>(444.454)</u>	<u>367.615</u>	<u>(506.957)</u>	<u>274.996</u>
Derivados de cobertura	<u>2.779</u>	<u>(35.533)</u>	<u>(54.126)</u>	<u>9.259</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(51.698)	23.860	(22.764)	6.170
Recursos de outras instituições de crédito	(4.494)	832	(4.825)	542
Recursos de clientes e outros empréstimos	(411.886)	265.094	(401.951)	136.480
Responsabilidades representadas por títulos	(49.321)	30.918	(58.746)	15.003
Outros passivos subordinados	(6)	2	(6)	1
	<u>(517.405)</u>	<u>320.706</u>	<u>(488.292)</u>	<u>158.196</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos);

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o factor de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interacções entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
VaR Percentil 99%	(6)	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	(9)	(1)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	30-06-2015			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	649.911	2.855	2.325	655.091
Disponibilidades em outras instituições de crédito	206.351	37.799	16.652	260.802
Activos financeiros detidos para negociação	2.109.229	40.272	2.936	2.152.437
Activos financeiros disponíveis para venda	5.409.318	-	-	5.409.318
Aplicações em instituições de crédito	601.973	471.702	35.870	1.109.545
Crédito a clientes	25.218.878	235.808	15.252	25.469.938
Derivados de cobertura	127.741	1.652	-	129.393
	<u>34.323.401</u>	<u>790.088</u>	<u>73.035</u>	<u>35.186.524</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	3.779.581	-	-	3.779.581
Passivos financeiros detidos para negociação	1.880.465	12.093	730	1.893.288
Recursos de outras instituições de crédito	2.542.757	481.018	2.848	3.026.623
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.626.254	947.861	168.681	21.742.796
Responsabilidades representadas por títulos	2.712.939	-	1.327	2.714.266
Derivados de cobertura	148.184	1.821	-	150.005
Passivos subordinados	4.303	-	-	4.303
	<u>31.694.483</u>	<u>1.442.793</u>	<u>173.586</u>	<u>33.310.862</u>
<u>31-12-2014 (proforma)</u>				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	822.546	4.277	3.651	830.474
Disponibilidades em outras instituições de crédito	184.396	42.768	14.054	241.218
Activos financeiros detidos para negociação	2.261.697	28.528	1.509	2.291.734
Activos financeiros disponíveis para venda	6.712.555	-	-	6.712.555
Aplicações em instituições de crédito	833.871	353.009	34.037	1.220.917
Crédito a clientes	25.262.509	238.869	21.873	25.523.251
Derivados de cobertura	193.802	1.233	-	195.035
	<u>36.271.376</u>	<u>668.684</u>	<u>75.124</u>	<u>37.015.184</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	4.406.312	-	-	4.406.312
Passivos financeiros detidos para negociação	1.993.129	1.671	219	1.995.019
Recursos de outras instituições de crédito	3.651.700	372.316	6.708	4.030.724
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.540.195	918.865	166.842	21.625.902
Responsabilidades representadas por títulos	2.973.111	-	-	2.973.111
Derivados de cobertura	131.337	2.353	-	133.690
Passivos subordinados	4.306	-	-	4.306
	<u>33.700.090</u>	<u>1.295.205</u>	<u>173.769</u>	<u>35.169.064</u>

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	30-06-2015	31-12-2014 (proforma)
VaR Percentil 99%	(4)	(6)
VaR Weighted Percentil 99%	(3)	(5)

Risco de cotações de activos

Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o Banco não tinha risco associado a cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

50. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A partir do final do primeiro trimestre de 2013 desencadeou-se em Portugal um movimento com projecção pública, na sequência do qual se passou a questionar a validade de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados entre diversas instituições financeiras e várias empresas do sector público, nomeadamente do sector dos transportes ferroviários e rodoviários. Estes contratos foram maioritariamente celebrados até 2008, ou seja, antes de eclodir a última crise financeira e representam para aquelas empresas elevados encargos.

Entre aqueles contratos foram questionados alguns celebrados com o Banco, cujo justo valor positivo em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 ascendia a cerca de mEuros 1.217.000 e mEuros 1.320.000, respectivamente, o qual se encontra reflectido no balanço anexo na rubrica "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 7). Estes contratos desenrolaram-se sem qualquer incidente até Setembro de 2013.

No seguimento do movimento acima referido, na convicção da total regularidade e força vinculante dos contratos celebrados com as empresas do sector público, o Banco tomou a iniciativa de requerer a declaração judicial da sua validade, considerando que era seu dever contribuir, pela via apropriada, para a eliminação de toda e qualquer dúvida sobre a sua validade e força vinculante. Esta iniciativa teve lugar durante o segundo trimestre de 2013, junto de tribunais ingleses, por estes terem sido os escolhidos pelas partes nos termos expressamente estabelecidos nos respectivos contratos.

Em Setembro de 2013, já após a instauração das acções judiciais acima mencionadas, as empresas do sector público comunicaram formalmente ao Banco que iriam suspender, a partir dessa data, a liquidação dos juros devidos associados aos contratos de swap até que aquelas acções judiciais fossem julgadas. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica do balanço "Outros activos – Outros" incluía cerca de mEuros 233.000 e mEuros 163.000, respectivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 17).

Em Novembro de 2013, as empresas do sector público apresentaram junto dos tribunais ingleses a sua contestação às acções interpostas pelo Banco requerendo a nulidade dos contratos e solicitando o ressarcimento dos fluxos líquidos de juros pagos no passado, os quais ascenderam a cerca de mEuros 134.000.

No dia 14 de Fevereiro de 2014, o Banco apresentou junto dos tribunais ingleses a sua resposta à contestação apresentada pelas empresas do sector público, tendo sido apresentadas as réplicas por parte da defesa em 4 de Abril de 2014. No dia 16 de Maio de 2014, foi realizada a audiência preliminar, estando actualmente o processo na fase de análise documental.

É convicção do Conselho de Administração do Banco, suportado pela opinião dos seus consultores legais ingleses e portugueses, que estão reunidas todas as condições para que o tribunal dê seguimento às suas pretensões, nomeadamente declarando a validade dos acima referidos contratos e notificando as empresas do sector público para liquidarem os juros que lhes estão associados, motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras anexas para fazer face a um eventual desfecho desfavorável daquelas acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2014, foram interpostas junto de tribunais portugueses cinco acções judiciais contra o Banco, questionando a validade e a força vinculante de alguns contratos de swap de taxa de juro celebrados com algumas entidades integrantes do Governo Regional da Madeira (entidades incluídas no sector público português), as quais suspenderam igualmente a liquidação dos juros associados àqueles contratos. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o justo valor positivo daqueles swaps ascendia a cerca de mEuros 86.000 e mEuros 100.000, respectivamente, e encontrava-se reflectido no balanço anexo na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” (Nota 7). Por outro lado, em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica do balanço “Outros activos – Outros” incluía cerca de mEuros 23.000 e mEuros 15.000, respectivamente, relativos aos juros não liquidados (Nota 17). Por último, as entidades acima referidas reclamam igualmente a devolução dos juros líquidos pagos por si no passado, os quais em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 ascendiam a cerca de mEuros 20.000. No entanto, o Banco já apresentou a sua contestação a estas acções judiciais e, em quatro delas, os tribunais de primeira instância declararam-se incompetentes para as julgarem por, aceitando os argumentos do Banco, entenderem que as questões levantadas são da competência dos tribunais ingleses. Destas decisões houve recurso para o tribunal da relação de Lisboa. Uma vez que os argumentos utilizados por aquelas entidades para questionar a validade dos contratos de swap acima referidos são similares aos utilizados nas acções judiciais que envolvem as empresas do sector público referidas no início desta Nota, o Conselho de Administração do Banco não estima um desfecho desfavorável decorrente do julgamento daquelas acções judiciais.

Por outro lado, em 30 de Junho de 2015, existe um conjunto de reclamações/acções judiciais interpostas contra o Banco por parte de outros clientes relacionadas igualmente com contratos de swap. Na maioria daquelas reclamações/acções, os clientes solicitam o cancelamento dos contratos de swap celebrados com o Banco, bem como o reembolso dos juros líquidos pagos por si no passado. Em 30 de Junho de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os montantes envolvidos naquelas reclamações/acções judiciais eram os seguintes:

	<u>30-06-2015</u>	<u>31-12-2014</u> (proforma)
Juros recebidos de clientes	46.766	52.665
Juros pagos a clientes	(8.635)	(8.879)
	<u>38.131</u>	<u>43.786</u>
Juros vencidos não pagos pelos clientes	9.930	10.551
Mark to Market dos swaps	52	72
Imparidade registada	(9.621)	(9.624)
	<u>361</u>	<u>999</u>
Provisão para outros riscos e encargos registada	(12.712)	(12.390)
Exposição	<u>25.780</u>	<u>32.395</u>

No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que as provisões constituídas nas demonstrações financeiras anexas são suficientes para fazer face ao eventual desfecho desfavorável das reclamações/acções judiciais acima referidas.

Por último, no exercício de 2014, foram interpostas duas acções judiciais contra o Banco, envolvendo o montante total de aproximadamente mEuros 350.000, as quais não estão incluídas no quadro acima e que consistem em duas acções Populares instauradas contra o Banco, contra o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e contra o Metro do Porto, S.A.. Estas acções incidem sobre o cancelamento de alguns contratos de swap celebrados entre o Banco e as empresas públicas acima referidas, os quais já são objecto de apreciação pelos tribunais ingleses desde o segundo trimestre de 2013, em consequência da iniciativa do próprio Banco conforme descrito na parte inicial desta Nota.

51. FUNDO DE RESOLUÇÃO

De acordo com um comunicado emitido pelo Banco de Portugal em 3 de Agosto de 2014, foi decidido aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. uma medida de resolução que consistiu na transferência da generalidade da sua actividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, criado especialmente para o efeito. De acordo com o normativo comunitário, a capitalização do Novo Banco foi assegurada pelo Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de Fevereiro. Conforme previsto no referido Decreto-Lei, os recursos do Fundo de Resolução são provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

No caso concreto da medida de resolução relativa ao Banco Espírito Santo, S.A., para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4,9 mil milhões de euros. Desse montante, mEuros 377.000 correspondia a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução, resultantes das contribuições já pagas pelas instituições participantes e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, foi concretizado um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de mEuros 700.000, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos factores, incluindo a respectiva dimensão. A participação do BST neste empréstimo foi de mEuros 116.200. O restante montante necessário ao financiamento da medida de resolução adoptada proveio de um empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será posteriormente reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Quando o Novo Banco for alienado, o produto da alienação será prioritariamente afecto ao Fundo de Resolução.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas pelo Conselho de Administração, o BST não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade os valores potencialmente envolvidos na alienação do Novo Banco. Pelo mesmo motivo, não é possível estimar com razoável fiabilidade se na sequência deste processo de alienação irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, caso aplicável, a forma como a mesma será financiada. Desta forma, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto desta situação para as demonstrações financeiras do BST, uma vez que eventuais custos a suportar dependem do preço pelo qual venha a ser alienado o Novo Banco e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

52. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2015.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações em Circulação											
Obrigações de Caixa											
ST Diversificação Invest 4º amortização Clientes	EUR	23.913	8.982	14.931	179	1.076	16.186	Variável	17-mar-2009	28-mar-2017	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	4.317	17.216	409	39	17.664	Variável	30-set-2010	30-set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos Outubro 2010	EUR	9.993	-	9.993	232	25	10.250	Variável	2-nov-2010	2-nov-2015	Cabaz de índices
Valorização Europa GBP	GBP	1.327	-	1.327	-	-	1.327	Variável	27-jun-2014	27-jun-2017	Índice de acções EURO STOXX 50
		56.766	13.299	43.467	820	1.140	45.427				
Obrigações de Caixa - Hipotecárias											
Hipotecárias VIII - 1ª Tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	Variável	20-jul-2012	20-jul-2015	Euribor3m+2,5%
Hipotecárias IX - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	2-abr-2013	2-abr-2016	Euribor6m+2,25%
Hipotecárias IX - 2ª Tranche	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	Variável	15-abr-2013	15-abr-2016	Euribor3m+2,25%
Hipotecárias X	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	Variável	26-jul-2013	26-jul-2016	Euribor3m+2,25%
Hipotecárias XI - 1ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor3m+1,85%
Hipotecárias XI - 2ª Tranche	EUR	500.000	500.000	-	-	-	-	Variável	19-dez-2013	19-dez-2016	Euribor6m+1,85%
Hipotecárias XI - 3ª Tranche	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	2,58%	13-jan-2014	13-jan-2017	Taxa Fixa
Hipotecária XII - 1ª Tranche	EUR	1.000.000	-	1.000.000	2.793	-	1.002.793	2,58%	1-abr-2014	3-abr-2017	Taxa Fixa
Hipotecária XIII - 1ª Tranche	EUR	750.000	-	750.000	(2.633)	-	747.367	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
Hipotecárias XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa
		6.750.000	5.000.000	1.750.000	160	-	1.750.160				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota 21)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado							
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	136.796	111.221	25.575	(51)	-	25.524	Variável	25-jul-2003	25-nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe B - Notes	EUR	8.821	8.821	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+0,65% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,95% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe C - Notes	EUR	3.887	3.887	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Euribor 3m+1,45% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+1,65% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 1 - Classe D - Notes	EUR	11.000	11.000	-	-	-	-	Variável	12-mai-2004	12-nov-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	871.982	478.163	393.819	(896)	-	392.923	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	31.724	31.724	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	100.189	53.579	46.609	1	-	46.610	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	770.096	347.203	422.893	(323)	-	422.570	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	8.771	8.771	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
		2.064.264	1.175.368	888.896	(1.269)	-	887.627				
Outros											
EMTN's	EUR	32.300	1.250	31.050	2	-	31.052				
		32.300	1.250	31.050	2	-	31.052				
		8.903.330	6.189.917	2.713.413	(287)	1.140	2.714.266				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balço	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balço Consolidado				
Obrigações Perpétuas Subordinadas Totta 2000	EUR	270.447	270.447	-	120	120	-	1,80%	Perpétuas	22 de Junho de 2010	
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	28	-	28	1,88%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	91	91	-	1,88%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
		288.540	284.265	4.275	239	211	28				